

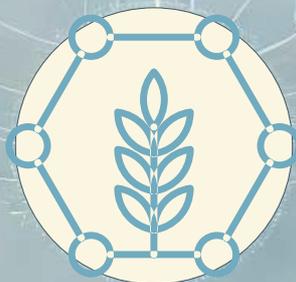
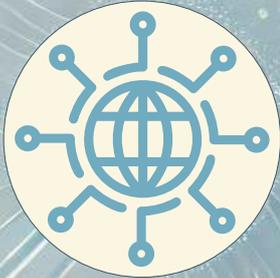
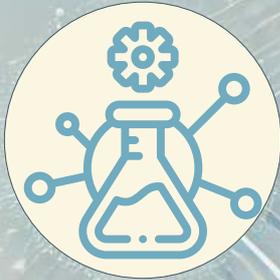


II Simpósio de Produção Acadêmico-Científica UESPI-Corrente

08 a 10 de outubro de 2024

ANAIS 2024

***"Desafios e Oportunidades da
Pesquisa na Era Digital"***





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

Evandro Alberto de Sousa

Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitora de Ensino e Graduação

Josiane Silva Araújo

Pró-Reitora Adj. de Ensino e Graduação

Raurys Alencar de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo

Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídios Beserra Primo

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão

Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto

Editor da Universidade Estadual do Piauí

“Todo o conteúdo e revisão gramatical dos textos dos resumos é de exclusiva responsabilidade dos autores dos trabalhos. A cópia e reprodução do conteúdo deste material são permitidos somente se mencionado a fonte.”

Universidade Estadual do Piauí

Rua João Cabral • n 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Administração Superior

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil **Pró-Reitora de Ensino de Graduação**
Josiane Silva Araújo **Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação**
Raurys Alencar de Oliveira **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**
Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires **Pró-Reitora de Administração**
Rosineide Candeia de Araújo **Pró-Reitora Adj. de Administração**
Lucídio Beserra Primo **Pró-Reitor de Planejamento e Finanças**
Joseane de Carvalho Leão **Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças**
Ivoneide Pereira de Alencar **Pró-Reitora de Extensão, Assuntos
Estudantis e Comunitários**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**

Autores **Revisão**

Organizadores **Capa e Diagramação**

Editora e Gráfica UESPI **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/249>

S612a Simpósio de Produção Acadêmico-Científica (2. : 2024
: Corrente, PI) .
Anais do II Simpósio de Produção Acadêmico-Científica
UESPI- Corrente [recurso eletrônico]: desafios e oportunidades
da pesquisa na era digital, realizado de 08 a 10 de outubro de
2024 em Corrente, PI / Organizado por Alcir Rocha dos
Santos ... [et al.]. - Teresina: FUESPI, 2025.
130f.

ISBN: 978-85-8320-258-5

1. Ciência. 2. Desenvolvimento. 3. Tecnologia. I. Santos,
Alcir Rocha dos ... [et al.] (Org.) . II. Título.
CDD 001.42

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Ana Angélica P. Teixeira (Bibliotecária) CRB 3º/1217

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados



ANAIS DO II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA-CIENTÍFICA UESPI-Corrente

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ORGANIZADORES

Alcir Rocha dos Santos
Cintia Mirely de Araujo
Frank Aguiar Rodrigues
Helena Carolina Onody
Juliana da Silva Barros
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro
Sammy Sidney Rocha Matias

COORDENADORES DO EVENTO

Alcir Rocha dos Santos
Helena Carolina Onody

ORGANIZADORES DO EVENTO

Alcir Rocha dos Santos
Frank Aguiar Rodrigues
Helena Carolina Onody
Israel Lobato Rocha
Juliana da Silva Barros
Poliana Oliveira Nunes
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro
Sammy Sidney Rocha Matias

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alcir Rocha dos Santos
Aline Bettiolo dos Santos
Anderson de Sousa Pinto
Bianca Calassans Silva Pimentel Franco
Bruna Stéfanni Soares de Araújo
Bruno Vargens Nunes
Caio César Tenório Garé
Diane Mendes Feitosa
Elpídio Paiva Luz Segundo
Fernanda de Lima Camilo
Francisco Eriberto de Lima Nascimento
Jenilton Gomes da Cunha
Kaíse Barbosa de Souza
Lívia Pires do Prado
Lizandra de Sousa Luz Duarte
Mirian Folha de Araujo Oliveira
Nilzene Nataniel de Santana Nascimento
Otávio Guilherme Morais da Silva
Pedro de Oliveira Júnior
Raphael de Souza Almeida Santos
Rodrigo Souza Santos
Romilda Rodrigues do Nascimento
Sammy Sidney Rocha Matias

APRESENTAÇÃO

O II Simpósio de Produção Acadêmica-Científica da UESPI-Corrente (II SPAC), realizado de 08 a 10 de outubro de 2024, no Campus Deputado Jesualdo Cavalcanti, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em Corrente. Com o tema “Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”, promoveu o debate interdisciplinar e a troca de conhecimentos nas áreas de Agronomia, Biologia, Direito, Pedagogia e Zootecnia.

O II SPAC reafirma o compromisso da UESPI com a pesquisa e a inovação, destacando o impacto da digitalização nas práticas científicas e acadêmicas. A programação incluiu palestras, minicursos e apresentações de trabalhos, proporcionando um espaço para o diálogo entre estudantes, pesquisadores e profissionais. Temas como inteligência artificial, ciência de dados, transferência de tecnologia e disseminação ética do conhecimento científico foram amplamente discutidos, reforçando a relevância do evento para o avanço acadêmico.

Os anais deste evento reúnem os resumos dos trabalhos submetidos e aprovados, refletindo o esforço coletivo de autores, avaliadores e organizadores. Este registro reafirma o papel do SPAC como um importante canal de divulgação científica e integração acadêmica.

Esperamos que este material inspire novas pesquisas e colaborações, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico nas diversas áreas do conhecimento.

Profa. Me. Cintia Mirely de Araújo

Curso de Bacharelado em Zootecnia, UESPI / Corrente-PI

ÍNDICE

AGRONOMIA.....	2
OBTENÇÃO E ACURÁCIA DE PRODUTOS CARTOGRÁFICOS OBTIDOS POR RPA MODELO PHANTOM 4	3
ATRIBUTOS QUÍMICOS EM UM LATOSSOLO AMARELO DISTRÓFICO NO CERRADO PIAUIENSE	4
ÍNDICE DA RELAÇÃO MASSA SECA DA PARTE ÁREA E DA RAIZ EM <i>Tamarindus indica</i>	5
QUALIDADE DAS MUDAS DE <i>TAMARINDUS</i> EM RELAÇÃO AO SUBSTRATO NATURAL	6
AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ALTURA E DIÂMETRO DO CAULE EM MUDAS DE <i>TAMARINDUS</i>	7
ACÚMULO DE MASSA SECA DA PARTE AÉREA EM MUDAS DE TAMARINDEIRO COM E SEM SOMBRITE	8
EFEITO DE DIFERENTES DOSAGENS DE ESTERCO BOVINO NO CRESCIMENTO DE MUDAS DE TAMARINDEIRO	9
EFEITO DE DIFERENTES DOSES DE ESTERCO BOVINO NO DIÂMETRO DO CAULE DE MUDAS DE <i>Tamarindus indica</i>	10
CRESCIMENTO INICIAL DE GRAMÍNEAS FORRAGEIRAS EM FUNÇÃO DE FONTES DE FÓSFORO	11
FONTES DE FÓSFORO DE DIFERENTES SOLUBILIDADES NO DESENVOLVIMENTO DE GRAMÍNEAS FORRAGEIRAS APÓS O SEGUNDO CORTE	12
EFEITO DE DOSES DE ESTERCO BOVINO NO NÚMERO DE FOLHAS E ÁREA FOLIAR DE MUDAS DE <i>Tamarindus indica</i> L, COM E SEM SOMBRITE	13
CULTIVO DE MUDAS DE TAMARINDO (<i>TAMARINDUS INDICA</i>) E O CRESCIMENTO RADICULAR EM SUBSTRATO NATURAL	14
AVALIAÇÃO DA MASSA SECA DA RAIZ EM MUDAS DE <i>TAMARINDUS INDICA</i> PRODUZIDAS EM SUBSTRATO ORGÂNICO	15
ANÁLISE COMPARATIVA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM LAVOURAS TEMPORÁRIAS NO MUNICÍPIO DE URUÇUI, PIAUÍ	16
PRODUÇÃO DE CAPIAÇU EM RESPOSTA A APLICAÇÃO DE BIOFERTILIZANTE BOVINO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE	17
BIOFERTILIZANTE BOVINO NO DESENVOLVIMENTO DE CAPIAÇU NO SEMIÁRIDO ..	18
REGISTRO DE <i>Cadra cautella</i> (WALKER, 1863) (LEPIDOPTERA: PYRALIDAE) EM CASTANHAS, EM NOVA CALIFÓRNIA, RO	19
AVALIAÇÃO DA MASSA SECA TOTAL EM MUDAS DE <i>TAMARINDUS</i> , COM E SEM SOMBRITE	20
BIOLOGIA	21
BRIOFLORA EM CERRADO DO EXTREMO SUL PIAUIENSE	22

O ENSINO DE ECOLOGIA ATRAVÉS DE MUSGÁRIOS.....	23
ESTADO DA ARTE DA BIOLOGIA DE ICHNEUMONIDAE (HYMENOPTERA) NO BRASIL	24
ESPÉCIES VEGETAIS OCORRENTES EM MATA CILIAR DO RIO CORRENTE, PI: POTENCIAL DE USO E IMPORTÂNCIA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	25
O USO DE MAQUETES PARA ABORDAR AS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO ENSINO MÉDIO.....	26
ESTRUTURA DA MIRMECOFAUNA EM UMA ÁREA DE RESTINGA ARBUSTIVA NA ZONA COSTEIRA AMAZÔNICA	27
PIBID E EDUCAÇÃO ALÉM DO AMBIENTE ESCOLAR: PROMOVEDO O CONHECIMENTO ANIMAL.....	28
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES RIBEIRINHOS SOBRE A AVIFAUNA DA MATA CILIAR DO RIO PERITORÓ EM ALTO ALEGRE DO MARANHÃO-MA.....	29
LEVANTAMENTO DA AVIFAUNA DA MATA CILIAR DO POVOADO CAMPESTRE EM ALTO ALEGRE DO MARANHÃO-MA	30
O USO DE PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS EM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA INTEGRAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E A COMUNIDADE	31
OCORRÊNCIA DE DOIS GÊNEROS DA SUBFAMÍLIA ANOMALONINAE (HYMENOPTERA: ICHNEUMONIDAE) EM ÁREA DE CERRADO NO OESTE BAIANO ...	32
JOVENS DO CERRADO: CONSCIENTES DO CLIMA EM CORRENTE/PIAUI.....	33
EXPLORANDO A POLINIZAÇÃO: O PAPEL DOS INSETOS E O USO DIDÁTICO DAS CAIXAS ENTOMOLÓGICAS.....	34
NOVO REGISTRO DA SUBFAMILIA NESOMESOCHORINAE (HYMENOPTERA: ICHINEUMONIDAE) NO ESTADO DA BAHIA.....	35
MUNDOS PEQUENOS, GRANDES ENGAJAMENTOS: A PRESENÇA DAS FORMIGAS NO INSTAGRAM.....	36
DIREITO.....	37
A ATUAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	38
PROTEÇÃO INFANTOJUVENIL: DESAFIOS NA PROVA DA ALIENAÇÃO PARENTAL ...	39
O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL	40
REDES SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM A DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA NO TRABALHO	41
O INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA APLICADA AO DEVEDOR TRABALHISTA.....	42
A INTERSEÇÃO ENTRE DIREITO PENAL E DIREITOS HUMANOS: UMA PERSPECTIVA GARANTISTA	43
A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA HISTÓRICA NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PARA AS MULHERES NO BRASIL.....	44

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA NOVA REGULAMENTAÇÃO DE DROGAS NO BRASIL: IMPACTO NO ENCARCERAMENTO E SAÚDE	45
PSICOLOGIA JURÍDICA NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL	46
A DEFENSORIA PÚBLICA COMO MECANISMO DE ACESSO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA	47
IMPLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO: USO E CONSEQUÊNCIAS DAS FERRAMENTAS NO DIREITO BRASILEIRO	48
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA, BAGATELA IMPRÓPRIA E POLÍTICA CRIMINAL: ANÁLISE À LUZ TEÓRICA DE CLAUS ROXIN	49
REFORMULAÇÃO DA LISTA NEGRA: UM CATALISADOR PARA O SILÊNCIO EM DENÚNCIAS TRABALHISTAS	50
A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NO PERÍODO DE CAMPANHA ELEITORAL	51
PROTEÇÃO DE DADOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL E SUA IMPLICAÇÃO JURÍDICA	52
AS IMPLICAÇÕES DO CIÚMES PATOLÓGICO NO DIREITO PENAL	53
DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE MACONHA NO BRASIL: IMPACTOS NO SISTEMA CARCERÁRIO E SAÚDE PÚBLICA	54
COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS DAS PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS	55
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CRITÉRIO DA MISERABILIDADE DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC-LOAS)	56
PONTOS ATUAIS DA OBRA LEVIATÃ	57
LIBERDADE DE EXPRESSÃO VERSUS A CRIMINALIZAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO NA INTERNET	58
A RELAÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O MARCO CIVIL DA INTERNET	59
CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL	60
O PAPEL DO CAÇADOR NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: INCENTIVO OU AMEAÇA?	61
O PAPEL DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO CONTEXTO PENAL	62
O PAPEL DO GARANTISMO PENAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MINORIAS NO SISTEMA PENAL	63
A COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO	64
A ATUAÇÃO DA IMPRENSA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: IMPACTOS E RESPONSABILIDADES	65
O IMPACTO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO	66
ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL EM DESASTRES DE BARRAGENS	67

RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: DESAFIOS E REALIDADES NA REINTEGRAÇÃO DOS DETENTOS	68
INTERSECCIONALIDADE: FILTRO DISCRIMINATÓRIO DO NEGRO NAS RELAÇÕES DE PODER E AS CONSEQUÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO	69
TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE ALEXY: PRINCÍPIOS VERSUS REGRAS NO DIREITO	70
TEORIA DO DIREITO DE SCHMITT: DECISÃO E SOBERANIA COMO FUNDAMENTOS DO DIREITO	71
A TIPICIDADE DA CONDUTA DE PORTAR MACONHA PARA USO PESSOAL NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA: DA CRIMINALIZAÇÃO À <i>ABOLITIO CRIMINIS</i> PELO STF NO TEMA 506.....	72
TRIBUNAL DO JÚRI: INFLUÊNCIA EMOCIONAL E IMPARCIALIDADE NA DECISÃO FINAL	73
UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE ASSÉDIO MORAL: CONTEXTO E CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	74
A EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL E SEUS CONFLITOS COM OS DIREITOS HUMANOS	75
NECESSIDADE E BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PL 744/2020 ANÁLISE DO PROJETO DE LEI PL 744/2020	76
PEDAGOGIA	77
INFÂNCIAS, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	78
EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO INTEGRAL: RESSIGNIFICANDO O OLHAR PEDAGÓGICO DE AUSUBEL QUANTO À APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.....	79
IDENTIDADE, DIFERENÇAS E LUTAS SOCIAIS: EDUCAÇÃO INFANTIL NO/DO CAMPO NOS ENTRELACES DA SOBREVIVÊNCIA.....	80
ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E APRENDIZADOS NA REGÊNCIA EM SALA DE AULA	81
PEDAGOGIA DA PERGUNTA E VIRTUDES INTELLECTUAIS: FERRAMENTAS PARA ENFRENTAR DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....	82
QUEBRANDO O SILÊNCIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	83
FEIRA DE ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO: CONHECENDO ESPECIFICIDADES DE PAÍSES QUE FALAM A LÍNGUA PORTUGUESA	84
A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS INFANTIS NA PROMOÇÃO DA IMAGINAÇÃO E NO APRENDIZADO	85
PHILIPPE PERRENOUD E A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.....	86
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	87
O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DA ANPED (2017-2021)	88
PRÁTICAS ESCOLARES ANTIRRACISTAS E O ENSINO DE HISTÓRIA: A APLICABILIDADE DA LEI Nº 10.639/2003 EM ESCOLAS DE CORRENTE-PI	89

OS PERCURSOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003: UMA HISTÓRIA QUE NÃO CABE EM VINTE E UM ANOS.....	90
CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA PARA A QUALIDADE DO ENSINO	91
OS OLHOS D'ÁGUA QUE NARRAM AS ESCRIVÊNCIAS ANCESTRAIS	92
DESCOLONIZANDO O COLONIZADO PELAS LENTES DO RACISMO NA LITERATURA INFANTIL: RETRATOS DA PRÉ-ESCOLA NAS RODAS DE LEITURA	93
DESENVOLVIMENTO INFANTIL: ESPAÇOS E EXPERIÊNCIAS	94
JOGOS E BRINCADEIRAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS	95
RESULTADOS DE UM ANO DO PROJETO “LER O BRASIL, UM OLHAR SOBRE A NEGRITUDE”	96
RECORTES DE RACISMO COM CRIANÇAS RELATADOS POR AUTORES NEGROS...97	
ONDE ESTÃO OS PAIS? O PODER DA NARRATIVA CRÍTICA EM O SUBSTITUTO (2011)	98
A EVASÃO E DESISTÊNCIA ACADÊMICA EM REDES DE ENSINO E UNIVERSIDADES	99
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL	100
COMENIUS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	101
LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE: A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS TRAMAS DO LEEI ..	102
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS UMA PERSPECTIVA DE LETRAMENTO OPORTUNO.....	103
ACCOUNTABILITY EM EDUCAÇÃO: CONCEITOS, MODELOS E REBATIMENTOS NO PLANO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	104
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL/ URUÇUI-PI	105
A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR	106
A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	107
GAMIFICAÇÃO NA SALA DE AULA: UMA ESTRATÉGIA PARA A POTENCIALIZAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA	108
O LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA NO DIA A DIA DA CRIANÇA	109
EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DOCENTE, OS DESAFIOS DA PROFISSÃO NO ATO DO CUIDAR.....	110
A RELEVÂNCIA E A INCLUSÃO DE EDUCADORES LGBTQIAPN+	111
RELATO DE EXPERIÊNCIA DA AP DE UM ALUNO AUTISTA NO ENSINO REGULAR ..	112
ZOOTECNIA.....	113
CONTAGEM DE OVOS POR GRAMA DE FEZES EM OVINOS DA RAÇA SANTA INÊS	114

CONSUMO DE MATÉRIA SECA DE OVINOS ALIMENTADOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE INCLUSÃO DE SUBPRODUTOS DE GRÃOS DE DESTILARIA DO MILHO.....	115
NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO DE CORRENTE SOBRE O CURSO DE ZOOTECNIA	116
ESTUDO DE PESO CORPORAL EM DIFERENTES IDADES DE OVINOS SANTA INÊS	117
PERDAS E RECUPERAÇÃO DE MATÉRIA SECA DE SILAGENS COM RESÍDUO DE UVA (<i>VITIS VINÍFERA</i>).....	118
AVALIAÇÃO DO MÉTODO FAMACHA EM OVINOS SANTA INÊS NA REGIÃO MEIO NORTE.....	119
TEMPO EM ÓCIO DE OVINOS ALIMENTADOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE INCLUSÃO DE WDG (WET DISTILLERS GRAINS) NA DIETA.....	120
CONSUMO DE PROTEÍNA BRUTA NA DIETA DE OVINOS ALIMENTADOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE WDG.....	121
AVALIAÇÃO DE EFEITOS NÃO GENÉTICOS PARA PESO CORPORAL EM OVINOS DA RAÇA SANTA INÊS.....	122
IMPACTO DA INCLUSÃO DE GRÃOS ÚMIDOS DE DESTILARIA NA DIETA DE OVINOS CONFINADOS SOBRE O CONSUMO DE FIBRA EM DETERGENTE NEUTRO.....	123
ANÁLISE DA FERTILIDADE DO SOLO E RECOMENDAÇÕES PARA CORREÇÃO E MELHORIA DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI.....	124
IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES DE FORRAGEIRAS UTILIZADAS NA REGIÃO DE CORRENTE-PI.....	125
ANÁLISE DE ESCORE DE CONDIÇÃO CORPORAL EM OVINOS SANTA INÊS.....	126
TEMPORALIDADE DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE OVINOS SUBMETIDOS A DIFERENTES NÍVEIS DE WGD.....	127

AGRONOMIA



II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

OBTENÇÃO E ACURÁCIA DE PRODUTOS CARTOGRÁFICOS OBTIDOS POR RPA MODELO PHANTOM 4

Doze Batista de Oliveira^{1*}, Adenilson Pereira Cavalcante¹, Iara Rocha Oliveira¹.

¹Universidade Federal do Piauí, CPCE, Bom Jesus, Piauí, Brasil

*Autor de contato: doze@ufpi.edu.br

RESUMO: Os levantamentos topográficos usando sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (RPAs) diminuem os custos e tempo quando comparados aos métodos tradicionais de representação da superfície em meio digital. Por ser uma tecnologia em difusão, os RPAs têm sido muito utilizado na geração de produtos cartográficos, necessitando verificar se os produtos gerados por essa tecnologia atendem aos padrões da norma técnicas da cartografia nacional quanto a sua acurácia. O presente trabalho trata de uma avaliação de qualidade do processamento de imagens obtido por RPA modelo Phantom 4 e avaliação de sua acurácia em conformidade com o Padrão de Exatidão Cartográfica digitais (PEC- PCD). Os pontos de controle e de checagem foram coletados com receptor GNSS (Sistema Global de Navegação por Satélite) de dupla frequência pela técnica relativo estático rápido, com tempo de coleta de 8 horas para a base e um tempo médio de 5 minutos para o rover, com máscara de elevação 15° e taxa de gravação de um ponto por segundo. Após o processamento da base, foram obtidos os resultados de precisão: 0,002m na direção leste; 0,001m na direção norte e 0,003 m na altitude, ao nível de confiança de 95%. Para a obtenção das imagens aéreas foi utilizado o RPA Phantom 4 da DJI, sendo o processamento da imagem realizado para a obtenção do ortomosaico corrigido geometricamente com os pontos de controle e com RMSE total de 1,26 cm. Em seguida aplicou-se a análise do padrão brasileiro descrito pelo Decreto-lei 89.817/ET-ADGV utilizando como referência a escala de 1:150. Obteve-se o relatório com os resultados do processamento de dados para verificar o enquadramento em relação a PEC e as demais estatísticas com a utilização do software GeoPEC. Foi possível obter ortomosaico com acurácia planimétrica na escala 1:150. O resultado do PECPCD foi "Classe A", de acordo com o Decreto n. 89.817 de 20 de junho de 1984, que regulamenta as normas cartográficas brasileiras, aliada às tolerâncias da ET-CQDG. Para a análise altimétrica o produto foi classificado na "Classe A", em conformidade com o Decreto n. 89.817 de 20 de junho de 1984, o produto foi considerado acurado para equidistância vertical de 0,5 m. Dessa forma, a obtenção e o processamento de imagens com RPA modelo Phantom 4 permite gerar produtos cartográficos com RMSE muito baixo (1,26 cm) quando utilizado pontos de controle.

PALAVRAS-CHAVE: Geoprocessamento; Aerofotogrametria; VANTs.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ATRIBUTOS QUÍMICOS EM UM LATOSSOLO AMARELO DISTRÓFICO NO CERRADO PIAUIENSE

Doze Batista de Oliveira^{1*}, Adenilson Pereira Cavalcante¹, José Antônio Freitas Penha¹.

¹Universidade Federal do Piauí, CPCE, Bom Jesus, Piauí, Brasil

*Autor de contato: doze@ufpi.edu.br

RESUMO: A agricultura de precisão, ao possibilitar um manejo localizado e preciso das áreas cultivadas, permite a otimização do uso de insumos agrícolas, a redução de custos da lavoura e o aumento da produtividade. Para sua aplicação eficaz, é imprescindível estudo detalhado da variabilidade espacial do solo, o que se torna viável por meio da geoestatística. Essa técnica, permite mapear a fertilidade do solo, através da interpolação de dados facilitando o manejo da fertilidade a taxa variável. Este estudo teve como objetivo avaliar a variabilidade espacial das características químicas de um Latossolo Amarelo Distrófico no Cerrado piauiense. O experimento foi realizado em uma área destinada ao cultivo de soja e milho, localizada na Serra das Laranjeiras, no município de Currais, sudoeste do Piauí. As amostras de solo foram coletadas em dezembro de 2020, representando pontos georreferenciados na camada de 0 a 20 cm. As propriedades químicas analisadas incluíram pH em água, Saturação por base (V%), matéria orgânica (MO), soma de bases (SB), capacidade de troca catiônica (T), K, Mg, Ca, P, Fe, Zn, Mn e Cu. Os dados foram submetidos a análises estatísticas descritivas para obtenção de média, mediana, desvio padrão, coeficiente de variação (CV), valores máximos e mínimos. A classificação do grau de dependência espacial (GDE) foi determinada pela razão entre o efeito pepita e o patamar ($C_0/C_0 + C_1$), sendo considerada forte para GDE superior a 75%, moderada para GDE entre 25% e 75%, e fraca para GDE inferior a 25%. A análise da semivariância foi realizada e, com base nos parâmetros do modelo, foram gerados mapas de interpolação. Os resultados da análise descritiva mostraram que o pH apresentou média e mediana similares, com baixo desvio padrão e coeficiente de variação, indicando uma boa homogeneidade deste atributo, evidenciada também pela pequena amplitude entre os valores máximo e mínimo. A SB, revelou diferenças entre média e mediana, sugerindo uma distribuição assimétrica. Atributos como MO, Ca, P, K, Cu, Zn e Mn também apresentaram assimetria, o que indica a presença de valores discrepantes que podem afastar os dados da média. Em contraste, T, V%, Mg e Fe exibiram uma distribuição simétrica, com a maioria dos dados próximos à média, o que oferece maior confiabilidade para o produtor ao adotar medidas corretivas com base na média desses atributos. Apenas o Fe^{2+} apresentou desvio padrão elevado. A estatística espacial mostrou que o pH, K e Mg apresentaram efeito pepita puro, enquanto SB e Mg exibiram fraca dependência espacial. P, Cu e Fe^{2+} mostraram moderada dependência espacial, ao passo que T, V%, MO, Ca, Mn e Zn apresentaram forte dependência espacial. SB, MO, P, Cu e Fe tiveram alcance superior a 500 metros, enquanto T, V%, Ca, Mg, Mn e Zn apresentaram alcance inferior a 500 metros. Todos os modelos de semivariância apresentaram coeficientes de determinação (R^2) elevados, com predominância do modelo linear. A ferramenta geoestatística da krigagem forneceu informações adequadas para a compreensão da distribuição espacial dos atributos químicos, além de gerar mapas que auxiliam no manejo da fertilidade do solo.

PALAVRAS-CHAVE: Krigagem; geoestatística; agricultura de precisão.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ÍNDICE DA RELAÇÃO MASSA SECA DA PARTE ÁREA E DA RAIZ EM *Tamarindus indica*

Emanuelly Carvalho Rodrigues^{1*}, Sammy Sidney Rocha Matias¹, João Marcos Guedes Souza¹, Erick Diniz Lisboa da Silva¹, Érica Tavares de Sousa Ribeiro¹, João Henrique Fernandes Freitas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: emanuellycr52@gmail.com

RESUMO: A fruticultura tradicional vem se destacando no Brasil e no mundo, porém, existem frutíferas que não são consideradas comuns como o caso do tamarindo, fruta considerada exótica e de fácil adaptação às condições do clima nordestino. No processo de produção da cultura, uma das etapas que apresentam interferência direta na produção final, é a utilização de mudas de qualidade, motivo pelo qual devemos buscar alternativas que possibilitem a produção de mudas com materiais que sejam acessíveis ao produtor, sem afetar a qualidade. Diante do exposto, o trabalho objetivou avaliar a relação massa seca da parte aérea e massa seca da raiz de mudas de tamarindeiro com diferentes proporções de esterco bovino e solo na composição do substrato, em área com 50% de sombreamento e sem sombreamento. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e sem sombrite, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI. Foram utilizadas diferentes doses de estercos bovinos, em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 (cinco) tratamentos e 5 (cinco) repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovinos misturadas ao solo na seguinte proporção: t1 – testemunha (solo); t2 – 20% (volume) de esterco bovino; t3 - 40% (volume) de esterco bovino; t4 - 60% (volume) de esterco bovino; t5 – 80% (volume) de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi: Relação massa seca da parte aérea e massa seca da raiz. As análises foram realizadas pelo programa computacional ASSISTAT versão 7.7 beta PT (2009). Aplicando-se o teste de tukey a $p < 0,05$ de significância, para diagnóstico de efeito significativo. Tanto no experimento que utilizou sombreamento, quanto no que não utilizou, o comportamento dos dados se deu de forma linear, sendo que no experimento sem sombrite, ocorreram perdas de repetições, o que impossibilitou a realização das análises estatísticas. No experimento com utilização do sombrite com 50% de sombreamento, apesar de não apresentar diferença significativa, o menor valor (6,71) foi encontrado no tratamento com 20% de esterco bovino (tratamento 2). Já para o experimento sem utilização de sombreamento o menor valor médio (0,04) foi encontrado no tratamento com adição de 40% de esterco bovino na composição do substrato (tratamento 3). A relação massa seca da parte aérea e massa seca da raiz expressa o equilíbrio de crescimento da muda, considerando que relações menores indicam a maior capacidade de as plantas sobreviverem no campo. O tratamento 3 do experimento sem sombrite proporcionou o menor resultado para a variável relação da massa seca da parte aérea e massa seca da raiz.

PALAVRAS-CHAVE: Substrato; esterco bovino; sombreamento.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

QUALIDADE DAS MUDAS DE *TAMARINDUS* EM RELAÇÃO AO SUBSTRATO NATURAL

Emanuelly Carvalho Rodrigues^{1*}, Sammy Sidney Rocha Matias¹, João Marcos Guedes Souza¹, Erick Diniz Lisboa da Silva¹, Érica Tavares de Sousa Ribeiro¹, João Henrique Fernandes Freitas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: emanuellycr52@gmail.com

RESUMO: A planta do tamarindeiro pode ser cultivada em regiões tropicais úmidas ou áridas; a temperatura média anual deve estar em 25°C, é uma cultura ideal para regiões semi - áridas onde ocorre grande eminência de seca prolongada. A produção de mudas de qualidades, assim como em outras culturas, apresenta influência na produção, por isso trabalhos têm sido realizados, a fim de identificar fontes alternativas de adubação, entre os quais pode – se destacar a utilização de esterco bovino. Diante do exposto, o trabalho objetivou avaliar a qualidade de mudas de tamarindeiro com diferentes proporções de esterco bovino e solo na composição do substrato, em área com 50% de sombreamento e sem sombreamento, utilizando como parâmetro o índice de qualidade de Dickson. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e sem sombrite, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI. Foram utilizadas diferentes doses de estercos bovinos, em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 (cinco) tratamentos e 5 (cinco) repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovinos misturadas ao solo na seguinte proporção: t1 – testemunha (solo); t2 – 20% (volume) de esterco bovino; t3 - 40% (volume) de esterco bovino; t4 - 60% (volume) de esterco bovino; t5 – 80% (volume) de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi: índice de qualidade de Dickson. As análises foram realizadas pelo programa computacional ASSISTAT versão 7.7 beta PT (2009). Aplicando-se o teste de tukey a $p < 0,05$ de significância, para diagnóstico de efeito significativo. No experimento sem utilização de sombrite, não foi possível realizar as análises estatísticas, pois ocorreram morte de algumas plantas, não restando a quantidade mínima para tais modelos estatísticos, sendo que o tratamento 4 apresentou o maior valor médio (0,04). No tratamento com utilização de sombrite, os tratamentos apresentaram resultados semelhantes estatisticamente, com os maiores valores (0,06) sendo encontrados nos tratamentos 1 e 2. O índice de qualidade Dickson, leva em consideração a robustez e a distribuição da biomassa, utilizando em seu cálculo diversos fatores fisiológicos, como altura, diâmetro do caule, massa seca da parte aérea, massa seca da raiz e massa seca total. Em todos os tratamentos aplicados o índice de qualidade de Dickson apresentou resultado abaixo do necessário para a muda ser considerada de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade; substrato; fruticultura.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ALTURA E DIÂMETRO DO CAULE EM MUDAS DE *TAMARINDUS*

Érica Tavares de Sousa Ribeiro^{1*}, Sammy Sidney Rocha Matias¹, Erick Diniz Lisboa da Silva¹, João Marcos Guedes Souza¹, Emanuely Carvalho Rodrigues¹, João Henrique Fernandes Freitas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: erica.tsr21@gmail.com

RESUMO: O tamarindeiro é uma planta que pode tolerar de 5 a 6 meses de condições de seca, mas não tolera o fogo, a geada ou longos períodos de chuva. É uma árvore de fácil cultivo, e requer cuidado mínimo. No processo produtivo da cultura, muitos substratos alternativos têm sido utilizados na composição do substrato, a fim de reduzir os custos com essa etapa do processo produtivo sem afetar a qualidade das mudas. Diante do exposto, o trabalho objetivou avaliar a relação altura das plantas e diâmetro do caule de mudas de tamarindeiro em diferentes doses de esterco bovino aplicado ao substrato em área com 50% de sombreamento e sem sombreamento. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e sem sombrite, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI. Foram utilizadas diferentes doses de estercos bovinos, em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 (cinco) tratamentos e 5 (cinco) repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovinos misturadas ao solo na seguinte proporção: t1 – testemunha (solo); t2 – 20% (volume) de esterco bovino; t3 - 40% (volume) de esterco bovino; t4 - 60% (volume) de esterco bovino; t5 – 80% (volume) de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi: relação altura da planta e diâmetro do caule. As análises foram realizadas pelo programa computacional ASSISTAT versão 7.7 beta PT (2009). Aplicando-se o teste de tukey a $p < 0,05$ de significância, para diagnóstico de efeito significativo. Analisando os dados obtidos para a variável estudada, observa-se que no experimento instalado sem utilização de sombrite não foi possível realizar as análises estatísticas devido a morte de plantas, não havendo no final do trabalho, quantidade mínima para realizar tais cálculos, sendo que o menor valor médio (0,01) foi encontrado no tratamento 3. Para o tratamento com utilização de sombrite, observa-se que não houve diferenças significativas entre os tratamentos aplicados, apesar do menor valor (6,47) encontrado no tratamento 1. Em ambos os experimentos os dados apresentaram comportamento linear. A relação altura da planta e diâmetro do caule, exprime um equilíbrio de crescimento, onde quanto menor essa relação melhor será, pois fornece informações de quão delgada é a muda. Não houve diferença significativa entre os tratamentos aplicados, apesar do menor valor encontrado no tratamento 3 do experimento sem utilização do sombrite.

PALAVRAS-CHAVE: Variáveis morfológicas; desenvolvimento inicial; produção de mudas.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ACÚMULO DE MASSA SECA DA PARTE AÉREA EM MUDAS DE TAMARINDEIRO COM E SEM SOMBRITE

Érica Tavares de Sousa Ribeiro^{1*}, Sammy Sidney Rocha Matias¹, Erick Diniz Lisboa da Silva¹, João Marcos Guedes Souza¹, Emanuely Carvalho Rodrigues¹, João Henrique Fernandes Freitas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: erica.tsr21@gmail.com

RESUMO: O tamarindeiro (*Tamarindus indica* L) é uma planta perene e originária das savanas africanas, embora seja cultivado principalmente na Índia. No Brasil o seu consumo está concentrado predominantemente nas Regiões Norte e Nordeste. No processo de produção da cultura, estudos têm sido realizados buscando identificar as melhores condições para a produção de mudas, como a utilização de técnicas de controle do sombreamento e a utilização de fontes de adubação orgânica no substrato. Diante disso, o trabalho apresentou como objetivo avaliar o acúmulo da massa seca da parte aérea de mudas de tamarindeiro, submetidas a diferentes doses de esterco bovino aplicado ao substrato, cultivadas a 50% de sombreamento e a pleno sol. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e à pleno sol, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI, no período de setembro a outubro de 2023, sendo irrigado todo dia de forma manual, o volume de água utilizada foi de acordo com necessidade ou quando água escorria pelos furos do saquinho. As mudas foram analisadas aos 65 dias. Foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino (curtido por 60 dias), em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 tratamentos e 5 repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino misturadas ao solo (Latossolo), retirado a uma profundidade de 0,0-0,40m, na seguinte proporção: T1 – testemunha (solo); T2 – 20% (volume total) de esterco bovino; T3 - 40% (volume total) de esterco bovino; T4 - 60% (volume total) de esterco bovino; T5 – 80% (volume total) de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi: massa seca da parte aérea, sendo colocado o material (Folhas) em uma estufa a 65°C, secar por 24h e depois pesada em uma balança de precisão, descontando o peso antes e depois. As análises foram realizadas pelo programa computacional Assistat versão 7.7 beta PT (2009). Aplicando-se o teste de Tukey a $p < 0,05$ de significância, para diagnóstico de efeito significativo. Analisando os dados obtidos para a variável estudada, observa-se que tanto para as mudas com sombreamento, quanto para as mudas a pleno sol, o comportamento dos dados foi linear. Em ambos os experimentos o melhor resultado para a variável foi encontrado no tratamento 1 (sem adição de esterco bovino à composição do substrato), não havendo diferença estatística para os demais tratamentos no experimento com utilização de sombreamento. A massa seca da parte aérea é uma característica relevante na avaliação da qualidade de mudas, principalmente em regiões que apresentem déficit hídrico, pois, quando bem desenvolvida, essa variável garante sobrevivência e crescimento da planta após o plantio. O tratamento 1 apresentou valores quantitativos superiores aos demais tratamentos, apesar de não apresentar diferenças significativas para os demais.

PALAVRAS-CHAVE: Substrato; adubação orgânica; produção de mudas.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

EFEITO DE DIFERENTES DOSAGENS DE ESTERCO BOVINO NO CRESCIMENTO DE MUDAS DE TAMARINDEIRO

Erick Diniz Lisboa da Silva^{1*}, Sammy Sidney Rocha Matias¹, João Marcos Guedes Souza¹, Emanuely Carvalho Rodrigues¹, Érica Tavares de Sousa Ribeiro¹, João Henrique Fernandes Freitas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: erickdiniz67@gmail.com

RESUMO: O tamarindeiro é uma árvore que possui uma grande importância econômica e encontra-se distribuída em muitos países da Ásia, África e América do Sul. O processo produtivo da cultura inicia com a utilização de mudas de qualidade, sadias e que apresentem vigor adequado. Devido a isso, muitos estudos vêm sendo realizados buscando encontrar fontes alternativas de componentes para os substratos que, além de oferecer os nutrientes adequados, devem ser de baixo custo e fácil aquisição. Diante do exposto, o trabalho objetivou avaliar o efeito de diferentes doses de esterco bovino no substrato, em relação à altura de mudas de tamarindeiro, cultivadas em área sombreada e não-sombreada. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e à pleno sol, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI, no período de setembro a outubro de 2023, sendo irrigado todo dia, o volume de água utilizada foi de acordo com necessidade ou quando água escorria pelos furos do saquinho. As mudas foram analisadas aos 65 dias. Foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino (curtido por 60 dias), em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 tratamentos e 5 repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino misturadas ao solo (Latossolo), retirado a uma profundidade de 0,0-0,40m, na seguinte proporção: T1 – testemunha (solo); T2 – 20% (volume total) de esterco bovino; T3 - 40% (volume total) de esterco bovino; T4 - 60% (volume total) de esterco bovino; T5 – 80% (volume total) de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi a altura das plantas, sendo média com o auxílio de uma régua de 30 cm. Foram aplicados modelos de regressão para a variável analisada. Para o experimento que utilizou sombreamento não houve diferença significativa entre os tratamentos. Em ambos os experimentos o comportamento dos dados foi linear, sendo que no experimento com sombrite a maior altura foi de 25,94 cm em média, encontrado no tratamento 3, e no experimento a pleno sol, no tratamento 1 (6,30 cm). A variável altura das plantas é um dos parâmetros mais utilizados na avaliação da qualidade de mudas, por se tratar de um método não destrutivo. No entanto, não deve ser utilizado de forma isolada, pois esse parâmetro pode ser influenciado por outros fatores, tais como disponibilidade de luz e concentração de nitrogênio e água. Apesar de não se diferenciar significativamente dos demais, o tratamento 3 do experimento com sombrite proporcionou o melhor resultado para a variável altura das plantas.

PALAVRAS-CHAVE: *Tamarindus indica*; adubação orgânica; produção de mudas.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

EFEITO DE DIFERENTES DOSES DE ESTERCO BOVINO NO DIÂMETRO DO CAULE DE MUDAS DE *Tamarindus indica*

Erick Diniz Lisboa da Silva^{1*}, Sammy Sidney Rocha Matias¹, João Marcos Guedes Souza¹,
Emanuelly Carvalho Rodrigues¹, Érica Tavares de Sousa Ribeiro¹, João Henrique Fernandes
Freitas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: erickdiniz67@gmail.com

RESUMO: O tamarindeiro (*Tamarindus indica* L) é uma árvore de clima semiárido, o que o torna altamente adaptável ao clima presente no Nordeste e ao Estado do Piauí, região a qual apresenta pouca umidade e altas temperaturas, condições favoráveis à produção da fruta. Para se obter uma boa produção, é fundamental que desde o início sejam adotadas técnicas adequadas, entre as quais destaca-se a utilização de mudas de qualidade. Com isso, fontes renováveis e disponíveis de nutrientes vêm sendo buscadas, embora essas fontes devam ser compatíveis com a cultura. Dentre essas fontes alternativas, temos o esterco bovino, de fácil aquisição na maioria das regiões, e o qual apresenta concentrações consideráveis de nutrientes, necessários para o desenvolvimento inicial das mudas. Esse trabalho objetivou avaliar a relação entre a utilização de doses de esterco bovino adicionado ao substrato em mudas de tamarindeiro cultivadas em regime sombreado e não-sombreado, com o crescimento do diâmetro do caule. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e à pleno sol, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI, no período de setembro a outubro de 2023, sendo irrigado todo dia, o volume de água utilizada foi de acordo com necessidade ou quando água escorria pelos furos do saquinho. As mudas foram analisadas aos 65 dias. Foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino (curtido por 60 dias), em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 tratamentos e 5 repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino misturadas ao solo (Latossolo), retirado a uma profundidade de 0,0-0,40m, na seguinte proporção: T1 – testemunha (solo); T2 – 20% (volume total) de esterco bovino; T3 - 40% (volume total) de esterco bovino; T4 - 60% (volume total) de esterco bovino; T5 – 80% (volume total) de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi: Diâmetro do caule com o auxílio de um paquímetro digital. As análises foram realizadas pelo programa computacional Assistat versão 7.7 beta PT (2009). Aplicando-se o teste de Tukey a $p < 0,05$ de significância, para diagnóstico de efeito significativo. Para o experimento que utilizou sombreamento não houve diferença significativa entre os tratamentos. Em ambos os experimentos o comportamento dos dados foi linear, sendo que no experimento com sombrite o maior valor (3,33 mm) foi encontrado no tratamento 1, e no experimento à pleno sol no tratamento 4 (2,01 mm). A análise do diâmetro do caule permite indicar a capacidade que a muda apresenta de sobreviver no campo, sendo considerado por muitos pesquisadores, um dos melhores indicadores do padrão de qualidade das mudas. Apesar de não se diferenciar significativamente dos demais, o tratamento 1 do experimento com sombrite proporcionou o melhor resultado para a variável altura das plantas.

PALAVRAS-CHAVE: adubação orgânica; Fabaceae; produção de mudas.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

CRESCIMENTO INICIAL DE GRAMÍNEAS FORRAGEIRAS EM FUNÇÃO DE FONTES DE FÓSFORO

Irys de Moura Rêgo¹, Jefrejan Souza Rezende¹, Maria do Socorro de Sousa Menezes¹, Francisca Monalisa da Silva¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Picos, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: irysrego@aluno.uespi.br

RESUMO: A bovinocultura no Brasil é um dos pilares do agronegócio e da economia nacional. Nesse contexto, as pastagens emergem como a principal alternativa para o fornecimento de volumoso, aos bovinos. As cultivares BRS Capiapu e BRS Kurumi são forrageiras versáteis para atender a múltiplos propósitos, sendo especialmente indicadas para produção de alimentos de alta qualidade para o rebanho a um custo reduzido. Outro aspecto que favorece essas gramíneas é sua adaptação ao estresse hídrico, tornando-se opções viáveis para as condições do semiárido piauiense. Apesar da reconhecida importância da adubação fosfatada, pouco se encontra sobre a relação dela com as cultivares BRS Capiapu e BRS Kurumi no semiárido piauiense. Portanto, o objetivo do estudo foi avaliar a influência de fontes de fósforo de diferentes solubilidades nos parâmetros de crescimento de Capiapu e Kurumi após o primeiro corte de avaliação. O trabalho foi conduzido na área experimental da Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Barros Araújo, localizado no município de Picos. Foi adotado o delineamento inteiramente casualizado, em esquema fatorial (4x2), formados pela combinação de três fontes de fósforo (pó de rocha, superfosfato simples e superfosfato triplo) e a testemunha e duas cultivares do capim elefante (Capiapu e Kurumi), com quatro repetições, perfazendo 32 unidades experimentais, compreendendo cada unidade um vaso com capacidade de 18,0 dm³. O plantio ocorreu por meio de propagação vegetativa, diretamente no vaso, juntamente com o solo tratado com as diferentes fontes de adubo fosfatado. Para tanto, foram realizados dois cortes: O corte de uniformização foi realizado 30 dias após o plantio e o corte de avaliação foi realizado 30 dias após o corte de uniformização. As variáveis avaliadas foram: altura de planta, diâmetro do colmo, número de perfilhos, número de folhas por perfilho e número total de folhas. A adubação influenciou no número de perfilhos e número total de folhas, onde o superfosfato simple proporcionou maior valor dessas variáveis, em comparação ao pó de rocha. O Capiapu obteve maior valor de altura de planta, em relação ao Kurumi. Para produção de gramíneas forrageiras nas condições de estudo, recomenda-se cultivar BRS Capiapu adubada com superfosfato simples.

PALAVRAS-CHAVE: Capiapu; kurumi; adubação fosfatada.

APOIO: A Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Barros Araújo, pela estrutura e apoio fundamental para realização desse projeto.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

FONTES DE FÓSFORO DE DIFERENTES SOLUBILIDADES NO DESENVOLVIMENTO DE GRAMÍNEAS FORRAGEIRAS APÓS O SEGUNDO CORTE

Irys de Moura Rêgo¹, Jefrejan Souza Rezende¹, Rozeano dos Santos Teixeira¹, Rhamon Lucas dos Santos Silva¹, Francisco Edvaldo de Araújo Sousa¹, Francisco Diego Gomes de Lima¹, Emanuela da Silva Avelino¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Picos, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: irysrego@aluno.uespi.br

RESUMO: No semiárido piauiense, diversas gramíneas têm sido introduzidas com o objetivo de intensificar a atividade pecuária na região, entre elas as da espécie *Pennisetum purpureum* Schum. A cultivar BRS Capiáçu possui vigoroso crescimento vegetativo, rápida expansão foliar, excelente rendimento de biomassa e versatilidade de uso. A cultivar BRS Kurumi, conhecida por seu porte baixo, é amplamente utilizada em sistemas de pastejo rotacionado, destacando-se pela produção contínua de folhas e perfilhos. Devido à elevada produtividade por hectare dessas cultivares, é necessário um maior aporte de nutrientes, demandando, assim, uma atenção especial durante a adubação. Desse modo, objetivou-se, avaliar as características estruturais das cultivares BRS Capiáçu e BRS Kurumi adubadas com fontes de fósforo de diferentes solubilidades no semiárido piauiense. O experimento foi conduzido em ambiente protegido, localizado na área experimental do Curso de Agronomia da Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Barros Araújo. Foi adotado o delineamento inteiramente casualizado, em esquema fatorial (4x2), formado pela combinação de três fontes de fósforo (pó de rocha, superfosfato simples e superfosfato triplo) e a testemunha e duas cultivares do capim elefante (Capiáçu e Kurumi), com quatro repetições, totalizando 32 unidades experimentais compreendendo cada unidade um vaso com capacidade de 18,0 dm³. O plantio ocorreu por meio de propagação vegetativa. Foram realizados dois cortes, sendo o primeiro de uniformização e mais dois cortes a 30 e 75 dias após o corte de uniformização. Após o segundo corte de avaliação, ocorreu a avaliação das seguintes variáveis: altura de planta, diâmetro do colmo, número de perfilhos, número de folhas por perfilho e número total de folhas. Houve efeito individual da cultivar e das fontes de fósforo para a altura da planta. Houve efeito da interação para número de folhas por perfilhos. O pó de rocha proporcionou maior altura, em comparação ao superfosfato simples. O Capiáçu obteve maior altura de planta em comparação ao Kurumi. Para o Kurumi, o pó de rocha obteve maior valor de número de folhas por perfilho, em relação ao superfosfato simples e triplo. O uso do pó de rocha como fonte de fósforo na adubação dos capins Capiáçu e Kurumi demonstrou ser o manejo mais eficiente nas condições de estudo. A influência positiva do pó de rocha após o segundo corte de avaliação indica efeito residual desse adubo. A gramínea recomendada para produção é a BRS Capiáçu.

PALAVRAS-CHAVE: Pó de rocha; pennisetum purpureum schum; manejo.

APOIO: A Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Barros Araújo, pela estrutura e apoio fundamental para realização desse projeto.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

EFEITO DE DOSES DE ESTERCO BOVINO NO NÚMERO DE FOLHAS E ÁREA FOLIAR DE MUDAS DE *Tamarindus indica* L, COM E SEM SOMBRITE

João Henrique Fernandes Freitas^{1*}, Sammy Sidney Rocha Matias¹, João Marcos Guedes Souza¹, Emanuely Carvalho Rodrigues¹, Érica Tavares de Sousa Ribeiro¹, Erick Diniz Lisboa da Silva¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: joaohen.ff16@gmail.com

RESUMO: A cultura do tamarindeiro ainda pode ser bastante explorada, servindo de fonte de renda para as famílias do Nordeste brasileiro, região onde a planta se desenvolve com vigor pois o clima é favorável para seu desenvolvimento. No processo produtivo de mudas, muitos pesquisadores têm realizado estudos buscando identificar as melhores condições para a produção de mudas, como a utilização de técnicas de controle do sombreamento e a utilização de fontes de adubação orgânica no substrato. O substrato para ser considerado de qualidade deve apresentar características como boa aeração, retenção de água e disponibilidade de nutrientes, e uma das fontes orgânicas que oferece a maioria dessas características é o esterco bovino. O trabalho objetivou avaliar o desenvolvimento da parte aérea de mudas de tamarindeiro produzidas em áreas com e sem sombrite, com utilização de diferentes doses de esterco bovino na composição do substrato. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e à pleno sol, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI, no período de setembro a outubro de 2023, sendo irrigado todo dia, o volume de água utilizada foi de acordo com necessidade ou quando água escorria pelos furos do saquinho. As mudas foram analisadas aos 65 dias. Foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino (curtido por 60 dias), em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 tratamentos e 5 repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino misturadas ao solo (Latossolo), retirado a uma profundidade de 0,0-0,40m, na seguinte proporção: T1 – testemunha (solo); T2 – 20% (volume total) de esterco bovino; T3 - 40% (volume total) de esterco bovino; T4 - 60% (volume total) de esterco bovino; T5 – 80% (volume total) de esterco bovino. As variáveis analisadas aos 65 dias foram: número de folhas e área foliar total, utilizando uma régua gradual, verificando sua largura e comprimento em todas as folhas. Os dados foram analisados pelo programa ASSISTAT. Aplicando-se o teste de tukey, a significância foi analisada pelo teste F a $p < 0,05$ e depois analisado por regressão. Para o experimento que utilizou sombreamento, os dados obtidos para os tratamentos não apresentaram diferenças significativas, enquanto que no experimento sem utilização de sombreamento. Em ambos os experimentos o comportamento dos dados foi linear. Para a variável número de folhas, os maiores valores foram encontrados no tratamento 1, não se diferenciando significativamente dos demais, sendo 20 folhas no tratamento com sombrite e 8 folhas no tratamento sem sombrite. Enquanto que para a variável área foliar total, apesar de não apresentar diferença estatística, no tratamento com sombrite o maior valor (162) foi encontrado no tratamento 3, e no tratamento sem sombrite o maior resultado foi obtido no tratamento 2. O desenvolvimento da área foliar das mudas está relacionado com a qualidade da muda, influenciando o desenvolvimento da altura da planta, diâmetro do caule e matéria seca da parte aérea e total. Para a variável número de folhas o maior resultado foi obtido no tratamento 1, enquanto que para a variável área foliar total o maior resultado foi obtido no tratamento 3, ambos no experimento com sombrite, não apresentando diferenças significativas.

PALAVRAS-CHAVE: Fabaceae; Fruticultura; adubação orgânica.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

CULTIVO DE MUDAS DE TAMARINDO (*TAMARINDUS INDICA*) E O CRESCIMENTO RADICULAR EM SUBSTRATO NATURAL

João Marcos Guedes Souza¹, Sammy Sidney Rocha Matias¹, Erick Diniz Lisboa da Silva¹, Érica Tavares de Sousa Ribeiro¹, Emanuely Carvalho Rodrigues¹, João Henrique Fernandes Freitas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: jmarcosgsouza@gmail.com

RESUMO: O tamarindeiro é uma árvore originária da África tropical, e tem seu cultivo espalhado pelo mundo, com destaque para o Brasil e a Índia. A fruta apresenta polpa ácida e saborosa, amplamente utilizada na culinária. Essa planta prefere solos bem drenados e clima quente, e pode atingir até 25 metros de altura. A produção de mudas de qualidades é uma etapa de grande importância no desenvolvimento da cultura, devendo ser produzidas com componentes adequados nos substratos, que ofereçam os nutrientes adequados ao desenvolvimento das mudas. Para amenizar os efeitos da temperatura no desenvolvimento das mudas de tamarindeiro, uma das alternativas é a utilização de sombrites nas áreas de viveiro. O trabalho objetivou avaliar a influência de diferentes doses de esterco bovino adicionado ao solo em área com e sem sombreamento sobre o crescimento do sistema radicular de mudas de tamarindeiro. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e sem sombrite, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI. As mudas foram produzidas em sacos plásticos com 800 ml de volume. Foram utilizadas diferentes doses de esterco bovinos, em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 (cinco) tratamentos e 5 (cinco) repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovinos misturadas ao solo na seguinte proporção: t1 – testemunha (100% solo); t2 – 20% de esterco bovino; t3 - 40% de esterco bovino; t4 - 60% de esterco bovino; t5 – 80% de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi: Comprimento de raiz. Os dados foram analisados pelo programa ASSISTAT. Os resultados foram obtidos após a secagem do material em estufa a 65°C e pesado em balança. Aplicando-se o teste de tukey, a significância foi analisada pelo teste F a $p < 0,05$. No experimento que não utilizou sombreamento, ocorreu a morte de algumas plantas, o que impossibilitou a realização das análises estatísticas. As mudas produzidas utilizando sombreamento, o comportamento dos dados ocorreu de forma linear ($y = 0,0006x + 0,072$). No experimento com sombreamento, o tratamento 2 apresentou valor superior para a variável (0,12) e o menor valor foi 0,08g, porém não apresentou diferença significativa para os demais tratamentos, enquanto que no experimento sem sombreamento o maior valor foi encontrado no tratamento 1. A variável crescimento da raiz apresenta relação direta com a sobrevivência das mudas no campo, onde quanto maior a área radicular maior será a superfície de absorção de água e nutrientes, resultando no melhor desenvolvimento das plantas. A utilização de esterco bovino na composição do substrato não exerceu influência sobre o crescimento radicular de mudas de *Tamarindus indica*.

PALAVRAS-CHAVE: Adubação orgânica; fruticultura; esterco bovino.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

AVALIAÇÃO DA MASSA SECA DA RAIZ EM MUDAS DE *TAMARINDUS INDICA* PRODUZIDAS EM SUBSTRATO ORGÂNICO

João Marcos Guedes Souza¹, Sammy Sidney Rocha Matias¹, Erick Diniz Lisboa da Silva¹, Érica Tavares de Sousa Ribeiro¹, Emanuely Carvalho Rodrigues¹, João Henrique Fernandes Freitas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: jmarcosgsouza@gmail.com

RESUMO: O tamarindo (*Tamarindus indica*) é uma planta tropical de grande importância econômica em várias regiões do mundo, especialmente na Ásia, América Latina e partes da África. A qualidade das mudas é um fator crucial na produção de tamarindo, pois influencia diretamente o sucesso do cultivo e a produtividade da planta, necessitando que esse processo seja realizado com materiais adequados e livres de agentes patogênicos. Para a obtenção de mudas de qualidade, um dos fatores de maior influência é a composição do substrato, que deve apresentar quantidades adequadas de nutrientes, boa aeração e boa retenção de água. Uma das fontes alternativas para composição do substrato mais utilizadas é o esterco bovino devido às suas boas características e fácil aquisição nas mais diversas regiões do país. Diante disso, o presente trabalho objetivou-se avaliar o crescimento do sistema radicular de mudas de tamarindeiro produzidas com diferentes doses de esterco bovino, em área com 50% de sombreamento e sem sombreamento. O experimento foi conduzido em área com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e sem sombrite, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI. As mudas foram produzidas em sacos plásticos com 800 ml de volume. Foram utilizadas diferentes doses de esterco bovinos, em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 (cinco) tratamentos e 5 (cinco) repetições. Nos tratamentos foram utilizadas diferentes doses de esterco bovinos misturadas ao solo na seguinte proporção: t1 – testemunha (100% solo); t2 – 20% de esterco bovino; t3 - 40% de esterco bovino; t4 - 60% de esterco bovino; t5 – 80% de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi: Massa seca da raiz. Os dados foram analisados pelo programa ASSISTAT. Os resultados foram obtidos após a secagem do material em estufa a 65°C e pesado em balança. Aplicando-se o teste de tukey, a significância foi analisada pelo teste F a $p < 0,05$. No experimento instalado sem a utilização do sombrite não foi possível realizar as análises estatísticas dos dados devido às perdas de repetições, possivelmente devido a ocorrência de altas temperaturas durante o período do trabalho, sendo que o maior valor médio (0,13 g) foi encontrado no tratamento 4 (60% de esterco bovino). Enquanto que no experimento com utilização de sombrite os dados apresentaram comportamento quadrático ($y=0.00002X^2-0.00146x+0.11526$) e $R^2=0.88$, sendo possível identificar o ponto mínimo de produção (0,088 g) na dose mínima estimada de 36,5% de esterco bovino e 63,5% de solo. A massa seca do sistema radicular é um importante parâmetro para estimar a sobrevivência e o crescimento inicial das mudas no campo, pois sua função está relacionada principalmente, com a absorção de água e nutrientes. O maior valor médio para a variável massa seca da raiz foi encontrado no tratamento 4 do experimento sem sombrite.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de mudas; sustentabilidade; fruticultura.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ANÁLISE COMPARATIVA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM LAVOURAS TEMPORÁRIAS NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ, PIAUÍ

Laila Batista dos Santos^{1*}, Ivamauro Ailton de Sousa Silva²

¹Instituto Federal do Piauí, Campus Corrente, Piauí, Brasil. ²Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

*Autor correspondente: lailabsantos18@gmail.com

RESUMO: A cidade de Uruçuí, atualmente, destaca-se como uma importante região agrícola denominada de Matopiba, acrônimo das iniciais dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. No âmbito regional, esse espaço é considerado a atual e nova fronteira agrícola do Brasil, favorável às produções (lavouras temporárias) de soja, milho e arroz, que desempenham um papel fundamental na dinâmica socioeconômica e indicam mudanças do uso e da cobertura da terra em áreas antropizadas mais recentemente. O objetivo deste trabalho é realizar uma análise comparativa da produção agrícola das lavouras temporárias no município de Uruçuí, Piauí, entre 2006 e 2022. A pesquisa foi construída a partir da revisão bibliográfica e da coleta de dados primários e secundários utilizando as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados coletados foram organizados e analisados utilizando o software Excel para a criação de planilhas. Os resultados revelam que a maior produção de soja foi no ano de 2006, no qual alcançou 160.780 toneladas. A segunda maior produção foi de arroz, com 21.326 toneladas, enquanto a produção de milho atingiu 6.928 toneladas. Já no ano de 2022, a soja continuou sendo a principal cultura, com uma produção de 588.747. A segunda maior produção foi de milho, com um crescimento significativo de 571.207 toneladas. Já o arroz registrou uma queda acentuada, com uma produção de apenas 1.502 toneladas. Sendo assim, a produção de soja aumentou em 266,18%, passando de 160.780 toneladas em 2006 para 588.747 toneladas em 2022. Por outro lado, a produção de arroz sofreu uma queda acentuada, reduzindo-se de 21.326 toneladas em 2006 para 1.502 toneladas em 2022, o que representa uma diminuição de 92,96%. A produção de milho cresceu de forma expressiva em 8.144,90%, passando de 6.928 toneladas em 2006 para 571.207 toneladas em 2022. Conclui-se que, entre 2006 e 2022, o cultivo de milho e soja apresentou um crescimento expressivo, consolidando-se como uma das principais culturas agrícolas do município. Em contrapartida, a produção de arroz apresentou uma queda acentuada, refletindo mudanças nas preferências do consumidor e nas condições de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura intensiva; Crescimento agrícola; Uruçuí-Piauí.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PRODUÇÃO DE CAPIAÇU EM RESPOSTA A APLICAÇÃO DE BIOFERTILIZANTE BOVINO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Maria do Socorro de Sousa Menezes^{1*}, Jefrejan de Sousa Rezende¹, Irys de Moura Rêgo¹, Daniel de Moura Silva¹, Francisco Edvaldo de Araújo Sousa¹, Maria Letícia de Sousa Menezes¹, Emanuela da Silva Avelino¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Picos, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: mariamenezes@aluno.uespi.br

RESUMO: O Brasil tem se destacado na produção de massa forrageira devido às condições edafoclimáticas, com impacto positivo na criação de ruminantes. O capim elefante é uma das forrageiras mais importantes, com destaque para o clone BRS-Capiaçu, sendo fornecido como uma alternativa de suplementação volumosa, na forma de silagem e cortado verde no cocho. Os solos da região semiárida do Nordeste, na maior parte dos casos, possuem baixos teores de matéria orgânica. O uso de biofertilizantes bovinos melhoram as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, pela disponibilidade da matéria orgânica. Objetivou-se com o trabalho avaliar a produção de capiaçu em resposta a doses do biofertilizante bovino, no semiárido piauiense. O Estudo foi realizado na área experimental do Curso de Agronomia da Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Barros Araújo, na Cidade de Picos-PI. O delineamento experimental utilizado foi o inteiramente casualizado, onde foram aplicadas quatro doses do biofertilizante bovino (0, 25%, 50%, e 100% da dose recomendada), que corresponderam às doses (0; 0,465; 0,930; 1,860 L dm⁻³), com 4 repetições. 90 dias antes do plantio foi realizada a correção da acidez do solo com aplicação de calcário dolomítico. O biofertilizante bovino foi aplicado 40 dias antes do plantio. O plantio dos rebolos foi realizado em vasos plásticos de 18 dm³. Após 30 dias do plantio foi realizado o corte de uniformização e posteriormente foi realizado um corte de avaliação aos 50 dias. As variáveis avaliadas foram biomassa da folha, biomassa do colmo, massa seca da folha, massa seca do colmo, massa seca total e produtividade. De acordo com a análise de variância, houve efeito das doses do biofertilizante bovino para a biomassa da folha, biomassa do colmo, massa seca da folha, massa seca do colmo, massa seca total e produtividade. O biofertilizante bovino proporcionou melhoria na produção do Capiaçu, onde a dose de 0,930 L dm⁻³, correspondente a 103.333,33 L ha⁻¹, do biofertilizante bovino é a recomendada para a produção do Capiaçu, no primeiro corte.

PALAVRAS-CHAVE: Adubação orgânica; gramíneas forrageiras; pennisetum purpureum schumach.

APOIO: Ao CNPq, pela bolsa de iniciação científica.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

BIOFERTILIZANTE BOVINO NO DESENVOLVIMENTO DE CAPIAÇU NO SEMIÁRIDO

Maria do Socorro de Sousa Menezes^{1*}, Jefrejan Souza Rezende¹, Irys de Moura Rêgo¹, Daniel de Moura Silva¹, Francisco Edvaldo de Araújo Sousa¹, Rhamon Lucas dos Santos Silva¹, Rozeano dos Santos Teixeira¹, Francisco Diego Gomes de Lima¹, Emanuela da Silva Avelino¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Picos, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: mariamenezes@aluno.uespi.br

RESUMO: O emprego de plantas forrageiras como fonte principal de nutrientes para a criação de ruminantes tem se destacado no Brasil. A cultivar de capim BRS-Capiaçú destaca-se das demais por apresentar facilidade de colheita mecanizada, resistência ao tombamento e touceiras cheias e erguidas. Uma alternativa para melhoria das características do solo e produção de gramíneas forrageiras é a utilização de biofertilizante bovino, uma eficiente fonte de nutrientes com baixo custo. O objetivo do estudo foi avaliar o efeito do biofertilizante bovino no desenvolvimento do Capiaçú, no semiárido piauiense. O estudo foi realizado na área experimental do Curso de Agronomia da Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Barros Araújo, na Cidade de Picos-PI. O delineamento experimental utilizado foi o inteiramente casualizado, formado por quatro doses do biofertilizante bovino (0; 0,465; 0,930 e 1,860 L dm⁻³), com 4 repetições. Foi realizada a correção da acidez do solo 90 dias antes do plantio da cultura. A aplicação do biofertilizante ocorreu 40 dias antes do plantio. Os rebolos foram plantados em vasos plásticos de 18 dm³, na densidade de três plantas vaso⁻¹. Após 30 dias do plantio foi realizado o corte de uniformização. 50 dias após o corte de uniformização, foi realizado o corte de avaliação. As variáveis avaliadas foram: altura de planta, número de folhas, número de folhas vivas, número de folhas mortas, número de perfilhos e número de folhas por perfilho. Houve efeito das doses do biofertilizante bovino para altura de planta, número de folhas, número de folhas vivas, número de folhas mortas, número de perfilhos e número de folhas por perfilho. O biofertilizante bovino proporcionou melhoria no crescimento de Capiaçú. A dose de 1,860 L dm⁻³ do biofertilizante bovino foi recomendada para o desenvolvimento inicial do Capiaçú.

PALAVRAS-CHAVE: Adubação orgânica; capim elefante; pennisetum purpureum schumach.

APOIO: Ao CNPq, pela bolsa de iniciação científica.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

REGISTRO DE *Cadra cautella* (WALKER, 1863) (LEPIDOPTERA: PYRALIDAE) EM CASTANHAS, EM NOVA CALIFÓRNIA, RO

Rodrigo Souza Santos^{1*}, Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo¹.

¹Embrapa Acre, Rio Branco, AC, Brasil

*Autor de contato: rodrigo.s.santos@embrapa.br

RESUMO: Nativa da região amazônica, a castanheira-da-amazônia, *Bertholletia excelsa* Bonpl. (Lecythidaceae), apresenta significativa relevância social e econômica para as comunidades locais, decorrente da comercialização de suas castanhas, o produto florestal não madeireiro mais importante da região. Apesar do alto consumo de castanhas nos mercados nacional e internacional, pouco se conhece sobre os insetos-praga associados à castanheira no Brasil. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar o primeiro registro de um lepidóptero broqueador em castanhas no distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho, RO. Em abril de 2024, foi verificada a presença de microlepidópteros em amêndoas de *B. excelsa* armazenadas e, em processamento (09°45'28,26"S, 66°36'32,73"O). Uma amostra de castanhas infestadas foi retirada, acondicionada em saco hermético e encaminhada ao Laboratório de Entomologia da Embrapa Acre em Rio Branco, AC. No laboratório, as amêndoas foram acondicionadas em gaiola telada à espera da emergência de adultos. Foram capturados seis espécimes de microlepidópteros adultos, os quais foram montados em alfinetes entomológicos e encaminhados para identificação taxonômica. Os insetos foram identificados como *Cadra cautella* (Walker, 1863) (Lepidoptera: Pyralidae), conhecida popularmente por “traça-do-cacau”. As mariposas medem cerca de 2 cm de envergadura, possuem coloração acinzentada e apresentam três estrias transversais brancas nas asas anteriores. As lagartas, quando recém eclodidas, são brancas e, quando desenvolvidas, apresentam coloração levemente rosada. Assim como relata a literatura, os danos nas amêndoas de castanheira são semelhantes aos relatados em sementes de cacau, caracterizando-se por orifícios e galerias internas nas amêndoas ocasionadas pela alimentação das lagartas, tornando-as impróprias para o consumo. Ademais, os orifícios nas amêndoas causados pelas lagartas podem proporcionar condições para o desenvolvimento fúngico e contaminação por micotoxinas. Geralmente as pragas que ocorrem durante o armazenamento se beneficiam das condições inadequadas de ventilação e umidade. Faz-se, portanto, o primeiro registro de *C. cautella* em amêndoas de *B. excelsa* em Rondônia, bem como no Brasil. Conhecer as espécies de insetos que causam prejuízos econômicos aos castanhais ou às próprias castanhas é o primeiro passo para o desenvolvimento de estratégias eficientes para controlá-los.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; *Ephestia cautella*; Phycitinae

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

AVALIAÇÃO DA MASSA SECA TOTAL EM MUDAS DE *TAMARINDUS*, COM E SEM SOMBRITE

João Henrique Fernandes Freitas^{1*}, Sammy Sidney Rocha Matias¹, João Marcos Guedes Souza¹, Emanuely Carvalho Rodrigues¹, Érica Tavares de Sousa Ribeiro¹, Erick Diniz Lisboa da Silva¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: joaohen.ff16@gmail.com

RESUMO: O tamarindeiro tem uma grande versatilidade em questão da sua época de plantio, pois é uma planta que possui grande resistência, seu plantio pode ser realizado em qualquer época do ano. Para se obter uma boa produção, é necessário que o plantio seja realizado utilizando mudas de qualidade, que apresentem condições sanitárias e nutricionais adequadas. O índice da massa seca total (MST) é considerado um importante parâmetro na avaliação da qualidade de mudas, visto que diferentemente de outros parâmetros como altura das plantas e diâmetro do caule, não é influenciada por distorções decorrentes de estiolamento devido a competição por luz ou pelo excesso de nitrogênio. O trabalho objetivou avaliar a massa seca total de mudas de tamarindo (*Tamarindus indica*) produzidas em áreas com e sem sombrite, com utilização de diferentes doses de esterco bovino na composição do substrato. Foram instalados dois experimentos, com sombrite (redução de 50% da radiação solar total) e sem sombrite, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), município de Corrente-PI. Foram utilizadas diferentes doses de esterco bovino misturados ao solo, em delineamento experimental inteiramente casualizado (DIC), constando de 5 (cinco) tratamentos e 5 (cinco) repetições. Os sacos utilizados para formação das mudas, possui capacidade para 500g. Os tratamentos foram: t1 – testemunha (100% solo); t2 – 20% (volume) de esterco bovino; t3 - 40% (volume) de esterco bovino; t4 - 60% (volume) de esterco bovino; t5 – 80% (volume) de esterco bovino. A variável analisada aos 65 dias foi: Massa seca total. As análises foram realizadas por modelos de regressão. Para o experimento que utilizou sombreamento, os dados obtidos para os tratamentos não apresentaram diferenças significativas, enquanto que no experimento sem utilização de sombreamento, não foi possível realizar as análises estatísticas devido a perdas de repetições ocorridas, muito possivelmente devido às altas temperaturas. Em ambos os experimentos o comportamento dos dados foi linear, com maiores valores obtidos no tratamento 1, sendo 1,23 g e 0,30 g, para os tratamentos com e sem sombrite, respectivamente. O índice da massa seca total (MST) é considerado um importante parâmetro na avaliação da qualidade de mudas, visto que diferentemente de outros parâmetros como altura das plantas e diâmetro do caule, não é influenciada por distorções decorrentes de estiolamento devido a competição por luz ou pelo excesso de nitrogênio. O tratamento 1 do experimento com sombrite se sobressai aos demais tratamentos, com e sem sombrite.

PALAVRAS-CHAVE: Tamarindo; fruticultura; sustentabilidade.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

BIOLOGIA



II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

BRIOFLORA EM CERRADO DO EXTREMO SUL PIAUIENSE

Aline Alves Pereira¹, Cristiane Batista Rocha¹, Dalvirene da Silva Santos¹, Márcia Cristina Sousa da Silva¹, João Paulo Messias Santos¹, Denilson F. Peralta², Maria Andréia Nunes^{1*}.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Instituto de Pesquisas Ambientais, São Paulo, Brasil.

*Autor de contato: mariaandrea@cte.uespi.br

RESUMO: Há poucos registros das espécies de briófitas que ocorrem no extremo sul do estado do Piauí. É uma região de Cerrado predominante, o bioma mais desmatado no país nos últimos anos. As briófitas são relevantes como bioindicadoras para análise de qualidade ambiental. Elas também contribuem para o armazenamento de água e ciclagem de nutrientes no solo. Esse estudo teve como objetivo realizar um levantamento das espécies de briófitas em comunidades rurais do município de Corrente, PI. O material foi coletado em caminhadas livres, entre dezembro de 2023 à março de 2024, em quatro comunidades, Vereda da Porta (10°23'17,5"S, 45°15'10,9"O); Beira Rio (10°26'40"S; 45°9'55"O); Morro do Pico (10°23'10,55"S, 45°15'06,5"O) e Boi Manso (10°30'38,5"S, 45°16'23,9" O). As plantas foram coletadas próximas aos cursos d'água com auxílio de canivete de diversos substratos, solo, rochas e cascas de árvores, e armazenadas individualmente em sacos de papel devidamente identificadas. No laboratório de botânica da UESPI-Corrente, foram analisadas sobre estereomicroscópio. Duplicatas das amostras foram depositadas no Herbário SP do Instituto de Pesquisas Ambientais. Foram identificadas 26 espécies, as quais 19 são musgos (Bryophyta) e 7 Hepáticas (Marchantiophyta). Em Bryophyta, as espécies estavam distribuídos em 12 famílias e 15 gêneros, enquanto em Marchantiophyta, três famílias e seis gêneros. São registros novos para o estado do Piauí *Bryum coronatum* Schwägr., *Barbula arcuata* Griff., *Cheilolejeunea rigidula* (Nees ex Mont.) R.M. Schust., *Frullania platycalyx* Herzog, *Garckea flexuosa* (Griff.) Margad. & Nork., *Isopterygium affusum* Mitt., *Trachyphyllum dusenni* (Müll.Hal. Ex Broth.) Broth., *Splachnobryum obtusum* (Brid.) Müll.Hal., *Riccardia chamedryfolia* (Sprude) Schiffn., *Cololejeunea camilli* (Lehm.) A. Evans e *Lejeunea glaucences* Gottsche. Esses resultados acrescentam o conhecimento sobre a flora piauiense e ressaltam a importância de coletas em áreas pouco amostradas visando estudos de levantamento florístico.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade; briófitas; conservação.

APOIO: Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU/UESPI).

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O ENSINO DE ECOLOGIA ATRAVÉS DE MUSGÁRIOS

Aline Alves Pereira¹, João Paulo Messias Santos¹, Marcia Cristina Souza Silva¹, Maria Andréia Nunes^{1*}.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: mariaandrea@cte.uespi.br

RESUMO: Os terrários são minijardins acondicionados geralmente em recipientes de vidro hermeticamente fechados, criando miniecosistemas autossustentáveis. Além de serem decorativos, são ótimos para ensinar conceitos básicos de ecologia, como ecossistema, fauna e flora, nichos, ciclos biogeoquímicos, entre outros. Musgários são tipos de terrários em que as plantas protagonistas são os musgos. As briófitas (Bryophyta) são as plantas popularmente conhecidas como musgos, são plantas avasculares juntamente com as hepáticas (Marchantiophyta) e os antóceros (Anthocerotophyta). Nos ambientes, armazenam água e participam da ciclagem de nutrientes no solo. Economicamente, os musgos são muito explorados na decoração, sendo inclusive comercializados para compor arranjos florais. Aqui apresenta-se resultados de ação extensionista cujo objetivo foi ensinar ecologia através dos musgários. Esse trabalho é parte do projeto “Explorando a Brioflora do Cerrado MATOPIBA” vinculado ao Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU/UESPI), Edital Prex/Pibeu n. 057/2023. Musgos comumente encontrados em áreas urbanas e rurais de Corrente-PI, bem como, adquiridos em lojas especializadas, foram utilizados para criar os musgários. Os musgos foram plantados em substrato vegetal sobre areia grossa no interior de potes de vidro de diversos tamanhos, tentou-se criar pequenos cenários atrativos, utilizando-se pedriscos coloridos e pequenos objetos de gesso que simulavam animais e pequenas casas; após a umidificação dos substratos, os potes foram hermeticamente selados com auxílio de cola de silicone. Os musgários foram apresentados para a população em geral durante a 47ª ExpoCorrente em agosto de 2024 no *stand* da UESPI. Os autores monitoraram a ação respondendo perguntas dos interessados, destacando-se principalmente conceitos ecológicos. Houve visitantes de diversas idades e no geral percebeu-se que é um ótimo recurso didático pelo seu caráter, lúdico e decorativo. Falar sobre ciência fora de ambientes acadêmicos é uma oportunidade de desmistificar o conhecimento científico, que pode ser algo agradável e bonito, e que na verdade faz parte do cotidiano das pessoas. Os musgários geraram curiosidade e a reflexão sobre o ambiente e, portanto, também é um instrumento para educação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental; ecologia; terrários.

APOIO: Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU/UESPI).

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ESTADO DA ARTE DA BIOLOGIA DE ICHNEUMONIDAE (HYMENOPTERA) NO BRASIL

Alvaro Doria dos Santos^{1*} e Helena Carolina Onody².

¹Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins, Brasil. ²Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: alvarods3@gmail.com

RESUMO: As vespas de Darwin, pertencentes à família Ichneumonidae, estão entre os grupos de insetos mais diversos e ecologicamente significativos, especialmente devido ao seu papel no controle natural de populações de outros insetos, atuando como parasitoides. Com mais de 25.000 espécies descritas globalmente, estima-se que o número total de espécies possa ultrapassar 100.000. O Brasil, conhecido por sua rica biodiversidade, oferece um campo vasto e ainda pouco explorado para o estudo dessas vespas, e grande parte das interações entre Ichneumonidae e seus hospedeiros permanece desconhecida. Este estudo tem como objetivo atualizar as informações sobre as associações parasitoide-hospedeiro de vespas de Darwin no Brasil, por meio de uma revisão sistemática da literatura publicada entre 1898 e 2023. A revisão abrangeu 159 artigos científicos, resultando em 367 registros biológicos que associam 77 gêneros e 90 espécies de 15 subfamílias de Ichneumonidae aos seus hospedeiros. Dentre as ordens de hospedeiros, destacaram-se Lepidoptera (63,57%), Araneae (12,92%), Hymenoptera (19,64%), Coleoptera (2,58%), e as ordens Diptera, Hemiptera e Neuroptera (1,29% cada). Entre as subfamílias estudadas, os registros de Campopleginae (26,87%), Pimplinae (26,36%) e Cryptinae (21,71%) foram os mais prevalentes. A espécie com o maior número de registros foi *Campoletis flavicincta* (Ashmead, 1890), amplamente reconhecida por seu papel no controle de pragas em culturas como milho, soja e algodão, atacando principalmente *Spodoptera frugiperda* (Smith, 1797), que também foi o hospedeiro com o maior número de interações registradas com parasitoides (44 registros). A análise geográfica revelou que a maior parte dos registros de associações parasitoide-hospedeiro está concentrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde a atividade de pesquisa taxonômica é mais intensa. Biomas de grande importância, como o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado, permanecem significativamente pouco explorados, sugerindo uma vasta diversidade de interações ainda por descobrir. A correta identificação das espécies e suas associações biológicas é fundamental não apenas para o controle biológico de pragas, mas também para a compreensão da evolução e biologia das vespas parasitoides. Aproximadamente 60% dos registros biológicos revisados foram identificados ao nível de espécie, o que ressalta o desafio taxonômico imposto pela enorme diversidade de Ichneumonidae. Muitas subfamílias ainda carecem de revisões taxonômicas atualizadas, dificultando a identificação precisa. Essa lacuna é particularmente evidente em subfamílias cujos registros são, em sua maioria, restritos ao nível genérico, como Anomaloninae, Ichneumoninae e Mesochorinae. O elevado número de registros com Lepidoptera reflete a predominância de espécies associadas a pragas agrícolas, particularmente lepidópteros de interesse econômico. Entretanto, além dos registros de espécies amplamente estudadas, foram encontrados muitos registros de interações parasitoide-hospedeiro com aranhas. O baixo número de registros para outras ordens pode estar relacionado à dificuldade de coleta e criação de hospedeiros dessas ordens, o que limita a documentação dessas interações. Este estudo destaca a importância de continuar a coleta e identificação de dados biológicos sobre Ichneumonidae no Brasil, especialmente em áreas menos estudadas e com espécies de hospedeiros naturais. A ampliação dos esforços taxonômicos, com revisões e elaboração de chaves de identificação, é essencial para melhorar a precisão dos dados biológicos de Ichneumonidae.

PALAVRAS-CHAVE: Vespas de Darwin; parasitoide; hospedeiro.

APOIO: A CAPES pela bolsa de Pós-Doutorado (88887.975224/2024-00).

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ESPÉCIES VEGETAIS OCORRENTES EM MATA CILIAR DO RIO CORRENTE, PI: POTENCIAL DE USO E IMPORTÂNCIA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Ana Victória de Moura Melo^{1*}, Milrella Marciel Cesar², Lorrán André Moraes², Kelly Polyana Pereira dos Santos².

¹Universidade Estadual do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil. ² Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: anavmelo@aluno.uespi.br

RESUMO: Os recursos naturais utilizados pelo homem têm grande importância para humanidade seja na fabricação de remédios, ornamentações, uso alimentícios, construções entre outros, esses conhecimentos são gerados e transmitidos a partir da tradição de um povo gerado por experiências ao longo do tempo. Com isso, é essencial o uso adequado desses recursos com o fim de conservar e promover o manejo de forma consciente. As matas ciliares estão presentes em todos os ecossistemas proporcionando uma vegetação rica e variada. Portanto, essa pesquisa teve como objetivo identificar as espécies vegetais presentes na vegetação ciliar do Rio Corrente, bem como apresentar seu potencial de uso e na conservação da biodiversidade. Nesse viés, realizou-se um estudo da mata ciliar da bacia do Rio Corrente, no município de Corrente do Piauí onde desenvolveu-se a coleta de informações das espécies vegetais em sete pontos mata ciliar e seus potenciais de uso baseados na literatura e organizados em tabelas com as seguintes informações nome da espécie, nome popular, localidade e potencial de uso. O Estudo identificou 125 espécies distribuídas em 55 famílias. Constatou-se que as famílias com maior representatividade foram Fabaceae, Euphorbiaceae, Apocynaceae e Malvaceae. As demais famílias foram representadas por números iguais ou inferiores a quatro espécies botânicas. Portanto, este trabalho poderá contribuir como subsídios a futuros projetos de conservação e manejo que busca identificar, prevenir e mitigar eventuais impactos ambientais negativos voltados para a recuperação e reflorestamento da mata ciliar do Rio Corrente e proporcionar informações importantes sobre as espécies encontradas na região e seus benefícios a população da região com intuito de levantar informações verídicas e atuais sobre as espécies.

PALAVRAS-CHAVE: Mata ripária; categorias de uso; recursos naturais.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí, pela bolsa de iniciação científica e financiamento do projeto de pesquisa.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O USO DE MAQUETES PARA ABORDAR AS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO ENSINO MÉDIO

Anderson Felipe Leite dos Santos¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Floriano, Piauí, Brasil. ¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Oeiras, Piauí, Brasil. ¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

*Autor de contato: andersonsantos@frn.uespi.br

RESUMO: A discussão sobre as energias renováveis (ER) na escola pode e deve ocorrer em todas as disciplinas escolares, pois, é um campo multidisciplinar amplo que envolve o debate em busca pela preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a construção de saberes no chão da escola sobre as ER, envolve uma questão de responsabilidade social, visto que dependendo das ações propostas e desenvolvidas pelos estudantes com a mediação dos professores pode contribuir para a formação de cidadãos mais sensíveis sobre as questões socioambientais que estão presentes no cotidiano local, regional, nacional e até mesmo global. Partindo da contextualização posta, este trabalho tem como objetivo relatar o desenvolvimento de uma proposta de microaula sobre as energias renováveis no 3º ano do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Oeiras, no mês de agosto de 2024. Em termos metodológicos, a pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. A atividade foi proposta na disciplina de Geografia e contou com a participação de 5 estudantes. Inicialmente, durante os 10 minutos iniciais da microaula os estudantes preparam uma exposição teórica sobre as energias renováveis, destacando pontos positivos e negativos. Posteriormente, a equipe apresentou 5 maquetes, sendo a primeira representando uma termoeletrica, a segunda uma hidrelétrica, a terceira abordou a energia eólica, a quarta a energia de biomassa e a última a energia solar. Para a produção das maquetes foram utilizados os seguintes materiais: papelão, cartolina, EVA, algodão, caixa de sapato, papel alumínio, palito de madeira, cola quente, cola branca, isopor, tinta guache, tesoura, palha, estilete, cartolina laminada e plantas artificiais. Como resultados, constatou-se a empolgação e o capricho dos estudantes desde a confecção das maquetes até o momento da apresentação. Os outros colegas de turma ficaram bastante concentrados e participaram de forma significativa do debate sobre as energias renováveis, querendo a todo momento observarem as maquetes e perguntarem sobre os diferentes processos de produção de energia. Conclui-se que é importante o professor colocar os alunos no centro do processo de ensino-aprendizagem, os tornando protagonistas das aulas por meio da exposição de suas concepções e ideias, colaborando assim para a construção de conhecimentos, incentivo a autonomia e confiança ao falar em público, e conseqüentemente, colaborando para os avanços em seus aprendizados.

PALAVRAS-CHAVE: Energias renováveis; processo de ensino-aprendizagem; sensibilização socioambiental.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ESTRUTURA DA MIRMECOFAUNA EM UMA ÁREA DE RESTINGA ARBUSTIVA NA ZONA COSTEIRA AMAZÔNICA

Beatriz dos Santos Corrêa¹, Rogério R. Silva¹, Emely L. S. Siqueira¹.

¹Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Brasil.

*Autor de contato: beatrizcorrea2138@gmail.com

RESUMO: O estudo de similaridades e diferenças da estrutura local da mirmecofauna em restingas amazônicas pode ajudar a compreender os processos de nicho responsáveis pela montagem dessas comunidades. Assim, o presente estudo objetivou caracterizar a estrutura local de formigas em uma restinga arbustiva no litoral paraense. A coleta do material foi conduzida durante a estação chuvosa no município de Marapanim, nordeste paraense. Considerando as diferenças na complexidade vegetal, em uma mesma área, foram instalados três transectos (A, B, C) de 250m de extensão, com cinco estações de coleta distantes 50m entre si, e cada uma destas com quatro armadilhas de queda no solo, expostas por 48 horas. Foram coletados 987 espécimes em 160 registros de seis subfamílias, 12 gêneros, 28 espécies e oito guildas tróficas: i. Dolichoderíneas pequenas de recrutamento massivo (4 spp.); ii. Predadoras grandes (2 spp.); iii. Oportunistas pequenas (1 sp.); iv. Patrulheiras (6 spp.); v. Formicíneas pequenas de recrutamento massivo (3 spp.); vi. Cultivadoras de fungos (3 sp.); vii. Myrmicíneas generalistas pequenas (9 spp.); viii. Myrmicíneas de recrutamento massivo e agressivas (9 spp.). Esta mirmecofauna é formada principalmente (65% das espécies) por espécies pequenas (< 5 mm), generalistas, oportunistas, de recrutamento massivo e agressivas (17 spp.), como *Solenopsis* sp. 1 (N=32), *Camponotus* sp. 1 (N=19), *Solenopsis* sp. 4 (N=18) e *Wasmannia auropunctata* (N=15) que correspondem a cerca da metade dos registros de ocorrência. As guildas encontradas sugerem que as espécies tendem a utilizar os mesmos recursos e micro-habitats. Ambos os grupos ecológicos, exceto oportunistas pequenas, tiveram espécies representantes em todos os transectos, variando em composição e abundância. O transecto A, caracterizado por maior complexidade ambiental, apresentou maior ocorrência e número de espécies exclusivas (N= 62; 7 spp.). A composição de espécies foi mais homogênea entre os transectos A e B, o que pode ser explicado pelas semelhanças na estrutura da vegetação, uma vez que estes foram dispostos nas bordas de adensamentos arbustivos enquanto o C foi instalado ao centro da porção mais aberta. Ainda, foi registrado uma nova espécie de *Mycetophylax*, gênero característico de restinga. Quando todos os registros conhecidos nas restingas brasileiras são comparados, observamos que cerca de 7% dos registros (N=202) são do bioma amazônico, e, que, o presente estudo em uma única localidade revelou sete gêneros (*Brachymyrmex*, *Cyphomyrmex*, *Nylanderia*, *Mycetophylax*, *Odontomachus*, *Solenopsis*, e *Wasmannia*) ainda não registrados em restingas amazônicas. Porém considerando que são gêneros muito comuns, encontrados em diversos ambientes, é muito provável que a fauna de formigas nas restingas amazônicas seja subestimada. Assim, nossos resultados, além de melhorar o conhecimento de formigas em restingas da Amazônia, demonstram que estudos nessa fitofisionomia têm potencial para revelar a ecologia e história natural da fauna de Formicidae.

PALAVRAS-CHAVE: Formicidae; litoral paraense; guildas tróficas.

APOIO: Ao Cnpq, pela bolsa de iniciação científica, e ao Programa de Capacitação Institucional. Ao Museu Paraense Emílio Goeldi pela estrutura e oportunidade.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PIBID E EDUCAÇÃO ALÉM DO AMBIENTE ESCOLAR: PROMOVEDO O CONHECIMENTO ANIMAL

Carla Cristina dos Santos Baborsa^{1*}, Márcia dos Santos Miranda¹, Rodrigo Ferreira de Morais¹, Helena Carolina Onody¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: carla.cristina.dos.s.b@aluno.uespi.br

RESUMO: Os animais desempenham papéis fundamentais e indispensáveis nos ecossistemas, contribuindo significativamente para a saúde e o equilíbrio ambiental. Utilizar organismos ou representações destes como recursos didáticos fora do ambiente escolar proporciona uma experiência enriquecedora que promove o desenvolvimento de novas habilidades de observação, identificação e apreciação da biodiversidade para toda comunidade. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) oferece aos estudantes a oportunidade de vivenciar e executar atividades fora do ambiente escolar, contribuindo para a formação acadêmica e estimulando a inovação nas práticas educativas. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma atividade realizada na ExpoCorrente, uma feira agropecuária realizada anualmente no município de Corrente, PI. A atividade envolveu a exploração das características físicas de animais para ensinar sobre seus hábitos, comportamentos e locomoção. Foram utilizadas a forma e o tamanho das pegadas de animais (coelho, galinha, porco e ovelha), moldes de insetos em gesso e um dado grande com imagens de quatro animais (sapo, ave, cobra e gato). As pegadas foram coletadas com o apoio do Curso de Zootecnia da Universidade Estadual do Piauí, em Corrente, PI. Para cada animal, foi utilizado um recipiente de plástico com argila úmida, pressionando as patas dos animais. Após a coleta, as pegadas foram secas em ambiente arejado. Os moldes de insetos em gesso, com formas e tamanhos variados, foram produzidos utilizando formas de silicone. O dado foi confeccionado em papelão, com imagens dos animais aplicadas em suas faces. A atividade foi realizada no dia 16 de julho de 2023 em uma sala do evento agropecuário, aberta ao público em geral, e consistiu em três etapas. Primeiramente, os visitantes observaram a bancada com a exposição das pegadas animais e tentaram identificar a quais espécies pertenciam. Em seguida, os participantes se reuniram em um círculo e jogaram um dado, sendo desafiados a representar os animais por meio de mímicas e sons. Por fim, os visitantes receberam moldes de insetos em gesso para reconhecer e explorar as diferentes formas desse grupo animal. A atividade atraiu muitos visitantes de diversas idades e promoveu uma integração eficaz entre teoria e prática fora do ambiente escolar, gerando memórias significativas para os participantes. Observou-se uma maior interação e participação das crianças. A abordagem lúdica demonstrou ser eficaz, estimulando a criatividade e proporcionando melhor compreensão das características dos animais. Adicionalmente, a atividade ofereceu aos discentes do PIBID uma experiência enriquecedora, ampliando seus conhecimentos e preparando-os para aplicar recursos didáticos inovadores e criativos em sua futura atuação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade; ciência; natureza.

APOIO: À CAPES, pelas bolsas de Programa de Iniciação à Docência e à Universidade Estadual do Piauí.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES RIBEIRINHOS SOBRE A AVIFAUNA DA MATA CILIAR DO RIO PERITORÓ EM ALTO ALEGRE DO MARANHÃO-MA

João Cardoso Maciel Filho^{1*}, Francisco Marques de Oliveira Neto², Kelly Polyana Pereira dos Santos³.

¹Universidade Estadual do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil. ²Instituto Federal de Educação do Maranhão, Bacabal, Maranhão, Brasil. ³Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: joaocardosomacielfilho@gmail.com

RESUMO: As aves constituem um grupo de grande importância para os ecossistemas terrestres pelas diversas funções que desempenham no ambiente. Entretanto, muitas são as ameaças que incidem sobre elas, uma vez que muitos indivíduos não percebem a grande contribuição desses seres vivos para o equilíbrio ambiental. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo analisar a percepção ambiental de estudantes ribeirinhos sobre a fauna de aves que habita a mata ciliar do rio Peritoró, nas proximidades do povoado Angical, no município de Alto Alegre do Maranhão-MA. A pesquisa de natureza aplicada e abordagem quantitativa da problemática foi realizada em julho de 2023, através de questionário específico com perguntas abertas e fechadas, com 44 estudantes do ensino fundamental dos anos finais. Os dados evidenciaram que para 44% dos alunos, as aves são consideradas dispersoras de sementes, polinizadoras e controlam a população de insetos; 67% dos entrevistados afirmaram não possuir ave silvestre como animal de estimação, enquanto 33% restantes atestam possuir aves silvestres em suas casas; quanto ao interesse na conservação da avifauna local, verificou-se que 68% dos alunos demonstram ter grande interesse na conservação desse grupo de seres vivos. Desse modo, foi possível perceber que os estudantes possuem um conhecimento significativo sobre as aves da região; compreendem a importância delas para o equilíbrio ecológico; e destacam as principais ameaças para a vida desses animais. Vale ressaltar que nesse contexto a escola e a disciplina de Ciências têm desempenhado um papel de extrema importância no sentido de sensibilizar os estudantes quanto a necessidade de preservação do meio ambiente e de todos os seus componentes abióticos e bióticos. Por outro lado, ficou evidente a necessidade de uma maior interação entre os conhecimentos científicos e os aspectos da região na qual os alunos estão inseridos, por meio de estratégias de ensino que possibilitem aos alunos estabelecerem uma relação ainda mais harmônica e respeitosa com o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Aves; aprendizagem; vegetação.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

LEVANTAMENTO DA AVIFAUNA DA MATA CILIAR DO POVOADO CAMPESTRE EM ALTO ALEGRE DO MARANHÃO-MA

João Cardoso Maciel Filho^{1*}, Rozilma Soares Bauer², Kelly Polyana Pereira dos Santos³.

¹Universidade Estadual do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil. ²Universidade Estadual do Maranhão, Bacabal, Maranhão, Brasil.

³Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: joacardosomacielfilho@gmail.com

RESUMO: As aves apresentam vasta riqueza morfológica e estética e se destacam por contribuírem com a variedade faunística do país, indicarem o grau de qualidade dos ambientes e contribuírem para o equilíbrio ambiental. Entretanto, no município de Alto Alegre do Maranhão são escassos os estudos que visam levantar a diversidade de aves da localidade, contribuindo para a existência de lacunas no conhecimento sobre essa classe de seres vivos, quando comparado aos estudos realizados em outras regiões do Brasil. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo conhecer a avifauna da mata ciliar do rio Peritoró, que banha o povoado Campestre, localizado na zona rural do município de Alto Alegre do Maranhão-MA. A pesquisa de natureza aplicada e abordagem quantitativa foi realizada através de procedimentos de coletas de dados entre os meses de maio a outubro de 2022, no povoado Campestre, zona rural do município, nas imediações do rio Peritoró, onde foram feitas observações das aves em seu ambiente natural. Para isso, foram utilizados equipamentos fotográficos, sonoros e fichas de registro para colher as informações sobre as características morfológicas e comportamentais das aves. No total foram realizadas onze visitas, das quais cinco aconteceram no turno matutino, das 06:00 às 10:00 horas, tendo um total de 78 espécimes registrados, enquanto as seis visitas restantes ocorreram no turno vespertino, com horário de observação das 14:00 às 17:00 horas e um total de 53 espécimes avistados. O somatório das horas e espécimes de aves em todas as visitas resulta em 38 horas em campo e 131 espécimes registrados. A identificação e a classificação taxonômica e sistemática das aves observadas na localidade ocorreram através do registro das fotos, áudios e caracterização das aves na plataforma Wikiaves, onde contou-se com a colaboração de ornitólogos de todo o país no processo de identificação. Com isso, foi possível identificar 48 espécies da avifauna habitantes da mata ciliar do rio Peritoró, que estão distribuídas em 42 gêneros, 22 famílias e 12 ordens. Passeriformes foi a ordem mais representativa, com um total de 20 espécies (41%), seguida da ordem Columbiformes, com seis espécies (13%). Este resultado está de acordo com os registros do estado e do país, onde essas ordens são as mais abrangentes. Por fim, evidencia-se que o levantamento realizado constitui uma fonte de registros científicos concretos sobre a avifauna local, contribuindo para a criação de um banco de dados e visando a elaboração de políticas públicas de conservação das espécies e acervo para pesquisas acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Aves; inventário; zona rural.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O USO DE PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS EM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA INTEGRAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E A COMUNIDADE

Kaillany Pinheiro Luna^{1*}, Josilane Dias Lustosa¹, Helena Carolina Onody¹, Rodrigo Ferreira de Moraes¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil

*Autor de contato: kaillanypinheiroluna@aluno.uespi.br

RESUMO: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é uma política governamental de formação de docentes em nível superior, valorização do magistério e melhoria da qualidade da educação básica, integrando a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, administrado pela CAPES. Este relato de experiência tem como objetivo apresentar a intervenção do PIBID realizada em 16 de julho de 2023 no Parque de Exposição do Município de Corrente, Piauí. O projeto foi desenvolvido pelos bolsistas e discentes do curso de Biologia da Universidade Estadual do Piauí, e teve como foco o uso de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) em espaço de educação não formal para estimular o conhecimento da diversidade e morfologia das plantas e seus usos na culinária e arte, propiciando a aproximação da comunidade com as atividades propostas pela Universidade. Realizamos coletas de sementes e frutos em fragmentos de florestas. Estes foram expostos em uma bancada, junto com a descrição morfológica e classificação biológica da planta, onde os alunos do PIBID estiveram à disposição para dialogar com os visitantes. Também foram realizadas coletas de folhas para a confecção de quadros decorativos. Utilizamos papelão para criar um quadro com fundo branco. As crianças selecionavam uma folha, escolhiam uma cor de tinta e, com o uso de um pincel, espalhavam a tinta na parte abaxial da folha, pressionando-a no fundo branco, resultando na impressão da forma da folha. Além de estimular habilidades artísticas, esta atividade permitiu que as crianças observassem e discutissem características morfológicas das folhas, como textura, formato, borda, ápice e nervuras. Fizemos também a apresentação e degustação de comidas típicas feitas com PANC, como flor de abóbora empanada, doce de mamão verde, bolinho de folha de tomate e água saborizada com gengibre e colorida com flor de Mucuna. Panfletos explicativos sobre as partes das plantas utilizadas, ingredientes e modo de preparo foram distribuídos para incentivar uma alimentação saudável e a valorização da culinária regional. Os visitantes mostraram curiosidade sobre frutos e sementes, questionando sobre o local de ocorrência das plantas, produção de mudas e animais dispersores. A maioria das crianças demonstrou entusiasmo com a construção dos quadros, aprendendo sobre características morfológicas das folhas e desenvolvendo habilidades criativas e artísticas. A atividade com PANC incentivou a inclusão dessas plantas na alimentação e valorização da culinária local. A intervenção alcançou o objetivo de promover a aproximação entre o PIBID e a comunidade por meio de atividades que abordaram a diversidade de frutos, sementes e folhas da vegetação regional e suas aplicações na culinária, integrando aspectos educacionais, culturais e artísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade; interação; degustação.

APOIO: A CAPES, pela bolsa de iniciação científica. À Universidade Estadual do Piauí-UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

OCORRÊNCIA DE DOIS GÊNEROS DA SUBFAMÍLIA ANOMALONINAE (HYMENOPTERA: ICHNEUMONIDAE) EM ÁREA DE CERRADO NO OESTE BAIANO

Lael Levy da Silva Santana Sene¹, Alvaro Doria dos Santos², Helena Carolina Onody³.

¹Universidade Federal do Piauí, Floriano, Piauí, Brasil. ²Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil.

³Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: laels.sene16@gmail.com

RESUMO: A Bahia possui aproximadamente 564 mil km² de área territorial, dos quais 18% são cobertos por áreas de Cerrado, um bioma com rica biodiversidade, incluindo cerca de 40% das espécies de insetos registradas no país. Dentro da ordem Hymenoptera, a segunda mais diversa, com cerca de 250.000 espécies descritas, destaca-se a família Ichneumonidae, composta por vespas parasitoides. No Brasil, são conhecidas 1.090 espécies de Ichneumonidae, das quais 101 já foram registradas na Bahia. A subfamília Anomaloninae, possui representantes generalistas que parasitam diferentes hospedeiros, exerce um papel ecológico relevante no controle natural de populações. Essas vespas possuem um metasoma lateralmente comprimido, o primeiro segmento do metasoma é pedunculado com o espiráculo situado em sua região posterior, pernas traseiras longas e trocânteres alongados, venação da asa anterior sem areolete. Em geral, atuam como endoparasitoides cenobiontes de larvas de Lepidoptera, com ampla distribuição geográfica. O presente estudo teve como objetivo registrar a primeira ocorrência dos gêneros *Anomalon* e *Ophiopterus* da subfamília Anomaloninae no Parque Municipal da Lagoa Azul, em São Desidério, Oeste da Bahia, e ampliar o conhecimento sobre a fauna de Ichneumonidae nessa região. O parque possui clima tropical, com médias térmicas de 26°C e precipitação anual variando de 750 a 1.800 mm, além de abrigar um microclima úmido devido à presença de dolinas cársticas que concentram água da chuva. Entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, foram realizadas quatro coletas em duas áreas distintas do parque: uma com vegetação perene próxima à lagoa, e outra mais distante, sujeita à seca sazonal. Para a captura das vespas, foram instaladas três armadilhas Malaise em cada área, resultando em 24 amostras ao final do estudo. O material coletado foi etiquetado, triado e identificado com base em uma chave taxonômica adaptada de Hanson & Gauld (2006), no laboratório de zoologia da Zoologia do Campus UESPI, Corrente, PI. No total, foram obtidos 15 exemplares da subfamília Anomaloninae, dos quais 14 pertencem ao gênero *Anomalon* Panzer, 1804, com oito morfoespécies registradas. Um único exemplar foi identificado como pertencente ao gênero *Ophiopterus* Brullé, 1846, com uma morfoespécie registrada. Embora o gênero *Anomalon* seja amplamente conhecido como parasitoide de lagartas de várias famílias de Lepidoptera, o gênero *Ophiopterus* também atua como parasitoide de larvas de Lepidoptera, no entanto, é coletado com menos frequência e sua presença é pouco registrada em coleções entomológicas, apesar de sua ampla distribuição em áreas de Cerrado e florestas tropicais. Isso faz com que cada registro desse gênero tenha um valor significativo para ampliar o conhecimento sobre sua distribuição e biologia. Os resultados preliminares deste estudo reforçam a relevância do Parque Municipal da Lagoa Azul como área de diversidade biológica e contribuem com novos dados sobre a distribuição e composição de espécies de Ichneumonidae no Oeste Baiano, destacando a importância de estudos contínuos em regiões pouco exploradas.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia; vespas parasitoides; biodiversidade.

APOIO: Ao INCT Hymenoptera Parasitoides. À CAPES pela bolsa de Pós-Doutorado (88887.975224/2024-00).

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

JOVENS DO CERRADO: CONSCIENTES DO CLIMA EM CORRENTE/PIAUI

Maria Luisa Oliveira dos Santos^{1*}, Gabriel Alves de Souza¹, Kauan Silva Freitas¹, Daniel da Silva Santos¹, Lorrany Pacheco Alves¹.

¹Instituto Federal do Piauí, Campus Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: maria1034929@gmail.com

RESUMO: O Cerrado brasileiro, bioma de enorme biodiversidade e relevância socioambiental, enfrenta graves ameaças devido ao desmatamento, desertificação e mudanças climáticas, afetando diretamente as comunidades que dependem dos recursos naturais para sua subsistência. Consequente, foi articulado o Seminário Nacional de Juventude, Meio Ambiente e Justiça Climática, como parte da agenda do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para o fortalecimento, estímulo e formação da juventude, além da reconstrução do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, sob a ótica da Justiça Climática em 2024. Nesse viés, surgiu o grupo “Jovens do Cerrado: Conscientes do Clima”, composto por jovens do município de Corrente, extremo sul do Piauí, região de transição entre Cerrado e Caatinga, no qual desenvolvem iniciativas em prol da conscientização ambiental e combate aos impactos negativos dessas práticas. A atuação do grupo é direcionada principalmente ao combate ao desmatamento, queimadas criminosas e à desertificação que afetam gravemente áreas marginais dos rios Paraim e Corrente, importantes afluentes da lagoa do Parnaguá, que sofrem perda de biodiversidade, degradação do solo e escassez de água. A Chapada das Mangabeiras, onde predominam a agricultura familiar e práticas tradicionais, depende diretamente do equilíbrio ambiental, o que torna a região vulnerável às mudanças climáticas. As oscilações de temperatura, a escassez hídrica e o aumento de pragas comprometem a produção agrícola e ameaçam a segurança alimentar das populações locais. Assim, o “Jovens do Cerrado: Conscientes do Clima” tem buscado soluções que promovam a sustentabilidade e justiça climática, trabalhando em conjunto com o Instituto Federal do Piauí - Campus Corrente através de atividades de extensão desenvolvidas no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental para implementar novas tecnologias e práticas que minimizem os efeitos dessas adversidades. Entre as principais ações desenvolvidas estão o reflorestamento de áreas degradadas, a promoção da agricultura regenerativa e o monitoramento ambiental, tanto presencial quanto com o uso de tecnologias, como mapeamento por satélite. As campanhas de conscientização sobre os impactos das queimadas e desmatamento são um ponto central das atividades, alertando a comunidade local sobre a importância de preservar os recursos naturais e combater práticas predatórias que afetam o clima e o meio ambiente. O jovens fazem uso de indicadores de impacto para avaliar o sucesso das campanhas e ajustar estratégias conforme necessário, buscando sempre melhorar a eficácia das ações em prol de um Cerrado mais sustentável. Entretanto, os trabalhos ainda estão em andamento com o objetivo de contribuir de maneira concreta para a preservação da região da Chapada das Mangabeiras e garantir que as futuras gerações possam usufruir de um ambiente equilibrado, rico em biodiversidade e com recursos naturais suficientes para sustentar a vida humana e os ecossistemas, atuando sob a perspectiva da justiça climática, reconhecendo que as mudanças climáticas agravam as desigualdades socioeconômicas, e que a luta é também pela equidade e pelo direito a um ambiente saudável.

PALAVRAS-CHAVE: Cerrado; clima; juventudes.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

EXPLORANDO A POLINIZAÇÃO: O PAPEL DOS INSETOS E O USO DIDÁTICO DAS CAIXAS ENTOMOLÓGICAS

Otávio Lobato Soares^{1*}, Carla Cristina dos Santos Barbosa¹, Márcia dos Santos Miranda¹, Alvaro Doria dos Santos², Henrique Pereira Moleiro³, Helena Carolina Onody¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins, Brasil. ³Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

*Autor de contato: otavio05042004@gmail.com

RESUMO: A polinização é o processo de transferência de pólen da antera (órgão masculino) para o estigma (órgão feminino) de uma flor, facilitando a fertilização e a produção de frutos e sementes. Esse fenômeno é frequentemente realizado por animais, por exemplo insetos, mamíferos, algumas aves ou também por agentes abióticos, como o vento. No contexto educacional, as caixas entomológicas são ferramentas eficazes para auxiliar no ensino da diversidade de insetos, permitindo que os alunos observem suas diferentes formas, cores e tamanhos, além de compreenderem melhor a fauna local e a anatomia dos insetos. Insetos polinizadores, como abelhas, borboletas, mariposas, besouros e moscas, desempenham um papel essencial na reprodução das plantas e, conseqüentemente, na produção de alimentos. A ação desses polinizadores é fundamental para a sobrevivência de muitas espécies vegetais e para a produção de frutos e sementes. No entanto, fatores como a perda de habitat, o uso excessivo de pesticidas e as mudanças climáticas ameaçam esses polinizadores, tornando crucial sua proteção para garantir a segurança alimentar e a biodiversidade. Assim, o objetivo deste trabalho foi desenvolver caixas entomológicas como recurso didático para o ensino da polinização e dos insetos polinizadores, visando aprimorar a compreensão dos alunos sobre o tema. Foram produzidas duas gavetas entomológicas: a primeira, ilustrando o processo de polinização com flores impressas e um inseto montado em alfinete entomológico, e a segunda, destacando a diversidade de ordens de insetos polinizadores. Nesta última, foram incluídos 14 espécimes de diferentes grupos: abelhas (Hymenoptera), moscas (Diptera), borboletas e mariposas (Lepidoptera), e besouros (Coleoptera). A aula foi ministrada para uma turma de 17 alunos do segundo ano do ensino médio na Escola Ceti Joaquim Antônio Lustosa, com duração de 50 minutos. A atividade iniciou com uma breve apresentação do PIBEU e a temática da aula, seguida por duas perguntas norteadoras sobre a importância e os tipos de polinizadores. Slides e as caixas entomológicas foram utilizados para conectar o conhecimento prévio dos alunos e ilustrar a diversidade dos polinizadores. Ao final, um questionário com cinco questões foi aplicado para reforçar o conteúdo apresentado. Os resultados da aula, realizada no dia 11 de setembro, revelaram que 13 alunos consideraram as gavetas entomológicas úteis para compreender melhor a diversidade de insetos polinizadores e o processo de polinização. Dois alunos não perceberam o benefício das gavetas, e outros dois não souberam responder. Questionados sobre sugestões de melhoria para a aula, 16 alunos responderam que não tinham sugestões e que apreciaram a experiência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação científica, ensino médio, biodiversidade

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí pela bolsa PIBEU concedida ao primeiro autor. À CAPES pela bolsa de Pós-Doutorado (88887.975224/2024-00).

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

NOVO REGISTRO DA SUBFAMILIA NESOMESOCHORINAE (HYMENOPTERA: ICHNEUMONIDAE) NO ESTADO DA BAHIA

Raianne do Nascimento Guedes¹, Alvaro Doria dos Santos², Helena Carolina Onody³.

¹Universidade Federal do Piauí, Floriano Piauí, Brasil, ²Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil.

³Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil

*Autor para contato: raianneguedes44@gmail.com

RESUMO: Vespas parasitoides são insetos que durante a fase larval desenvolve-se alimentando de um único hospedeiro, e após completar este ciclo emerge como adulto de vida livre. Geralmente os insetos com essa estratégia de vida imobilizam ou matam o hospedeiro ou permiti que ele continue se desenvolvendo. Essas vespas possuem grande importância econômica e ecológica, pois são sensíveis a alterações ambientais, atuando como bioindicadores de qualidade ambiental. Além disso, são fundamentais no controle biológico, pois são capazes de parasitar uma vasta diversidade de insetos, sendo muitos destes considerados pragas agrícolas. Apesar de sua relevância, ainda existem lacunas significativas no conhecimento taxonômico e ecológico dessas espécies. No mundo são descritas aproximadamente 25 mil espécies de Ichneumonidae e estimativas de mais de 100 mil espécies existentes. No Brasil, o conhecimento sobre a diversidade desse grupo é fragmentado, e no estado da Bahia, apenas 91 espécies de Ichneumonidae foram registradas até o momento, evidenciando a necessidade de estudos que expandam nosso entendimento sobre essa fauna. O gênero *Nonnus* (Cresson, 1874) é o único representante da subfamília Nesomesochorinae descrito para o Brasil, e possui registro de distribuição para as regiões, Norte, Centro Oeste, Sudeste e Sul. No entanto, não há registro de ocorrência do gênero para a região Nordeste do País. Diante da escassez de conhecimento em relação a fauna dessas vespas parasitoides, este trabalho reporta pela primeira vez a ocorrência da subfamília Nesomesochorinae (Hymenoptera: Ichneumonidae) para o estado da Bahia. O estudo foi realizado no Parque Municipal Lagoa Azul, São Desidério, Bahia, Brasil, com auxílio de armadilhas de interceptação do voo (Malaise) entre os meses de dezembro de 2023, janeiro e fevereiro de 2024. Foram encontrados oito indivíduos, sendo seis machos e duas fêmeas, pertencentes ao gênero *Nonnus* (Cresson, 1874). É provável que esses exemplares pertençam a uma nova espécie de *Nonnus* para a ciência, sendo necessário um maior número de exemplares e estudo detalhado do material para a descrição formal da espécie. Dessa forma, este trabalho contribui significativamente para o avanço do conhecimento sobre a diversidade de parasitoides na região, com destaque para a subfamília Nesomesochorinae, cujos representantes, apesar de serem insetos grandes e conspícuos, ainda possuem biologia e distribuição pouco conhecidas. Além disso, atualiza os dados de distribuição das subfamílias de Ichneumonidae no Brasil. Os resultados reforçam a importância de continuar os levantamentos faunísticos na região, que apresenta elevado potencial para descobertas taxonômicas e ecológicas inéditas.

PALAVRAS-CHAVE: Ocorrência, taxonomia, vespas de Darwin.

APOIO: À CAPES pela bolsa de Pós-Doutorado (88887.975224/2024-00).

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

MUNDOS PEQUENOS, GRANDES ENGAJAMENTOS: A PRESENÇA DAS FORMIGAS NO INSTAGRAM

Samara Santos¹, José Matheus Sobrinho De Souza², Livia Pires Do Prado².

¹Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ²Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Brasil.

*Autor de contato: samara.santos09470@gmail.com

RESUMO: Ao longo das últimas décadas, a divulgação científica vem tendo notoriedade nos movimentos sociais associados à educação, saúde, entre outros tópicos importantes para a sociedade. Essa disseminação de conhecimento foi feita de diversas formas para tornar a linguagem mais atrativa ao público externo à academia científica, tais como: programas de televisão, colunas de jornais e revistas. Com o advento da internet, a popularização de assuntos científicos facilitou ainda mais o contato dos cidadãos com o mundo da ciência, através de canais do Youtube, blogs, sites, e posteriormente com as redes sociais como, grupos no Facebook, postagens no Twitter, Instagram, TikTok, e outras mídias. A partir de 2019, com a pandemia do SARS-CoV-2, essa estratégia do uso das redes sociais aumentou consideravelmente como um instrumento para disseminar o conhecimento produzido pela comunidade científica, especialmente para combater a quantidade de notícias falsas geradas no período. Isso permitiu que a distância entre a pesquisa e os cidadãos diminuísse, tendo um grande potencial na democratização do conhecimento técnico-científico. Concomitante a isso, utilizar essas ferramentas para propagar sobre insetos é uma boa estratégia, visto que estes animais normalmente são negligenciados pela sociedade e vinculado somente a pragas urbanas. Entre os insetos categorizados como praga, tem-se as formigas. Estes animais possuem grande importância na natureza, proporcionando benefícios para o solo, dispersão de sementes, além de serem responsáveis por cerca de 15% da biomassa de um ecossistema. Assim, este estudo tem como objetivo analisar páginas brasileiras sobre formigas no Instagram, focando em tipo de conteúdo, engajamento e frequência de postagens. Para isso, foi elaborado um banco de dados compilando informações gerais sobre as páginas de formigas com as seguintes colunas: nome da página, identificador da página, data de criação, categoria de postagem, número de postagens, número de seguidores e números de contas que a página segue. Como resultado parcial obtivemos 17 páginas brasileiras documentadas, sendo divididas nas categorias: laboratório, perfil profissional, influencer, evento e pesquisa e divulgação. A data de criação destas páginas varia entre 2017 e 2024, e o número de seguidores e postagens também variam, sendo de 238 a 98,1 mil e entre nove e 465, respectivamente. Destas 17 páginas levantadas até o momento, o Instagram do Laboratório de Morfologia e Ecologia Funcional de Formigas do MPEG (@antmor.lab) é o mais antigo e com maior número de postagens. As categorias de postagem variam em 21 tipos, como informações sobre formigas, expedições de coleta, entre outras. Já o número de curtidas por postagem está entre 11 e 199, tendo alto engajamento em seis postagens. Neste perfil, a divulgação de eventos é a mais frequente, representando aproximadamente 20% das publicações. Portanto, perfis como o Antmor possuem grande importância para pesquisadores e público em geral, evidenciando como as redes sociais podem ser aliadas na ciência cidadã. Como próxima etapa, exploraremos de forma mais aprofundada o perfil das demais páginas sobre mirmecologia e utilizaremos análises estatísticas para entender o perfil e o interesse do público, com o objetivo de aumentar o engajamento e o interesse pelo tema.

PALAVRAS-CHAVE: Divulgação; educação; mirmecologia.

APOIO: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES; processo 88887.940488/2024-00) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Programa de Pesquisa em Biodiversidade/PPBio, Processos nº 441201/2023-7 e nº 382108/2024-8).

DIREITO



II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A ATUAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Tainá dos Anjos Ferreira^{1*}, Aline Nogueira Pereira¹, Frank Aguiar Rodrigues¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: tfdosanjos@aluno.uespi.br

RESUMO: A atuação de facções criminosas nos estabelecimentos prisionais do Brasil representa um dos maiores desafios para o sistema penitenciário e a segurança pública. Essas organizações, altamente estruturadas e hierarquizadas, operam dentro e fora dos presídios, exercendo influência sobre grande parte da população carcerária. Com líderes que comandam suas operações mesmo em unidades de segurança máxima, tornam-se redes de proteção para os detentos, impedindo a ressocialização. Diante disso, o problema da pesquisa encontra-se no seguinte questionamento: como a atuação das facções criminosas nas prisões impacta a ressocialização e a segurança pública no Brasil? Notou-se que a atuação das facções dificulta a ressocialização dos detentos e agrava a segurança pública, pois reforça o controle criminoso e perpetua a violência. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, realizada através de reportagens, artigos científicos e livros. O estudo se desenvolveu principalmente com base em estudos e bibliografias de ideias propostas por Camila Nunes Dias e Gabriel Feltran. O presente estudo tem como objetivo analisar como o Estado tem lidado com o crescimento das facções criminosas e como a presença delas impacta o sistema prisional, que deveria ter seu foco voltado para a reintegração do apenado. O sistema prisional brasileiro engloba uma macrocomunidade, facilitando a atuação de quadrilhas criminosas que comandam o crime organizado mesmo em estabelecimentos de reclusão, tutelados pelo Estado. Somado a isso, os presídios são informalmente organizados e divididos em pavilhões conforme a autodeclaração de vínculo à facção, tornando-as ainda mais fortes dentro das prisões. A Lei de Execução Penal tem como principal objetivo a ressocialização do preso e sua reintegração na sociedade. No entanto, diante da perplexidade causada pela superlotação no sistema penitenciário, notou-se a limitação da ressocialização e do atendimento à população carcerária, surgindo constantes rebeliões comandadas por líderes criminosos. Diante desses enfoques, cerca de 80 facções criminosas atuam no Brasil, operando de forma a "escolarizar o crime" nos presídios e facilitar a vida dos detentos que se aliam a elas. Além disso, grandes líderes como o vulgo "Marcola", conhecido como comandante da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), e "Fernandinho Beira-Mar", comandante do Comando Vermelho (CV), mesmo detidos em presídios de segurança máxima, seguem organizando e expandindo o número de faccionados. Existem desafios quanto à displicência na atuação dos agentes públicos no combate à atuação faccional na carceragem, fator preocupante, uma vez que, para obter a reintegração do apenado na sociedade, é preciso mais do que puni-lo com a restrição de liberdade; é necessário proporcionar uma reeducação pautada na educação e em meios de trabalho lícitos. A pesquisa mostrou que a atuação das facções criminosas nas prisões brasileiras prejudica a ressocialização dos presos e agrava a crise de segurança pública. As organizações criminosas controlam atividades dentro e fora dos presídios, tornando ineficazes as medidas do Estado para contê-las. A falta de investimentos em educação e trabalho para os detentos favorece a perpetuação do crime. Conclui-se que, sem ações mais efetivas e políticas voltadas à reeducação, será difícil reduzir a influência dessas organizações e promover a reintegração dos apenados.

PALAVRAS-CHAVE: Apenados; facções; sistema.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PROTEÇÃO INFANTOJUVENIL: DESAFIOS NA PROVA DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Aline Nogueira Pereira^{1*}, Racyo Danillo Ribeiro Pugas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: alinenogueirap@aluno.uespi.br

RESUMO: A alienação parental, definida pelo artigo 2º da lei nº12.318/2010 a define como sendo uma imissão na formação psicológica da criança ou do adolescente instigada por um dos genitores em detrimento do outro, para que despreze e o distancie, sendo o infante elo vulnerável da relação. Isto posto, o problema da pesquisa encontra-se na seguinte indagação: Quais os principais desafios na comprovação da alienação parental e seu impacto na proteção infantojuvenil? A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, via revisão bibliográfica, realizada através de levantamento de artigos científicos, livros e letra de lei. A Pesquisa se deu prioritariamente através de bibliografias e estudos a luz de alguns preceitos propostos por Richard Gardner, Ammy J. L Baker, Willian Bernet e os pressupostos da lei 12.318 (Lei da Alienação Parental). O estudo objetivou perquirir e abranger quais as dificuldades na prova da alienação parental, com foco a resguardar as crianças e adolescentes tendo-os como parte significativa e não passiva da estrutura social, e quais as medidas para proteger os infantes. A proteção integral a criança e adolescente é de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, portanto, sujeitos de ação. A lei de alienação parental assegura a proteção do direito da criança e do adolescente de manter uma convivência saudável e equilibrada com ambos os genitores, prevenindo manipulações emocionais que possam prejudicar essa relação, a fim de garantir o interesse superior do menor, protegendo seu desenvolvimento psicológico e emocional saudável. Além disso, oferece medidas legais para corrigir ou impedir a alienação parental como, advertências, alterações de guarda e restrições de convivência, sempre priorizando o bem-estar da criança. A Constituição Federal em seu artigo 277 destaca que é dever do Estado proteger e assegurar os direitos das crianças e adolescentes como interesse superior, sendo foco das ações máximas da coletividade, de forma a garantir uma atenção especial em políticas públicas e no sistema jurídico. Existem muitos desafios na prova da alienação parental, logo, infere-se que apesar da lei de alienação parental trazer formas que auxiliem na identificação e combate a essa prática, a aplicação desses dispositivos enfrentam muitos percalços, pois sua multidisciplinariedade torna mais difícil o acesso desse valhacouto aos infantes. Quantificar, documentar, bem como provar a existência de abusos psicológicos, exige participação de muitas áreas como: assistência social, Psicologia, Direito e Pedagogia. Ainda assim não há garantia de concordância entre elas, para que de fato chegue-se a um veredito rápido e resguardo eficaz do abusado. Ampliar e dar visibilidade a temática é imperioso, uma vez que somente assim é possível aprimorar as ferramentas legais já existentes, oferecendo adjutório integral às vítimas. Assim haverá garantia de que o sistema de justiça assegurará o bem-estar e a integridade das crianças e adolescentes violados. Destarte, a pesquisa revelou um panorama sobre a aplicação das medidas de proteção infantil no Brasil, destacou tanto seus condões quanto suas limitações, para que seus resultados pudessem coadjuvar na observância e efetividade em sua aplicação.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação parental; crianças; infante.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL

Aline Pereira dos Santos^{1*}, Camina Amorim Rocha Nogueira¹, Poliana de Oliveira de Brito².

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Faculdade Signorelli, Rio de Janeiro, Brasil.

*Autor de contato: alinepddsantos@aluno.uespi.br

RESUMO: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define criança como pessoa até os 12 anos de idade incompletos e o adolescente como aquele entre 12 e 18 anos de idade. São consideradas pessoas que estão em fase de desenvolvimento, sendo, portanto incapazes, necessitando de representação dos seus genitores ou responsáveis. O presente estudo objetiva analisar e compreender como as medidas socioeducativas estão sendo aplicadas e descrever como os menores estão sendo reinseridos após o cumprimento dessas medidas. É de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família garantir o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. O ECA assegura em seu artigo 105 que ao praticar atos infracionais eles estarão sujeitos as medidas protetivas, com o objetivo de proteger, educar e reeducar para que assim possam ser reinseridos na vida social. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 103 define ato infracional como: "conduta descrita como crime ou contravenção penal". As medidas socioeducativas e protetivas são aplicadas de acordo com a infração praticada. Dessa forma, um menor que comete delito, não é considerado um criminoso, mas sim um infrator, e as penas a estes estabelecidas são correspondentes. Há três possíveis critérios para o legislador considerar sua aplicação. São eles: critérios biológicos, psíquicos e biopsíquicos. As medidas socioeducativas possuem caráter pedagógico, com o objetivo de reintegrar os adolescentes à sociedade, oferecer oportunidades. Para superarem situações de vulnerabilidade é fundamental desconstruir o paradigma de que jovens infratores estão destinados à criminalidade na vida adulta, por isso, as medidas buscam responsabilizar o jovem pelo ato cometido de forma pedagógica, proporcionando oportunidade de reflexão e mudança de comportamento. Existem desafios como a superlotação das unidades, falta de estruturas e violência interna, além disso, as medidas socioeducativas não são aplicadas como deveriam, e o Estado se apresenta ausente diante dessas situações. Posto isso, o problema de pesquisa baseou-se nas seguintes questões: como essas medidas socioeducativas são aplicadas? Quais fatores influenciam para a eficácia da reabilitação e reintegração social de adolescentes infratores no Brasil? A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, via revisão bibliográfica, realizada através de levantamento de artigos científicos e livros. Foram selecionados textos que discutem fatores sociais, psicológicos e legais relacionados ao comportamento infracional. A pesquisa se deu prioritariamente através de bibliografias e estudos relacionando a luz de alguns preceitos propostos por Mario Volpi (1997), Silvia Tejas e pelas publicações da ANDI – Comunicação e Direitos. Destarte, o estudo revelou que os atos infracionais cometidos por adolescentes estão frequentemente associados a fatores como, ausência familiar, vulnerabilidade social e influência de grupos. Os resultados indicam que o enfrentamento do ato infracional deve ser pautado em políticas públicas que integrem educação, assistência social e saúde mental das crianças e dos adolescentes infratores. Somente a criminalização não é uma solução eficaz, é essencial promover um ambiente que favoreça a inclusão e o desenvolvimento saudável dos jovens, aplicando as medidas socioeducativas, promovendo políticas de inclusão e educação. Assim, intervenções multidisciplinares são fundamentais para a prevenção de atos infracionais e para a reintegração social dos adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente; ato infracional; medidas socioeducativas.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

REDES SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM A DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA NO TRABALHO

Diana Cristina Lopes Leite^{1*}; Frank Aguiar Rodrigues¹. Kamila Moreira Nunes¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: dianacristinalopes037@gmail.com

RESUMO: As redes sociais digitais compõem as inovações provocadas pelo surgimento e desenvolvimento da internet. A *internet*, hoje, é o maior meio de comunicação, tendo como sua precursora a *Arpanet*. Inicialmente, até 1992, o serviço era restrito ao âmbito acadêmico, perdurando desse modo até 1992, quando surgiu o *Alternex*, um serviço internacional de mensagens, que proporcionou a troca de mensagens entre pessoas espalhadas pelo mundo. Assim, considerando o grande número de pessoas que se tornaram usuárias do serviço de troca de mensagens, surgiram as redes sociais digitais, por meio das quais os seus usuários podem construir relacionamentos, trocar informações e compartilhar experiências, bem como acompanhar a vida de outras pessoas e expor a própria vida. Nesse sentido, Carneiro *et al* ensina que “*as redes sociais digitais são ambientes dinâmicos, com participação na produção e veiculação de informação, incentivo a participação e assim como em ambientes não virtuais tais redes também podem ter momentos de conflitos e lutas de interesse*”. (Carneiro *et al.*,2016, p.43). Devido à complexidade das interações sociais digitais e seu impacto direto na vida das pessoas, é crucial entender como as redes sociais afetam o ambiente de trabalho e oportunidades de emprego. Com isso, objetiva-se demonstrar que o empregado deve utilizar das redes sociais com bom senso para que oportunidades de emprego não sejam afastadas, bem como apresentar estratégias do empregador para prevenir o uso inadequado das redes sociais por seus funcionários. Com o aumento dos usuários nas redes sociais, as empresas passaram a usar essas plataformas para impulsionar vendas através do *marketing digital* e para realizar pesquisas sobre colaboradores e potenciais empregados. Elas analisam o comportamento e a expressão nas redes sociais para verificar se o perfil do candidato corresponde ao da empresa. A análise torna-se crucial, pois as empresas precisam proteger os dados dos clientes e promover sua imagem, que também é influenciada pela imagem de seus colaboradores. A metodologia utilizada apoiou-se no estudo de caso de empresas que enfrentaram demissões relacionadas a comportamentos inadequados nas redes sociais. Portanto, os empregados usuários das redes sociais devem utilizar-se delas com cautela e sabedoria, especialmente quando se expressar profissionalmente, pois a sua colocação pode gerar grandes prejuízos para a empresa e que poderá ensejar a demissão por justa causa, na hipótese da conduta ser enquadrada no art. 482 da CLT, isso porque as empresas não toleram que os seus empregados se comportem de maneira inadequada e nem tenham críticas ofensivas nas redes, pois isso pode prejudicar a imagem da própria empresa diante dos seus usuários. Assim, as empresas precisam desenvolver um Manual de Conduta e Ética para orientar os colaboradores e evitar infrações que possam levar à demissão por justa causa pela utilização inadequada das redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Internet; demissão; trabalho.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí- Campus Dep. Jesualdo Cavalcanti.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA APLICADA AO DEVEDOR TRABALHISTA

Diana Cristina Lopes Leite^{1*}; Frank Aguiar Rodrigues¹; Livia do Egypto Maciel Pacheco Cavalcanti¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: dianacristinalopes037@gmail.com

RESUMO: A desconsideração da personalidade jurídica, previsto no art.50 do Código Civil, é um instituto que permite a responsabilização pessoal dos sócios e administradores de uma empresa por uma obrigação contraída pela pessoa jurídica, principalmente em contextos nos quais a figura da pessoa jurídica é utilizada como um escudo para práticas fraudulentas. Desse modo, a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, conforme prevê o art. 49-A do Código Civil, visa proteger os bens particulares dos sócios, contudo, a utilização indevida dessa proteção para fins fraudulentos ou abusivos gera sérios prejuízos aos credores da empresa. Este mecanismo é relevante em diversos ramos do direito, especialmente no Direito do Consumidor e no Direito do Trabalho, tendo em vista que nestes ramos estão presentes partes vulneráveis: o consumidor e o empregado. Assim, no contexto trabalhista, a desconsideração da personalidade jurídica se torna uma importante ferramenta para garantir que os empregados de uma empresa recebam créditos trabalhistas pendentes quando a pessoa jurídica que os empregava não possui recursos suficientes para arcar com a obrigação, hipótese na qual será possível a suspensão/desconsideração da personalidade jurídica temporariamente, a fim de proteger os direitos dos trabalhadores que dependem de medidas excepcionais para a satisfação de suas verbas, consideradas de natureza alimentar. O instituto da desconsideração da personalidade jurídica é dividido em duas teorias: a maior, que exige a prova de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, e a menor, que é aplicada no direito do trabalho e exige apenas a demonstração da insolvência da pessoa jurídica. Esta última teoria é fundamental para permitir que credores, como os empregados, acessem os bens pessoais dos sócios e administradores em casos de inadimplência. Assim, o objetivo da pesquisa pauta-se em evidenciar como a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica pode facilitar a satisfação do crédito trabalhista. Para isso, foi adotada uma metodologia de revisão bibliográfica, adotando doutrinadores como Gagliano et al., Gustavo Garcia, Maurício Delgado, que tratam da temática, bem como analisando decisões judiciais trabalhistas que exemplificam a aplicação do instituto no âmbito trabalhista. O foco está em situações em que tentativas de bloqueio de bens por meio dos sistemas Sisbajud, Renajud e Infojud falharam, gerando a necessidade de incluir os sócios e administradores no polo passivo das ações judiciais e que permitiu a satisfação do crédito trabalhista. Nas considerações finais é destacado que a desconsideração da personalidade jurídica é uma medida excepcional, porém devida em ações trabalhistas diante do caráter alimentar que as verbas trabalhistas representam. Conforme afirmam Gagliano et al. (2019, p. 353), a desconsideração deve ser uma medida temporária e específica, aplicada apenas quando necessário para garantir a efetividade dos direitos trabalhistas. Portanto, diante da falência da pessoa jurídica, a possibilidade de acionar os sócios e administradores se torna uma via viável para assegurar o recebimento de créditos trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade; insolvência; crédito.

APOIO: À Universidade Estadual do Piauí- Campus Dep. Jesualdo Cavalcanti.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A INTERSEÇÃO ENTRE DIREITO PENAL E DIREITOS HUMANOS: UMA PERSPECTIVA GARANTISTA

Emilly Sabrina Lago Gomes^{1*}, Maria Eduarda Lago Patriota¹

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: emillygomes@aluno.uespi.br

RESUMO: O estudo da interseção entre o direito penal e os direitos humanos tem se mostrado de fundamental importância no cenário jurídico contemporâneo, especialmente diante da crescente preocupação com o respeito às garantias fundamentais e a proteção da dignidade humana. O direito penal, é o ramo do direito que se ocupa da repressão das condutas consideradas criminosas, enquanto os direitos humanos tratam da proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. No entanto, há uma zona de tensão entre esses dois campos, especialmente quando o exercício do poder punitivo do Estado colide com os princípios garantistas que buscam limitar esse poder em prol da proteção dos direitos humanos. O objetivo específico deste estudo é identificar e analisar os pontos de convergência e conflito entre o direito penal e os direitos humanos, particularmente sob a ótica garantista e avaliar como os princípios garantistas podem ser aplicados no sistema penal para assegurar que o exercício da justiça criminal não resulte na violação dos direitos fundamentais. A metodologia adotada no presente trabalho é qualitativa e envolve a revisão bibliográfica e documental de doutrina e jurisprudência brasileiras e internacionais sobre o tema. Foram analisadas obras de teóricos renomados, legislações pertinentes, tratados internacionais de direitos humanos e decisões de tribunais superiores que exemplificam a aplicação dos princípios garantistas no contexto penal. Os principais resultados do trabalho indicam que há determinada urgência em reavaliar a aplicação do direito penal à luz dos direitos humanos, especialmente em contextos em que há um histórico de abusos de poder e violação de direitos fundamentais. Verificou-se que a aplicação de uma perspectiva garantista pode mitigar alguns dos excessos do sistema penal, promovendo um maior equilíbrio entre a repressão penal e a proteção dos direitos fundamentais. Contudo, o estudo também destaca que essa abordagem não é isenta de desafios. A implementação de princípios garantistas no direito penal pode enfrentar resistência tanto no plano político quanto no judicial, devido a preconceitos arraigados e a uma cultura punitivista dominante. Em suma, é importante reforçar a importância de uma abordagem integrada entre direito penal e direitos humanos. Todavia, para que essa integração seja eficaz, é necessário um compromisso por parte dos legisladores, juizes e operadores do direito para adotar uma perspectiva mais humanista e menos punitiva, unindo teoria e prática. Visto isso, a interseção entre direito penal e direitos humanos, quando examinada sob a perspectiva garantista, oferece campo fértil para o desenvolvimento de uma justiça criminal mais justa e equitativa, que respeite a dignidade humana e as garantias fundamentais, sem abdicar da necessidade de responsabilização e prevenção de crimes.

PALAVRAS-CHAVE: Direito penal; direitos humanos; garantismo.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA HISTÓRICA NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PARA AS MULHERES NO BRASIL

Emilly Sabrina Lago Gomes^{1*}

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: emillygomes@aluno.uespi.br

RESUMO: O estudo da memória histórica no contexto da justiça de gênero ganha relevância no Brasil, considerando a sistemática da desigualdade de gênero e as persistentes barreiras ao acesso à justiça para as mulheres. A violência de gênero, historicamente subnotificada e subestimada, encontra nas narrativas femininas uma ferramenta fundamental para a transformação social e jurídica. Nesse cenário, a memória histórica – composta por relatos pessoais, coletivos e documentais – exerce um papel importante na construção de políticas públicas voltadas para a reparação de injustiças e no fortalecimento de mecanismos de acesso à justiça. Este estudo busca explorar como a preservação e a ativação da memória histórica podem contribuir para a ampliação dos direitos das mulheres e o enfrentamento da violência de gênero no Brasil. O objetivo geral deste estudo é analisar como a memória histórica de lutas feministas e de sobreviventes de violência de gênero no Brasil influencia no desenvolvimento de políticas públicas e jurídicas que garantam o acesso à justiça para mulheres. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, envolvendo a análise documental de arquivos históricos e de casos emblemáticos de violência de gênero que resultaram em reformas legislativas e jurídicas. Além disso, foram realizadas revisões bibliográficas das principais obras que abordam a memória e o acesso à justiça para mulheres. A análise crítica dos dados foi conduzida a partir de uma abordagem interseccional, considerando as múltiplas facetas opressivas quanto ao gênero, raça e classe que impactam o acesso à justiça no Brasil. Os resultados indicam que a memória histórica desempenha um papel imprescindível na formulação de políticas públicas de gênero. Relatos de violência, uma vez institucionalizados e reconhecidos por movimentos feministas, têm impulsionado a criação de legislações protetivas, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), mecanismos importantes que visam coibir a violência de gênero. Observou-se que a narrativa histórica de mulheres negras, indígenas e de baixa renda tem sido fundamental na construção de jurisprudências mais inclusivas e na visibilização de grupos frequentemente marginalizados pelo sistema de justiça. Em suma, conclui-se que a preservação da memória histórica de violências e lutas femininas é essencial não apenas para o reconhecimento das vítimas, mas também para a promoção de um sistema de justiça mais equitativo e sensível às desigualdades de gênero. O estudo reforça a importância de políticas de memória, como arquivos de violência de gênero e comissões de verdade, que contribuem para a promoção de uma justiça mais acessível e transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à justiça; direito das mulheres; memória.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA NOVA REGULAMENTAÇÃO DE DROGAS NO BRASIL: IMPACTO NO ENCARCERAMENTO E SAÚDE

Erotides Alves de Sousa Filho^{1*}, Gabriela Alves Gama¹

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: erotidesalvesdesousaf@aluno.uespi.br

RESUMO: Atualmente no Brasil há cerca de 183 mil pessoas encarceradas por práticas de crime relacionados a drogas. Estima-se que destes 68% são pessoas pretas e pardas. Isso se dá pela existência de lacunas e ausência de parâmetros objetivos para diferenciar o traficante do usuário, afetando diretamente quem está na base piramidal da sociedade, majoritariamente pessoas pretas e pobres. A notável presunção relativa na Lei de Drogas (11.343/2006) dá espaço para os operadores do direito, desde o agente policial até os magistrados e desembargadores, a conclusões discricionárias por vezes tendenciosas arraigadas de preconceito e racismo. A pesquisadora Alessandra Nogueira Lucio, demonstra em suas pesquisas que jovens negros mesmo portando uma pequena quantidade de droga são de forma recorrente, classificados como traficantes, principalmente quando são abordados em zonas periféricas. A portaria nº 112/2023 da ANVISA trouxe mudanças ao tratamento de algumas substâncias controladas, influenciando a forma como a Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) é aplicada. Modificando a abordagem sobre o que antes era ilícito penal para ilícito extrapenal, considerando o problema com respaldo na saúde pública, buscando promover um olhar humanizado que resguarde os direitos humanos do usuário, não estabelecendo pena de prisão para o mesmo por se tratar de indivíduo “doente” e dependente, guiando-o a reinserção social e econômica com base em medidas educativas. No entanto há doutrinadores que entendem que o fato de ser um problema administrativo não reduz a responsabilidade criminal, pois a mudança mesmo reconhecendo a ilicitude fora do âmbito penal, tem como principal efeito a redução do encarceramento. Por outro lado, há aqueles que defendem a constitucionalidade, entendendo que o sistema atual é deficiente em sua aplicação, pois acaba penalizando através da prisão os menos favorecidos. Entretanto, para esses não basta a mera despenalização, pois isso contraria a razão de ser da lei e poderá agravar problemas de saúde relacionados ao vício afetando assim toda a sociedade. Observa-se que o debate sobre este tema envolve diferentes perspectivas, resultando em medidas justas ou convenientes, dependendo do ponto de vista individual. A eficácia dessas decisões será demonstrada pelo comportamento social ao longo do tempo. A metodologia do presente trabalho baseia-se em uma abordagem dedutiva como lógica de investigação em estudos descritivos, onde foi realizada uma revisão bibliográfica extensiva para entender o objeto de estudo. A literatura revisada inclui tanto fontes primárias como a Lei de Drogas 11.343/2006 e as novas diretrizes trazidas pela portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quanto secundárias como artigos acadêmicos, livros e doutrinas. Contudo, objetiva-se mostrar que a aplicação da lei é frágil, pois, a impalpabilidade dos métodos de aplicação promove a continuidade do livre jogo das forças sociais permeabilizando dois pesos e duas medidas para a tipificação.

PALAVRAS-CHAVES: Descriminalização; encarceramento; racismo estrutural.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PSICOLOGIA JURÍDICA NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Flávia do Egypto Maciel Pacheco Cavalcanti^{1*}, Frank Aguiar Rodrigues¹, Livia do Egypto Maciel Pacheco Cavalcanti¹, Maria Taislane de Carvalho¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: flaviacavalcanti@aluno.uespi.br

RESUMO: Esse estudo analisa o papel da psicologia jurídica na mediação de conflitos de alienação parental. A psicologia jurídica é uma das vertentes da psicologia que se dedica a compreender o comportamento humano nas relações entre a psicologia e o direito contribuindo em revelar a subjetividade dos conflitos, identificando-as por meio do estudo das dinâmicas comportamentais e psicológicas, e oferecendo diagnósticos que servem de suporte ao magistrado na tomada de decisões judiciais. A alienação parental ocorre quando um dos pais, após uma separação, manipula o filho para prejudicar o relacionamento com o outro genitor. Esse fenômeno, tipificado pela Lei 12.318/2010 e é considerado uma forma grave de abuso psicológico, uma vez que afeta diretamente o desenvolvimento emocional e mental da criança. A alienação pode gerar consequências como a Síndrome da Alienação Parental (SAP), que, embora ainda debatida, é descrita como um distúrbio severo, levando à rejeição do genitor alienado pela criança, muitas vezes sem justificativa real. A psicologia jurídica atua de forma significativa ao auxiliar na identificação de casos de alienação parental. Por meio de avaliações psicológicas e biopsicossociais, é possível compreender melhor os comportamentos envolvidos e fornecer ao sistema judicial informações essenciais para a resolução de conflitos. A Resolução nº 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia estabelece que o psicólogo deve atuar quando a prova do fato depende de conhecimento técnico. Nessas situações, o juiz pode determinar perícias psicológicas para instruir decisões sobre guarda ou visitação. A mediação de conflitos surge como uma solução eficaz para lidar com disputas familiares, especialmente nos casos de alienação parental. A mediação é um processo voluntário e cooperativo que oferece um espaço seguro para que as partes envolvidas possam dialogar e encontrar soluções mutuamente benéficas. A mediação é recomendada por ser menos formal e mais célere do que o processo judicial, além de promover uma maior participação das partes na solução do conflito. Esse método busca reduzir os danos emocionais causados à criança e evitar o prolongamento de disputas que, muitas vezes, agravam o cenário de alienação. O estudo adota uma abordagem metodológica bibliográfica e conclui que a psicologia jurídica, em conjunto com a mediação de conflitos, desempenha um papel crucial na resolução de casos de alienação parental. A colaboração entre psicólogos, advogados e o sistema judicial é fundamental para assegurar a proteção dos direitos da criança e do adolescente, promovendo soluções que priorizem seu bem-estar emocional e psicológico.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia jurídica; alienação parental; mediação de conflitos.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A DEFENSORIA PÚBLICA COMO MECANISMO DE ACESSO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Ister Rocha de Mesquita^{1*}

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: istermesquita@aluno.uespi.br

RESUMO: A Defensoria Pública constitui uma instituição de fundamental importância para a promoção do acesso à justiça, especialmente para indivíduos hipossuficientes, sendo reconhecida constitucionalmente como essencial ao funcionamento do sistema judiciário. O objetivo específico desse trabalho é investigar a relevância da Defensoria Pública no acesso à justiça, além de analisar a assistência jurídica prestada e verificar se há efetividade na justiça gratuita oferecida. A relevância da Defensoria se evidencia em um contexto social caracterizado por desigualdades, onde sua atuação se torna um mecanismo imprescindível para assegurar a dignidade e a equidade no âmbito judiciário. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, abrangendo análise bibliográfica e documental, por meio da pesquisa em artigos científicos, trabalhos acadêmicos e relatórios que discutem os processos da instituição. Visto isso, é possível compreender, de maneira mais aprofundada, acerca da atuação da Defensoria Pública e os desafios que enfrenta. Os resultados indicam que, apesar das dificuldades estruturais e financeiras, a Defensoria Pública tem ampliado sua presença e a importância de sua atuação na sociedade, evidenciada por esforços contínuos. O Supremo Tribunal Federal tem reiterado as prerrogativas da instituição, reconhecendo sua função na proteção dos direitos fundamentais. Contudo, as desigualdades sociais persistem e impactam o acesso efetivo à justiça, sublinhando a necessidade de um sistema judiciário que não apenas promova, mas também facilite a atuação da Defensoria Pública. Conclui-se que o fortalecimento da Defensoria Pública é essencial para o sistema judiciário, que deve agir de maneira a acelerar o andamento processual e ampliar seu quadro de servidores, garantindo a assistência jurídica em condições de equidade. Além disso, é indispensável que o Estado implemente políticas que viabilizem o acesso à justiça, assegurando uma assistência que promova a igualdade entre as partes. A pesquisa também sugere que a busca por soluções alternativas de conflitos é necessária, uma vez que o aumento dos litígios no Poder Judiciário torna os processos mais lentos e menos eficazes. Assim, a Defensoria Pública emerge não apenas como uma entidade de assistência jurídica, mas como um agente transformador na luta contra as desigualdades e na promoção do direito à justiça de forma digna, eficaz e célere.

PALAVRAS-CHAVE: Gratuidade, justiça, eficiência jurídica.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

IMPLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO: USO E CONSEQUÊNCIAS DAS FERRAMENTAS NO DIREITO BRASILEIRO

Jeiel Sousa Brito^{1*}, Ricardo Ribeiro da Costa Neto¹, Racyo Danillo Ribeiro Pugas¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: jeielsousabrito@gmail.com

RESUMO: O Direito Digital (DD) é uma área em constante evolução, que abrange os princípios fundamentais e institutos jurídicos vigentes, além de incorporar novos elementos para o desenvolvimento do pensamento jurídico. Este estudo objetiva explorar a relação entre o Direito e a Inteligência Artificial (IA), com foco na análise do uso de ferramentas tecnológicas e suas consequências no ordenamento jurídico brasileiro. Este trabalho tem como objetivo explorar as potencialidades da Inteligência Artificial, demonstrando como ela se comporta na atual conjuntura. Além disso, visa trazer ao leitor os potenciais danos causados pelo uso indevido, seja nas mãos de criminosos, seja nas mãos de pessoas com pouco conhecimento. Trazendo a tona legislações que imperam sobre a possibilidade de frear o cometimento de atos decorrentes da utilização da IA, a pesquisa também se propõe em mostrar os desafios que dificultam atribuir às máquinas responsabilidades que são inerentes aos seres humanos. Partindo do método indutivo, tendo como principais materiais bibliográficos, com foco em publicações recentes e autores relevantes que discutem a interação entre o Direito e a Inteligência Artificial. Foram analisadas, em especial, as contribuições de Patrícia Peck Pinheiro, cujo trabalho abrange desde os princípios fundamentais do Direito Digital até crimes eletrônicos, fornecendo uma visão ampla sobre a aplicação de normas jurídicas no ambiente digital. Além disso, a pesquisa foi embasada no estudo de Fernanda Carvalho de Lage, que apresenta um manual detalhado sobre a utilização da Inteligência Artificial no Direito Brasileiro. Entre as principais problemáticas encontradas na literatura, temos a ausência de regulação específica para o uso de IA nos âmbitos penal e cível, facilidade de acesso a ferramentas com grande poder destrutivo a honra de pessoas e a dificuldade de responsabilizar juridicamente softwares autônomos em casos de erros. Os resultados indicam que, conforme apontado por Pinheiro (2021) existe um maior estímulo aos crimes virtuais, pois o ambiente proporciona aos criminosos a sensação de ser um submundo onde a ilegalidade impera e o advento da inteligência artificial tem proporcionados ferramentas que facilitam e viabilizam para os criminosos a possibilidade de cometer tais delitos como *sextorsion*. Contudo, há uma tendência crescente de utilização de ferramentas de IA nos tribunais brasileiros, embora a legislação vigente ainda não esteja plenamente preparada para lidar com as rápidas transformações sociais que essas tecnologias podem desencadear. As considerações finais ressaltam que a inserção da IA trouxe tanto benefícios quanto desafios ao Direito. A automação e a análise de grandes volumes de dados oferecem suporte às atividades jurídicas, tornando-as mais eficientes. No entanto, o impacto social dessas inovações demanda uma supervisão atenta e uma adaptação contínua das normas jurídicas.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência artificial; direito digital; Brasil.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA, BAGATELA IMPRÓPRIA E POLÍTICA CRIMINAL: ANÁLISE À LUZ TEÓRICA DE CLAUS ROXIN

Joseane Alves Gonçalves^{1*}, Lívia Mendes Nogueira¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: joseanealvesgoncalves@aluno.uespi.br

RESUMO: O presente artigo busca explorar e distinguir o princípio da insignificância e infração bagatela imprópria, atrelando política criminal, fundamentado com a teoria funcionalista do direito penal desenvolvida por Claus Roxin. Nesse parâmetro, conceitua-se o princípio da insignificância ou da bagatela, como um mecanismo que exclui a tipicidade material, observando seus requisitos e o nível de prejuízo ao bem tutelado. Na infração bagatela imprópria, refere-se à desnecessidade da pena posteriormente quando ela não mais atende as suas funções de reprovação e prevenção. Feita análise, nota-se a necessidade de discussão e compreensão desses dois institutos sob tais perspectivas. O Princípio da Insignificância e Proporcionalidade na Teoria Funcionalista: atua excluindo a tipicidade material quando a conduta do agente, embora formalmente típica, não causa lesão significativa ao bem jurídico protegido. Para Roxin, a aplicação da pena só se justifica quando o dano é significativo. Ao considerar os efeitos da punição sobre a sociedade e o agente, Roxin argumenta que a intervenção penal deve ser proporcional ao dano causado. Infração Bagatela Imprópria e a Desnecessidade da Pena: A infração bagatela imprópria atua em um momento posterior, quando se verifica que a imposição da pena já não é necessária. Sob a perspectiva de Roxin, a pena deve cumprir suas funções, sendo aplicada apenas quando necessária para a reprovação e prevenção do crime. A desnecessidade da pena, em casos de infração bagatela imprópria, ocorre quando o agente já reparou o dano ou colaborou de maneira relevante, tornando a pena excessiva ou inútil. Fundamentação Legal e Exemplos Práticos à Luz do Funcionalismo: No caso da infração bagatela imprópria, o art. 59 do Código Penal brasileiro, estabelece que a pena deve ser "necessária e suficiente" para a prevenção e reprovação do crime, reflete a lógica Roxiniana de que a intervenção penal só se justifica quando os fins preventivos ainda precisam ser alcançados. Exemplos como o peculato culposo (art. 312, §2º) e os crimes tributários. Política criminal: A obra: Princípios de Política Criminal, Franz Von Liszt, inicia os trabalhos relacionados a política criminal, analisa qual fato é gravoso, presumindo o que vai prevenir o crime, de forma prática, por meio de políticas públicas. Como cita Roxin: "...Ruídos perturbadores e estacionamento em lugares proibidos estorvam igualmente a convivência humana. No entanto, bastam para a sua evitação as multas do direito administrativo sancionador, de caráter menor e sem o conteúdo discriminatório do direito penal. Para a compensação de violações contratuais simples bastam as sanções do direito civil." Conclui-se, portanto: A teoria funcionalista de Claus Roxin, a aplicação do princípio da insignificância e da infração bagatela imprópria deverá ser guiada pelo princípio da proporcionalidade e funções preventivas da pena. Dessa maneira, poderá se evitar punições desnecessárias e excessivas.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio da insignificância; bagatela imprópria; política criminal.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

REFORMULAÇÃO DA LISTA NEGRA: UM CATALISADOR PARA O SILÊNCIO EM DENÚNCIAS TRABALHISTAS

Joseane Alves Gonçalves^{1*}, Frank Aguar Rodrigues¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: joseanealvesgoncalves@aluno.uespi.br

RESUMO: Objetivando explorar e alertar, o presente artigo, fundamentado na teoria de Pierre Bourdieu, busca analisar a perspectiva sobre a “lista negra” onde, no passado, entidades empresariais mantinham cadastros de trabalhadores que acionaram seus empregadores na Justiça para “manchar” o histórico dos mesmos, objetivando prejudica-los em novas contratações. Hodiernamente, transicionou seu significado, aumentando seu Impacto, tendo em vista que a realocação do termo “lista negra” passa de um instrumento de exclusão direta para uma exclusão camuflada nos processos de indicações sendo mais difícil de combater tal ilegalidade. Dessa forma, os empregadores a partir do movimento de indicações de empresas entre si, exercem um poder coercitivo criando uma cultura do medo nos seus empregadores, a depender da área esse movimento ilegal tem maior força prejudicial. O conceito de “lista negra” tem sido historicamente associado a uma prática discriminatória no ambiente de trabalho, através da qual indivíduos ou grupos são excluídos ou impedidos de obter emprego devido a diversas razões, muitas vezes injustas ou baseadas em retaliação por ativismo ou denúncias trabalhistas. No entanto, a abordagem moderna a este conceito sugere uma evolução ou reformulação que, paradoxalmente, poderia estar incentivando uma nova forma de omissão em denúncias trabalhistas. Pierre Bourdieu foi um renomado sociólogo francês que fez contribuições significantes para a compreensão da sociedade, cultura e educação com isso, relação de trabalho é um aspecto crucial em sua obra, especialmente quando se considera o conceito de capital cultural e a teoria do habitus, sendo esse o fator que se encontra por trás da sociedade e dos indivíduos, é a corporificação do comportamento e estrutura social estabelecida. Ademais, Pierre Bourdieu argumenta que existe um poder simbólico e violência simbólica atuando justamente sob essa questão “invisível” estando nas entrelinhas da sociedade não sendo algo tão palpável e se fazendo presente nas várias relações sociais incluindo nas hierarquias trabalhistas, muitas vezes naturalizados com a finalidade de manutenção de estruturas das desigualdades sociais. Conclui-se, portanto, que essa temática é fundamental para compreender como o poder e a desigualdade são perpetuados na sociedade, inclusive no ambiente de trabalho salientando o instrumento coercitivo exercido do empregador para o trabalhador, sendo elemento de influência negativa para a classe com menos poderio instaurando uma cultura omissiva prejudicial, afinal o Direito do trabalhador vem para mediar de forma justa esta relação. Para além, o princípio da proteção, norteador do Direito do trabalho, deve abranger até conseguir abraçar e atenuar tal problemática.

PALAVRAS-CHAVE: Lista; denúncias; poder.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NO PERÍODO DE CAMPANHA ELEITORAL

Kamila Moreira Nunes^{1*}, Diana Cristina Lopes Leite¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: nuneskamila85@gmail.com

RESUMO: Com o advento da internet tornou-se recorrente o surgimento da disseminação de notícias falsas nas mídias sociais, nesse contexto, os meios de comunicações online se tornaram os principais mecanismos para “espalhar” informações inverídicas. Portanto, se tratando de propaganda eleitoral a publicação de fatos que possam prejudicar a imagem do candidato torna-se influenciam na exercício da democracia. A utilização de fake News no período de campanha eleitoral deve ser combatida diariamente, pois a campanha eleitoral deve ser difundida havendo lisura de todos os dados pertinentes aos cidadãos no momento de escolher seus representantes, neste sentido, torna-se fundamental tratar do tema e combatê-lo, em especial no contexto das campanhas eleitorais. É notório que a liberdade de manifestação de pensamento, assim como os demais direitos fundamentais, não possuem caráter absoluto, encontrando limites na própria Constituição, assegurando a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas (artigo 5º inciso X da CRFB/88) conforme ensina Konrad Hesse, a limitação de direitos fundamentais deve ser adequada para produzir a proteção do bem jurídico, por cujo motivo ela é afetada.. Neste sentido o artigo 22, inciso X da resolução do Tribunal Superior Eleitoral 23.610/2019 determina que não será tolerada propaganda que caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, bem como atingir órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública, o artigo 9º da mesma resolução estabelece ser vedada a divulgação ou compartilhamento de fatos inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos, devendo o juízo eleitoral determinar a cessação do ilícito, sem prejuízo da apuração de responsabilidade penal, abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação. O presente artigo busca abordar a temática da influência das fake News no período de campanha eleitoral e como prejudica candidatos e cidadãos de modo geral, e elucidar a necessidade da lisura no processo de campanha eleitoral para concretização da democracia. A metodologia do trabalho baseia-se em uma abordagem dedutiva como lógica de investigação, que é mais apropriada para estudos descritivos, como o presente, primeiramente, será realizada uma revisão bibliográfica extensiva para entender o objeto de estudo. A literatura revisada incluirá tanto fontes primárias como a resolução do Tribunal Superior Eleitoral 23.610/2019 e a Constituição Federal de 1988, quanto secundárias (artigos acadêmicos, Livros, Leis e Códigos sobre o tema). Com o crescimento das redes sociais e mídias de comunicação tem sido difundido cada dia mais notícias falsas a respeito de vários temas, portanto, é notório que a propagação de fake News em período de campanha eleitoral influencia negativamente a lisura do processo eleitoral, ademais, o regime democrático no qual baseia-se no exercício do poder político pelo povo, e não ocorre da forma como deveria, pois as informações inverídicas sobre os candidatos influenciam diretamente na escolha representativa.

PALAVRAS-CHAVE: Fake News; Período eleitoral; Democracia.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PROTEÇÃO DE DADOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL E SUA IMPLICAÇÃO JURÍDICA

Kamila Moreira Nunes^{1*}, Maria Taislane de Carvalho¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: nuneskamila85@gmail.com

RESUMO: A Constituição Republicana é conhecida pela amplitude dos direitos protegidos, não apenas como fundamento normativo, mas também amparada pelas vedações ao retrocesso desses direitos. Essas vedações decorrem do histórico de diplomas anteriores que, embora completos na proteção de direitos, não possuíam mecanismos rígidos para impedir sua revogação em momentos específicos. Nesse sentido, ao considerar certos direitos como fundamentais, a Constituição Federal de 1988 os estabelece como cláusulas pétreas, dos quais não se pode retroceder em seu âmbito de proteção (art. 60, § 4º, IV da CRFB/88). Neste sentido, urge a Emenda Constitucional nº 115, de 2022, que acrescenta o inciso LXXIX ao artigo 5º, dispondo sobre a proteção de dados pessoais, inclusive no meio digital. Com isso, esse direito é incluído no rol de direitos fundamentais, tornando-o juridicamente protegido de possíveis emendas que sejam tendentes a abolir ou retroceder na proteção de tal direito. O rol de direitos fundamentais prevê a proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, assim como a inviolabilidade do sigilo das correspondências, entre outros. Tais disposições se bem interpretadas podem ser aplicadas a proteção dos dados pessoais por analogia, o que anterior à emenda constitucional 115 de 2022, era a disposição constitucional utilizada para tratar da proteção aos dados pessoais, entretanto a intenção do legislador constituinte foi especificar o contexto da proteção de dados, o que pode ser justificado pela ínfima abertura que a *internet* proporciona meios para que os dados pessoais dos seus usuários sejam violados e até mesmo utilizados para o cometimento de crimes. A autora Patrícia Pinheiro (2012) em seu livro “Proteção de dados pessoais comentários à Lei n. 13709/2018” destaca que a proteção das pessoas físicas relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais é um direito fundamental, garantido por diversas legislações em muitos países. A metodologia do trabalho baseia-se em uma abordagem dedutiva como lógica de investigação em estudos descritivos, como o presente, primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica extensiva para entender o objeto de estudo. A literatura revisada incluirá tanto fontes primárias como Constituição Federal de 1988, quanto secundárias (artigos acadêmicos, Livros, Doutrinas, Leis e Códigos, relatórios e análises sobre o tema). O presente artigo busca analisar as implicações jurídicas que inclusão da proteção de dados gera no ordenamento jurídico brasileiro e os possíveis efeitos dessa recente Emenda à Constituição Federal. A pesquisa conclui que a inclusão da proteção de dados ao rol de direitos fundamentais representa um avanço para a defesa da integridade e da honra, ora positivados no ordenamento jurídico, ademais, a Emenda Constitucional 115 de 2022 coloca inciso LXXIX no artigo 5º e desde então as leis ordinárias já existentes ao disciplinar sobre proteção de dados não podem pormenorizar essa proteção já assegurada constitucionalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção de Dados; Direito Fundamental; Emenda Constitucional nº 115 de 2022.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

AS IMPLICAÇÕES DO CIÚMES PATOLÓGICO NO DIREITO PENAL

Ketlyn Emily Vintura Andrade^{1*}, Yasmin Silva dos Santos¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: ketlynemilyva@aluno.uespi.com

RESUMO: O estudo das implicações do ciúme no direito penal é de grande relevância, pois essa emoção, embora comum e parte da experiência humana, pode, em sua forma patológica, levar a comportamentos extremos, como a violência. Compreender como o ciúme patológico se manifesta e como ele pode influenciar ações delitivas é crucial para o desenvolvimento de abordagens jurídicas mais justas e informadas. Nesse contexto, o presente estudo busca analisar a natureza do ciúme patológico em crimes, considerando tanto a perspectiva jurídica quanto psicológica. Os objetivos deste trabalho são investigar como o ciúme patológico é compreendido no direito penal, e analisar a base psicológica por trás desse comportamento para oferecer uma visão mais integrada e interdisciplinar, deixando o direito o mais humanizado possível. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica de literatura jurídica e psicológica, dos autores Santos e a matriz de identidade, descrita por Fonseca F^o, baseando –se na teoria de Martin Buber (1977) sobre o ciúme e sua relação com o comportamento delitivo. S. A metodologia utilizada incluiu a análise de decisões judiciais do STJ, para compreender como a doutrina e jurisprudência percebem os ciúmes patológico como defesa ou justificativa para ações criminais, como também artigos científicos que buscam entender as bases emocionais e comportamentais do ciúme patológico. Os principais resultados indicam que o ciúmes patológico, embora reconhecido como uma condição que pode afetar o comportamento e o julgamento de um indivíduo, é cediço que o entendimento de cada caso se analisado isoladamente decidido pelo conselho de sentença. Nestes termos tem-se o AgrRg no RECURSO ESPECIAL N^o 1.251.725 – MG (2011/0100228-7). Além disso, foi observado que, em alguns casos, o agente que comete um delito sob forte emoção pode não ter plena consciência das implicações de suas ações, muito menos ter a intenção do resultado, o que requer uma análise mais profunda das circunstâncias e do estado emocional do indivíduo no momento do crime. Em conclusão, a pesquisa sugere que a adoção de uma perspectiva mais abrangente, que leve em conta tanto os aspectos jurídicos quanto os psicológicos, pode contribuir para uma maior justiça e equidade nas decisões judiciais. Além disso, a prevenção e o tratamento do ciúme patológico devem ser considerados como medidas complementares à responsabilização penal, visando reduzir a reincidência e proteger as vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Ciúme patológico; desenvolvimento da identidade; direito penal.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE MACONHA NO BRASIL: IMPACTOS NO SISTEMA CARCERÁRIO E SAÚDE PÚBLICA

Liliane Pinheiro Rodrigues^{1*}, Aldenice Alves Martins¹, Lys Dayana Alves Guedes¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: lilianepinheiro@aluno.uespi.br

RESUMO: A maconha é uma droga produzida a partir da planta *Cannabis Sativa*, cuja contém uma substância química psicoativa denominada delta-9-tetraidrocanabinol (THC), a qual pode desenvolver dependência psicológica, caso seja usada por tempo prolongado. Para melhor compreender o contexto histórico da maconha, vale ressaltar que esta droga, hoje considerada ilícita, já foi um dia um dos principais produtos agrícolas cultivados na Europa no período renascentista, sendo a sua matéria-prima utilizada para diversos fins, inclusive, no Brasil, era muito utilizada principalmente pelos escravos africanos. Nesse sentido, relaciona-se às raízes da criminalização da maconha no Brasil, indiscutivelmente à diáspora africana. Onde a psiquiatria lombrosiana, ao chegar ao Brasil em meados do século XIX, defendia o discurso de que determinadas raças carregavam características naturais de criminosos, criminalizando os negros, sua religião, cultura e, incontestavelmente, o hábito de fumar maconha. Na atualidade, a criminalização do porte da maconha no Brasil, está disposta na Lei nº 11.343 em seu artigo 28, o qual prevê acerca das penas a serem aplicadas em caso de guarda, depósito e transporte sem autorização de produto capaz de causar dependência física ou psíquica. Recentemente, em meados de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou favorável à descriminalização do porte de maconha para uso pessoal e estabeleceu quantidade de até 40 gramas ou seis plantas fêmeas como limite de diferenciação entre usuário e traficante. A decisão, sem dúvidas, representa um marco significativo na política de controle de drogas no Brasil. Porém, traz à luz a reflexão acerca dos possíveis impactos provenientes de tal decisão, mas acredita-se que este resultado incidirá em impactos sociais relevantes ao convívio social, assim também, como no âmbito jurídico. Portanto, a pesquisa em questão, objetivou analisar quais foram os impactos sociais ocasionados pela descriminalização do porte de maconha na sociedade brasileira, visando conhecer o panorama histórico de proibição da *cannabis sativa*; entendendo quais os efeitos que a *cannabis* provoca no indivíduo; identificando os benefícios da *cannabis sativa*; e compreendendo como ocorreu o processo de descriminalização da maconha no Brasil. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se uma metodologia de cunho bibliográfico, onde foram feitas revisões em artigos, revistas e teses que versam sobre a temática, a fim de trazer robustez à pesquisa. Em síntese, observou-se que, a descriminalização do porte de maconha ainda é tímida no Brasil, visto que é necessária mudança de paradigma no que diz respeito à liberação do uso da erva. Contudo a descriminalização pode contribuir para a redução do encarceramento, visto que, se o indivíduo porta a quantidade estabelecida pela lei, não será considerado traficante. Em contrapartida, receia-se uma interferência negativa no que se refere à saúde pública, quando se trata dos usuários, pois facilitando o acesso, o excesso pode desencadear um maior número de dependência química, transtornos mentais, além de interferir no desempenho profissional e pessoal do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Descriminalização; porte de maconha; dependência química.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS DAS PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS

Diana Cristina Lopes Leite¹, Frank Aguiar Rodrigues¹, Lívia do Egypto Maciel Pacheco Cavalcanti^{1*}.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: liviacavalcanti@aluno.uespi.br

RESUMO: Este estudo analisa os mecanismos jurídicos brasileiros para combater práticas discriminatórias contra pessoas que vivem com HIV/AIDS no ambiente de trabalho. O direito a não discriminação está intimamente ligado ao princípio da igualdade, conforme garantido pela Constituição de 1988. Nas relações de trabalho, a discriminação pode se manifestar em atos que criam exclusão ou preferência, prejudicando a igualdade de oportunidades. A Lei n.º 12.984/2014 veio suprir uma lacuna na legislação trabalhista ao criminalizar atos discriminatórios como a recusa de emprego, demissão e segregação no local de trabalho, bem como a divulgação da condição de saúde do trabalhador com HIV/AIDS. Antes dessa lei, os casos eram resolvidos por analogia com a Lei n.º 9.029/95, que proíbe a exigência de exames de gravidez, mas não abordava o HIV/AIDS. A aplicação da Lei n.º 12.984/2014 tem sido crucial na proteção de trabalhadores soropositivos. No ARE n.º 1.377.958/PR, julgado pelo STF em 6 de dezembro de 2023, sob relatoria do ministro André Mendonça, o tribunal considerou discriminatória a demissão de um trabalhador soropositivo, violando os princípios da dignidade humana e da igualdade. O STF determinou sua reintegração e indenização por danos morais. A decisão reforça a importância da Lei n.º 12.984/2014 e o papel do Judiciário em combater práticas discriminatórias no ambiente de trabalho. O Brasil, ao promulgar a Lei n.º 12.984/2014 alinha-se às diretrizes do Unaid, organização global que visa combater o estigma e a discriminação, promovendo os direitos humanos e o acesso universal à saúde. A legislação brasileira reflete esses princípios, oferecendo maior proteção aos trabalhadores com HIV/AIDS e garantindo tratamento gratuito pelo SUS. A colaboração entre o Brasil e o Unaid fortalece a luta pela igualdade de direitos no contexto do HIV/AIDS, havendo maior proteção e clareza jurídica para esses trabalhadores, garantindo seus direitos de maneira mais efetiva. Ademais, é importante evidenciar pontos sobre as violações discriminatórias: o prazo prescricional e o ônus da prova. Sabe-se que a proibição da discriminação e o princípio da igualdade são direitos fundamentais imprescritíveis, pois protegem aspectos personalíssimos. Embora práticas discriminatórias não prescrevam, provar sua ocorrência, especialmente em casos de pessoas com HIV/AIDS, representa um grande desafio, tornando o ônus da prova uma dificuldade significativa. Quando um empregado alega demissão por discriminação, ele deve comprovar a alegação, conforme o art. 818 da CLT. No entanto, o Judiciário brasileiro tem aceitado a presunção de discriminação para grupos marginalizados, como pessoas com HIV/AIDS. Assim, inverte-se o ônus da prova, exigindo que o empregador apresente evidências contrárias, conforme a Súmula 443 do TST. A presente pesquisa adota a revisão bibliográfica como metodologia, utilizando autores como Pereira et al., além de analisar jurisprudências, leis e súmulas como o ARE n.º 1.377.958/PR, a Lei n.º 12.984/2014 e a Súmula 443 do TST. Esses elementos foram fundamentais para examinar a evolução dos mecanismos de proteção aos trabalhadores soropositivos e verificar que a legislação brasileira, especialmente a Lei n.º 12.984/2014, fortaleceu a proteção contra a discriminação de pessoas com HIV/AIDS, facilitando o acesso à justiça e garantindo a igualdade no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: HIV/AIDS; discriminação; igualdade.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CRITÉRIO DA MISERABILIDADE DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC-LOAS)

Frank Aguiar Rodrigues¹, Lívia do Egypto Maciel Pacheco Cavalcanti^{1*}, Maria Taislane de Carvalho¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: liviacavalcanti@aluno.uespi.br

RESUMO: Esse estudo analisa o critério da miserabilidade como requisito para concessão do benefício de prestação continuada (BPC) previsto no artigo 20 da Lei n.º 8.742/93, que garante um salário mínimo mensal a idosos com setenta anos ou mais ou a pessoas com deficiência que não tenham condições de prover a própria manutenção ou a de sua família. Entende-se como incapaz de prover manutenção aquele cuja renda mensal per capita for inferior a ¼ do salário mínimo, conforme o parágrafo 3º do artigo 20 da Lei n.º 8.742/93. Esse critério ao ser interpretado de forma rígida contraria o Princípio da Igualdade Material, previsto no art. 5º, caput, da Constituição Federal, em que assegura que todas as pessoas sejam tratadas de maneira equitativa, levando em consideração suas condições reais, e não apenas de forma formal ou abstrata, e conseqüentemente, contraria o princípio da dignidade humana, previsto no artigo 1º, inciso III, fundamento essencial da República que estabelece que o Estado deve assegurar condições básicas para que todos possam viver com dignidade. Esses princípios reforçam a necessidade de uma interpretação mais ampla e justa do critério de miserabilidade, garantindo a assistência adequada a quem realmente necessita. Diante disso, tal critério foi alvo de debates jurídicos sobre sua flexibilização. Na ADI 1.232, o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que o critério de renda per capita estabelecido pela lei para a concessão do BPC é constitucional. A Corte afirmou que não seria aceitável conceder o benefício quando a renda familiar per capita exceder o limite de ¼ do salário mínimo, apoiando-se em precedentes que reforçam essa restrição legal. Posteriormente, em 2013, o STF declarou inconstitucional o parágrafo 3º do artigo 20 da Lei n.º 8.742/93, considerando o critério da miserabilidade insuficiente e defasado por não mais refletir adequadamente a realidade econômica do Brasil. Embora haja essa declaração de inconstitucionalidade, o parágrafo 3º do artigo 20 da Lei n.º 8.742/93 não foi revogado, mas há o Projeto de Lei n.º 254/2023 em tramitação, que visa alterar tal artigo, tornando-o mais flexível. É importante destacar também os Recursos Extraordinários nº 567.985 e 580.963, onde o STF decidiu pela inconstitucionalidade material incidental desse critério, argumentando que ele estava desatualizado diante das mudanças políticas, econômicas e sociais. Atualmente, apenas aqueles que recorrem judicialmente conseguem uma análise maleável da renda familiar. A presente pesquisa adota a revisão bibliográfica como metodologia, analisando artigos, legislações e jurisprudências relevantes ao tema como Martins (2021), Lei n.º 8.742/93, Projeto de Lei n.º 254/202, ADI 1.232 e Recursos Extraordinários nº 567.985 e 580.963 com o fito de demonstrar como a evolução interpretativa e as propostas legislativas visam flexibilizar o critério de miserabilidade priorizando a dignidade humana e as realidades socioeconômicas, dispensando a comprovação de extrema miséria e garantindo uma análise mais justa e adequada aos princípios constitucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Miserabilidade; dignidade humana, benefício de prestação continuada.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PONTOS ATUAIS DA OBRA LEVIATÃ

Lívia Gomes Barbosa^{1*}, Frank Aguiar Rodrigues¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: liviagbarbosa17@gmail.com

RESUMO: O livro escrito por Thomas Hobbes, embora publicado há mais de 300 anos, continua a ser citado e considerado uma referência fundamental na evolução do pensamento político. A importância do estudo se revela quando ao descrever sua visão negativa sobre o estado primitivo da natureza humana, Hobbes elaborou a ideia de controle social por meio de um mecanismo garantidor da ordem, apto a resguardar direitos fundamentais e estruturado de forma substancialmente democrática. Essa concepção transcendeu o tempo e encontrou significativa ressonância na atual organização política, que exerce autoridade sobre o território e os habitantes do Estado brasileiro, conforme descrito pela Carta Magna do país. O objetivo de associar a obra à Constituição Federal de 1988 é equiparar a responsabilidade recíproca do Estado brasileiro com as convicções de Hobbes sobre democracia, segurança pública, laicidade e elaboração de normas. Para alcançar os objetivos do estudo, foi utilizada uma abordagem metodológica que envolveu a revisão tanto do livro Leviatã quanto da lei suprema do Brasil. A análise buscou identificar os paralelos entre essas duas fontes, considerando seus distintos contextos históricos e as evoluções subsequentes. Concluiu-se que os princípios hobbesianos do contrato social entre sociedade e governo mantiveram sua relevância ao longo dos séculos e serviram de prelúdio para a configuração do Estado moderno. Assim, a comparação entre o entendimento constitucional brasileiro — embora mais moderno e democrático — e as convicções expostas em Leviatã, oferece um prisma valioso para os debates contínuos sobre a origem e a legitimidade da estrutura política, iluminando aspectos cruciais como o alinhamento entre poder público, segurança pública, direitos individuais e justiça, além de promover uma reflexão profunda sobre os desafios e a evolução da organização estatal.

PALAVRAS-CHAVE: Hobbes; contrato social; constituição federal.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

LIBERDADE DE EXPRESSÃO VERSUS A CRIMINALIZAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO NA INTERNET

Lorena Pinheiro Martins^{1*}, Maria Vitória Rodrigues de Almeida¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: lorenamartins@aluno.uespi.br

RESUMO: O presente estudo analisou a criminalização do discurso de ódio à luz do Direito Penal, considerando que a proibição penal de discursos está sempre em tensão com o exercício do direito fundamental da liberdade de expressão, garantido constitucionalmente, e pedra basilar da democracia. Dessa forma, em regra, o uso veemente da liberdade de expressão terá sempre uma prevalência sob qualquer forma de limitação ou proibição estatal, ainda que os discursos sejam heterodoxos e desagradáveis, ainda assim ele poderá fazer uso livre da palavra, no exercício da democracia, sem que o estado o interdite, ou trazendo para a seara penal, o censure posteriormente por meio de uma repressão. Todavia, é evidente que há discursos que causam resultados exteriores na sociedade e não são mais apenas um exercício inofensivo de uma liberdade, mas podem se transformar num método de lesão a bens que o Direito Penal protege, e ao atingir esses bens, tais discursos passam a interessar esse ramo do direito, a exemplo de discursos de ódio que manifestam desprezo a agrupamentos vulneráveis que tenham historicamente sido alvos de ataques, como os negros e a população indígena no Brasil, ou ainda um ataque individual a uma determinada pessoa. Desta forma, é importante se questionar o seguinte: quando ocorre a transformação do exercício da liberdade de expressão em um discurso de ódio a ser criminalizado, considerando a expansão e o alcance das redes sociais como principal forma de manifestação? Ocorre quando esta ultrapassa o limite da crítica construtiva e se configura como um ataque direcionado que incita violência, discriminação ou hostilidade contra indivíduos ou grupos com base em características como raça, religião, gênero, orientação sexual ou outras identidades protegidas. O objetivo deste trabalho é explorar os desafios específicos associados à regulação do discurso de ódio em plataformas digitais, considerando a evolução das redes sociais e seu impacto na dinâmica da comunicação, à luz do ordenamento jurídico e do comportamento da sociedade atual. Partindo dessa premissa, o presente estudo tem como metodologia a pesquisa qualitativa, com abordagem dedutiva, utilizando a análise bibliográfica, observando a legislação nacional e internacional, bem como decisões judiciais sobre a criminalização do discurso de ódio online, visando identificar a efetividade dessas normas e os desafios existentes para equilibrar a repressão penal com a proteção da liberdade de expressão. É fato que as redes sociais são, por muitas vezes, vistas como campos férteis para a propagação de discursos de ódio, muito mais amplo que no espaço físico. Nota-se, portanto, que a tensão entre a liberdade de expressão e a proteção contra os discursos prejudiciais, demonstra que, embora a liberdade de expressão seja um pilar fundamental da democracia, existem limites quando essa liberdade se transforma em discurso de ódio que atinge bens protegidos pelo Direito Penal. Assim, é imperativo que a legislação evolua continuamente para enfrentar as complexidades do discurso de ódio na era digital, garantindo a proteção das vítimas sem comprometer os princípios democráticos essenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio; Redes sociais; Liberdade de expressão.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A RELAÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O MARCO CIVIL DA INTERNET

Lorena Pinheiro Martins^{1*}, Frank Aguiar Rodrigues¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: lorenamartins@aluno.uespi.br

RESUMO: O presente estudo analisa a relação entre o princípio da dignidade da pessoa humana e a lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet, destacando a forma inovadora que foi elaborada e como ela estabelece previsões claras de responsabilização em caso de violação da intimidade no ambiente digital. Antes da referida lei, havia uma lacuna legislativa que gerava uma certa insegurança jurídica acerca de crimes virtuais, proteção de dados pessoais e a responsabilização de provedores da internet e plataformas digitais, tendo em vista que estas questões eram tratadas de forma inconsistente, os códigos civil e penal não foram originalmente concebidos para lidarem com os desafios do ambiente virtual. Diante disso, surge o questionamento: em que medida o Marco Civil da Internet consegue equilibrar a proteção do princípio da dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais com os desafios impostos pela rápida evolução tecnológica e as novas formas de interação social? Logo, o objetivo deste trabalho é explorar a forma que a lei concilia os direitos dos usuários e provedores, até que ponto ela contempla esses direitos, em especial o da dignidade, e como a contribuição popular para a elaboração desta lei auxiliou a garantir esses direitos no âmbito digital. A abordagem utiliza uma metodologia qualitativa baseada em uma revisão teórica e documental. Para isso, foram selecionados artigos jurídicos, livros e sites de notícias, priorizando aqueles publicados nos últimos 10 anos, e a análise foi realizada por meio da identificação de categorias temáticas, permitindo uma comparação crítica entre as perspectivas abordadas. Acerca da previsão clara de indenização em face da violação da intimidade e da vida privada nas redes digitais Demásio de Jesus (2014), afirma que “embora a proteção à intimidade e à vida privada esteja prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso X, o Marco é a primeira lei infraconstitucional que regulamenta o tema e bem esclarece ser cabível indenização por dano moral ou material decorrente de violações à intimidade e a vida privada.” Este fator evidencia a importância dessa lei no quesito de proteção e garantia dos direitos fundamentais diante de uma sociedade hiperconectada que usufrui da internet de maneira demasiada, e que necessitava de regulamentação específica para tratar dos seus direitos nessa área digital. Ademais, acerca da forma que a lei foi elaborada, Pierre Lévy (2014), salientou que “entre os melhores aspectos do Marco Civil estão o fato de ele ter sido criado de forma colaborativa; sua defesa da neutralidade de rede; e sua proteção da liberdade de expressão. Trata-se de algo positivo em todos os níveis. O Brasil está na vanguarda desse movimento, e vocês devem continuar lutando.” Em síntese, os resultados demonstram que a implementação do Marco Civil reduziu as inseguranças jurídicas acerca da privacidade dos usuários online, estabeleceu responsabilidade dos provedores de internet em caso de violação da intimidade e da vida privada, além de ter se tornado um destaque nacional e internacional no que diz respeito à segurança da privacidade no ambiente digital que está em constante evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Marco Civil da Internet; Indenização; Dignidade da Pessoa Humana.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL

Macivan Oliveira da Silva^{1*}, Livia Gomes Barbosa¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: macivanoliveira123@gmail.com

RESUMO: Os crimes cibernéticos representam um enorme desafio para o Direito Penal brasileiro, à medida que a popularização da internet e as novas tecnologias digitais vêm avançando se criam novas oportunidades e novas lacunas para a prática de delitos virtuais. A interconectividade global, facilita e possibilita a ocorrência de crimes como invasões de sistemas, fraudes eletrônicas entre outros. Nesse contexto, é importante analisar como a legislação brasileira tem se adaptado para enfrentar tais desafios, bem como avaliar a eficácia das medidas preventivas e punitivas que são adotadas no ordenamento jurídico. O objetivo principal deste estudo é investigar os crimes cibernéticos no Brasil, identificando algumas de suas características e peculiaridades. O avanço tecnológico impõe desafios jurídicos, exigindo uma resposta eficiente do sistema legal. Os crimes cibernéticos mais comuns incluem invasões de dispositivos informáticos, crimes contra a honra, fraudes eletrônicas, pornografia infantil, violação de direitos autorais e ataques de ransomware. Um exemplo notável foi a operação “DARKNET”, investigação realizada na deep web, no Brasil, com o objetivo de identificar usuários da rede Tor (The Onion Router). Outro exemplo foi a operação “SPECTOR”, que foi organizada por Estados Unidos, Reino Unido e Brasil contra a dark web. A legislação brasileira conta com a Lei nº 12.965/2014, que desempenha um papel crucial no ordenamento jurídico, estabelecendo os direitos dos usuários e impondo responsabilidades aos provedores de serviços online em casos ilícitos. Além da Lei nº 12.737/2012, Lei Carolina Dieckmann, que tipifica a invasão de dispositivos informáticos e estabelece punições para essas ações. Ademais, o Código Penal Brasileiro já previa punições para crimes como estelionato e difamação, no ambiente virtual. Essas leis trouxeram grandes avanços, mas ainda existem desafios práticos na aplicação das normas. Com relação a investigação de crimes cibernéticos no Brasil, ela é feita por órgãos como a Polícia Federal e delegacias especializadas, utilizando-se de mecanismos como rastreamento de IPs, perícias digitais e cooperação com provedores de internet. Obstante a isso, a transnacionalidade desses crimes e a complexidade técnica deles dificultam a identificação dos autores. Por meio da análise documental e bibliográfica de alguns artigos como “A Eficácia da legislação Brasileira na Prevenção de Crimes Digitais” e “Os Crimes Cibernéticos Perante O Ordenamento Jurídico Brasileiro: Os Haters Atrás Das Telas”, entre outros. Observa-se que, embora o Brasil tenha progredido na regulamentação dos crimes cibernéticos, ainda existem lacunas no tratamento de crimes mais complexos, como fraudes financeiras. A capacitação das autoridades envolvidas na investigação desses crimes é insuficiente, e a cooperação internacional é essencial. A adesão do Brasil à convenção de Budapeste demonstra um grande avanço no que diz respeito a cooperação internacional. Conclui-se que, o combate aos crimes cibernéticos no Brasil ainda enfrenta desafios relacionados à capacitação, infraestrutura além da necessidade de aperfeiçoamento das leis, visto que o mundo virtual está em constante evolução. Exigindo uma adaptação contínua do sistema jurídico e uma maior cooperação internacional, visando a proteção da sociedade e do Estado no ambiente digital.

PALAVRAS-CHAVE: Crimes cibernéticos; investigação; legislação.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O PAPEL DO CAÇADOR NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: INCENTIVO OU AMEAÇA?

Manoel Charles Dias Baião^{1*}, Hugo Henrique dos Santos Gomes¹.

¹Universidade estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: mcdb16r@gmail.com

RESUMO: A prática da caça esportiva é rodeada de polêmicas, opiniões difusas e debates, geralmente acalorados, não só no Brasil, mas no mundo. Este trabalho terá como objetivo analisar o papel do caçador no contexto penal Brasileiro, destacando a caça como crime ambiental e as implicações de sua legalização regulada, fundamentado em autores como José Geraldo Couto e estudos de organizações como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Será debatido, como em alguns contextos a legalização regulamentada da caça pode gerar recursos financeiros que são direcionados a conservação de animais silvestres em seus habitats naturais. Pesquisas como as de Brashares et al indicam que quando administrada de forma correta, a caça controlada pode beneficiar a preservação de ecossistemas. Por outro lado, a caça descontrolada, tipificada como crime ambiental no Brasil (Lei nº 9.605/1998) e ilegal, tipificada como crime ambiental no Brasil, pode gerar impactos extremamente negativos, principalmente em espécies em risco de extinção, conforme dados da WWF, prejudicando ecossistemas inteiros. O estudo explora exemplos internacionais, como em alguns países africanos, onde a caça esportiva legalizada é apenas mais uma ferramenta de arrecadação de recursos, que serão utilizados para financiar reservas naturais, como defende Laurence Franck, do grupo de conservação “Living With Lions” com sede no Quênia e Peter A. Lindsey em seu artigo *“Trophy hunting and conservation in Africa: Problems and one potential solution.”*. Enquanto no Brasil, a ideia da legalização da caça esportiva é cercada de controvérsias, pois é questionado se os supostos benefícios econômicos iriam justificar ou mitigar os danos a fauna. Além disso, será discutido o uso e os benefícios da tecnologia na fiscalização de áreas protegidas utilizando ferramentas eficientes para monitoramento em tempo real, diminuindo a dependência de patrulhas presenciais no combate a caça ilegal. Além das implicações legais e penais da caça esportiva na regulação dessa atividade, dada a gravidade de suas consequências negativas. É importante versar sobre o papel do caçador na conservação ambiental, principalmente no que tange às mais diversas questões éticas e legais, consideradas por muitos como as mais complexas, no que diz respeito ao equilíbrio entre a proteção da natureza e as atividades de cunho humano. A observação sobre se o caçador é um incentivo ou uma ameaça à conservação pode ser feita a partir de várias perspectivas. Tratando-se dos aspectos éticos, como a caça esportiva e a subsistência, o bem-estar animal, sustentabilidade e valor cultural. Sobre os aspectos legais, podemos destacar a regulamentação da caça e as políticas de conservação baseadas neste fenômeno social. Enquanto alguns estudiosos argumentam que a caça regulada pode acabar incentivando a conservação, outros alertam que sem o devido controle a caça será uma grave ameaça a biodiversidade, especialmente quando a saúde ecológica do local está fragilizada.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação; crime; caça.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O PAPEL DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO CONTEXTO PENAL

Maria Eduarda Lago Patriota^{1*}, Tamires Pereira Da Silva¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: meduardalpatriota@aluno.uespi.br

RESUMO: A justiça restaurativa (JR) emerge como uma abordagem importante e necessária ao sistema de justiça criminal contemporâneo, destacando-se por seu foco na reparação de danos e na reintegração das partes envolvidas. No contexto penal, especialmente em casos de violência de gênero, a JR tem sido reconhecida como um mecanismo imprescindível no que tange a proteção dos direitos das mulheres ao proporcionar um espaço onde vítimas podem relatar suas experiências, buscar reparação e participação ativa. Esta pesquisa busca explorar criticamente o papel da JR na proteção dos direitos das mulheres em situações de violência de gênero, avaliando sua eficácia, limitações e desafios. O objetivo geral desse trabalho é investigar como a JR pode contribuir para a proteção dos direitos das mulheres no sistema de justiça penal, considerando tanto os benefícios potenciais quanto as críticas associadas ao seu uso em casos de violência contra a mulher. A metodologia utilizada nesse estudo combina uma revisão sistemática da literatura com uma abordagem qualitativa de análise documental. A revisão da literatura incluiu uma seleção minuciosa de artigos acadêmicos e documentos legais. Os resultados indicam que a justiça restaurativa pode oferecer benefícios significativos para as mulheres vítimas de violência, destaca-se a capacidade da justiça de proporcionar um ambiente seguro e controlado onde as vítimas podem relatar suas experiências sem a revitimização frequentemente associada ao processo judicial. Além disso, a JR permite um maior senso de assistência às vítimas, ao envolvê-las diretamente na resolução de conflitos e na decisão sobre as formas de reparação, podendo facilitar processos de cura emocional e psicológica, ao promover o diálogo e o reconhecimento dos danos sofridos por estas. Contudo, a pesquisa também identificou desafios e limitações importantes e um deles reside na necessidade de garantir que a participação das vítimas na justiça restaurativa seja totalmente voluntária e informada, evitando qualquer forma de coerção. Ademais, há preocupações sobre a capacidade da justiça em lidar adequadamente com o desequilíbrio de poder inerente em muitos casos de violência, que pode comprometer a segurança e a proteção das vítimas. A falta de capacitação adequada dos facilitadores em questões de violência de gênero e a ausência de diretrizes claras sobre como lidar com esses casos também pode ser apontada como limitações significativas. Em suma, embora a justiça restaurativa ofereça uma abordagem benéfica para a proteção dos direitos das mulheres no contexto penal, sua implementação deve ser cuidadosa e sensível às complexidades da violência contra às mulheres. Para que a JR seja uma ferramenta eficaz e segura, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas claras, treinamentos específicos para os seus operadores e melhores garantias para a proteção das vítimas. Por último, a pesquisa sugere que, quando utilizada de maneira adequada, a justiça restaurativa pode complementar o sistema de justiça penal, oferecendo um melhor caminho para o acesso à justiça e a reparação às mulheres vítimas de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Direito penal; direitos das mulheres; justiça restaurativa.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O PAPEL DO GARANTISMO PENAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MINORIAS NO SISTEMA PENAL

Maria Eduarda Lago Patriota^{1*}

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: meduardalpatriota@aluno.uespi.br

RESUMO: O garantismo penal surge como uma doutrina imprescindível no que tange a proteção dos direitos individuais e coletivos no âmbito do sistema penal. No contexto de uma sociedade diversa e marcada por desigualdades, a aplicação desse modelo é fundamental para assegurar que o sistema de justiça criminal não se torne um instrumento de opressão, especialmente contra grupos minoritários. As minorias regularmente marginalizadas socialmente, são principalmente vulneráveis às opressões do sistema penal, o que torna essencial a aplicação de princípios garantistas que assegurem um entendimento justo e imparcial. Esta pesquisa busca analisar o papel do garantismo penal na proteção dos direitos das minorias evidenciando como seus princípios podem conter as práticas discriminatórias e promover a justiça social. Ademais, analisar a aplicação prática dos princípios garantistas, como a presunção de inocência, o direito ao devido processo legal, e o acesso à defesa, destacando como esses princípios podem prevenir abusos de poder e práticas discriminatórias contra minorias raciais, étnicas, religiosas, de gênero, entre outras. O objetivo específico deste estudo é buscar de que forma o garantismo penal pode atuar como um instrumento eficiente na proteção dos direitos das minorias no sistema penal. A verificação e identificação das lacunas na aplicação desses princípios no contexto do sistema penal brasileiro e propor recomendações para a sua efetiva implementação. A metodologia utilizada neste estudo é de natureza qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica abrangente e uma análise crítica de documentos jurídicos, legislações, e jurisprudências relevantes. Os resultados da pesquisa indicam que o garantismo penal, quando efetivamente aplicado, desempenha um papel importante na proteção dos direitos das minorias no sistema penal. Contudo, revisões demonstraram que a falta de aplicação rigorosa dos princípios garantistas contribui para a perpetuação de práticas discriminatórias e para a violação dos direitos fundamentais das minorias. Em contrapartida, em contextos em que o garantismo penal é adotado de forma consistente, há uma redução considerável de submissão e uma maior proteção aos direitos dessas populações. Este estudo faz-se necessário na contribuição quanto a conscientização e capacitação dos operadores do direito quanto à aplicação dos princípios garantistas. Portanto, conclui-se que o garantismo penal é um instrumento essencial para a promoção da justiça social e para a proteção dos direitos das minorias no sistema penal. No entanto, a pesquisa também revela que há desafios relevantes para a sua implementação efetiva, incluindo resistências culturais, falta de capacitação dos operadores do direito e insuficiências estruturais no sistema de justiça. Diante disso, recomenda-se uma abordagem conjunta entre legisladores, juristas e a sociedade civil para promover melhorias no sistema penal que incorporem de forma integral os princípios garantistas, assegurando a proteção efetiva dos direitos das minorias e contribuindo para a construção de um sistema de justiça mais justo e equitativo.

PALAVRAS-CHAVE: Direito penal; garantismo penal; minorias.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Maria Taislane de Carvalho^{1*}, Frank Aguiar Rodrigues¹, Kamila Moreira Nunes¹, Ricardo Ribeiro da Costa Neto¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: taisllanec01@gmail.com.

RESUMO: A Emenda Constitucional nº 45/2004 trouxe mudanças significativas na competência material da Justiça do Trabalho. Essa emenda representou um marco no aumento das atribuições dessa jurisdição especializada, ampliando o escopo das questões que ela pode julgar e, conseqüentemente, aumentando a responsabilidade da Justiça do Trabalho na proteção dos direitos trabalhistas. O presente estudo tem como objetivo analisar essas modificações, uma vez que, antes da Emenda Constitucional nº 45/2004, o artigo 114 da Constituição Federal restringia a competência da Justiça do Trabalho ao julgamento de dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores. Com a nova redação, o artigo 114 ampliou substancialmente o leque de situações abarcadas pela Justiça do Trabalho, que passou a julgar todas as ações decorrentes da relação de trabalho, independentemente da natureza do vínculo, e não apenas as relações de emprego, como era anteriormente. Esse alargamento da competência trouxe à Justiça do Trabalho a responsabilidade de julgar um volume maior de casos, incluindo aqueles que, antes, eram de competência da Justiça Comum. A metodologia adotada consiste em uma revisão de literatura, com ênfase em pesquisa bibliográfica, para analisar temas como a competência da Justiça do Trabalho, a jurisdição trabalhista e os impactos da EC nº 45/2004. O jurista Sérgio Pinto Martins (2005) destaca que o conceito de "trabalhador" é mais abrangente do que o de "empregado", assim como o de "relação de trabalho" é mais amplo do que o de "relação de emprego". Essa distinção é fundamental para compreender as mudanças introduzidas pela emenda, que visa assegurar uma proteção mais ampla aos trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo contratual que possuam. Além disso, as relações jurídicas decorrentes dos contratos de trabalho em sentido amplo apresentam uma similaridade com as relações de consumo, especialmente no que diz respeito à prestação de serviços. Silvio de Salvo Venosa (2004) define a prestação de serviços como um contrato sinalagmático, no qual uma parte, o prestador, compromete-se a fornecer um serviço a outra parte, o tomador, mediante remuneração. A Emenda Constitucional nº 45/2004 reforça o princípio de que, sempre que o ato envolva matéria sujeita à jurisdição trabalhista, a competência para julgamento será da Justiça do Trabalho. Conclui-se que as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004 na competência da Justiça do Trabalho são de extrema relevância. Elas não apenas contribuem para desafogar a Justiça Comum, mas também fortalecem a proteção dos direitos dos trabalhadores, permitindo que a Justiça do Trabalho continue desempenhando seu papel essencial na mediação das relações entre capital e trabalho, além de promover a justiça social de maneira mais abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Competência; Emenda Constitucional nº 45/2004; Justiça do Trabalho.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A ATUAÇÃO DA IMPRENSA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: IMPACTOS E RESPONSABILIDADES

Maria Taislane de Carvalho^{1*}, Ricardo Ribeiro da Costa Neto¹, Lívia do Egypto Maciel Pacheco Cavalcanti¹, Frank Aguiar Rodrigues¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: taisllanec01@gmail.com

RESUMO: A Lei nº 11.340, de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, representa um marco na legislação brasileira no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Apesar de sua clareza e especificidade no ordenamento jurídico, o número de casos de violência contra a mulher continua a aumentar em todo o país. Diante desse cenário, o estudo tem como objetivo examinar o papel da mídia na cobertura dos casos de violência contra a mulher, sobretudo no que tange à divulgação de notícias sobre esse tema em nível nacional. Além disso, o estudo propõe refletir sobre os efeitos do silêncio midiático, que pode contribuir para a perpetuação dessa violência. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e consiste em uma revisão bibliográfica que reúne reflexões sobre o tema, com base em pesquisas em livros, sites e artigos acadêmicos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Apesar de avanços significativos em termos de igualdade de direitos e proteção, ser mulher no Brasil ainda implica enfrentar uma condição de constante risco e vulnerabilidade. A permanência cultural de comportamentos opressores em relação às mulheres, que se arrastam ao longo do tempo, gera efeitos devastadores na vida de milhões ao redor do mundo. A violência contra a mulher, especialmente no âmbito doméstico e familiar, caracteriza-se por um ciclo vicioso. Inicia-se com ofensas ou proibições sutis e, sem que se perceba, pode culminar no extremo da violência: o feminicídio. Segundo Almeida (2020), toda situação de violência tem um ponto de partida, que pode ocorrer tanto no início de um relacionamento afetivo quanto anos após o casamento. O acesso à informação, à liberdade de expressão e à transparência são pilares fundamentais em uma democracia e, portanto, essenciais para o jornalismo. O papel da imprensa na sociedade está pautado na ética e no interesse público, o que exige que o jornalismo seja conduzido com seriedade e responsabilidade. Em casos de violência contra a mulher, a falta de responsabilidade na cobertura midiática pode agravar a situação das vítimas, impedindo seu acesso à justiça e exacerbando o trauma vivido. Para Ela Wiecko (2023), a mídia hoje é considerada uma das agências informais do sistema de justiça, desempenhando papéis como condenar, absolver, orientar e até investigar, o que lhe atribui uma grande responsabilidade. Além disso, a cobertura midiática da violência contra a mulher é de interesse público, pois afeta toda a coletividade. De acordo com Geysa Fernandes Ribeiro (2017), é essencial realizar uma análise crítica sobre como as linguagens e os discursos utilizados pelos meios de comunicação para abordar casos de violência são construídos. O jornalismo pode contribuir significativamente para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre a forma mais extrema de violência de gênero: o feminicídio. Conclui-se, portanto, que é crucial que os jornalistas estejam cientes do impacto social de suas reportagens, priorizando uma cobertura que não se limite ao ato final da violência, mas também aborde o contexto que permitiu sua perpetuação até culminar no feminicídio.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; mulher; violência.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O IMPACTO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Nágila Marques Macedo¹, Moisés Rodrigues de Assunção^{1*}

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: assuncaorr25@gmail.com

RESUMO: A presunção de inocência é um dos fundamentos essenciais do Estado Democrático de Direito, estando devidamente estabelecida no inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, onde determina que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Esse princípio assegura que o indivíduo, ao ser acusado de um crime, será tratado como inocente até que sua culpa seja provada por meio de um processo judicial definitivo. Este estudo visa examinar como o princípio da presunção de inocência é aplicado na prática dentro do direito penal brasileiro, investigando as questões jurídicas que emergiram, particularmente após decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas à execução provisória da pena. A metodologia utilizada baseia-se em revisão bibliográfica, análise jurisprudencial e estudo de casos emblemáticos no tocante à presunção de inocência. O estudo começa com a análise da base constitucional do princípio da presunção de inocência e seu histórico no direito brasileiro, ressaltando sua importância para a proteção dos direitos fundamentais e a garantia de um julgamento justo e imparcial. Adiante, o estudo aborda a controversa questão da execução antecipada da pena, particularmente à luz da decisão do STF de 2016, que autorizou a prisão após condenação em segunda instância. Essa decisão provocou debates acalorados entre juristas e advogados, sendo vista como uma flexibilização do princípio constitucional. Posteriormente, em 2019, o STF reverteu seu entendimento, reafirmando que a prisão só pode ocorrer após o trânsito em julgado, fortalecendo a presunção de inocência. Os resultados das averiguações mostram que, embora o princípio da presunção de inocência seja amplamente respeitado pela doutrina e jurisprudência, sua aplicação prática ainda enfrenta diversas adversidades. Casos de grande repercussão midiática, como os que envolvem figuras públicas, têm colocado em evidência a tensão entre a opinião pública e os direitos fundamentais dos acusados. Além disso, há uma crescente preocupação com o uso excessivo de prisões preventivas, que, muitas vezes, são decretadas sem o devido respeito ao princípio da presunção de inocência, prejudicando o direito à liberdade dos acusados que aguardam julgamento. Dessa forma, infere-se que o princípio da presunção de inocência é essencial para a justiça penal brasileira, sendo uma garantia fundamental contra abusos do Estado. Inobstante, sua efetiva aplicação depende de um equilíbrio entre a necessidade de garantir a ordem pública e a segurança jurídica, respeitando os direitos dos acusados. A jurisprudência do STF continua a desempenhar um papel central na definição dos limites desse princípio, e o futuro de sua aplicação no Brasil dependerá das decisões futuras do Supremo Tribunal Federal e das reformas legislativas que possam vir a ser implementadas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Penal; execução provisória; presunção de inocência

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL EM DESASTRES DE BARRAGENS

Osmiro Ribeiro dos Santos Junior¹, Emilly Sabrina Lago Gomes^{2*}

¹Universidade Federal do Oeste do Pará, Itaituba, Pará, Brasil. ²Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: emillygomes@aluno.uespi.br

RESUMO: A segurança de barragens tem se tornado um tema de crescente relevância, especialmente após os desastres ocorridos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), que causaram imensos danos ambientais e humanos. Esses eventos destacaram a necessidade de um arcabouço jurídico robusto para responsabilizar os agentes envolvidos e mitigar futuros desastres. A responsabilidade civil e penal em casos de rompimento de barragens é um campo complexo, envolvendo a interação entre o direito ambiental, civil e penal. Este estudo busca explorar como a legislação brasileira trata da responsabilização dos responsáveis por desastres de barragens, com foco nas obrigações de reparação e nas sanções aplicáveis às empresas e indivíduos. O objetivo geral deste trabalho é analisar a aplicação das normas de responsabilidade civil e penal em desastres de barragens no Brasil, identificando as lacunas e as potenciais melhorias necessárias no atual ordenamento jurídico. Especificamente, o estudo examina os aspectos legais relacionados à responsabilidade civil das empresas na reparação de danos ambientais e sociais, avalia as implicações penais para gestores e engenheiros responsáveis e discute a efetividade das sanções aplicadas no contexto de desastres de grande magnitude. A metodologia utilizada foi baseada em uma revisão bibliográfica de normas legais, jurisprudências e doutrinas sobre o tema. Além disso, foram analisados estudos de caso de desastres de barragens no Brasil, focando na aplicação prática das sanções civis e penais. Os principais resultados indicam que, apesar de existir um marco regulatório abrangente, há falhas na fiscalização e na aplicação das normas de segurança, contribuindo para a recorrência de acidentes. A responsabilidade civil é geralmente direcionada às empresas proprietárias das barragens, que são obrigadas a arcar com a reparação integral dos danos, conforme o princípio do poluidor-pagador. Contudo, o processo de reparação é frequentemente lento e insuficiente para atender às necessidades das comunidades afetadas. As consequências ambientais desses desastres são devastadoras, causando degradação dos ecossistemas e perda de biodiversidade, o que torna a reparação ainda mais imprescindível no contexto do direito ambiental. No campo penal, gestores e engenheiros responsáveis têm sido indiciados por crimes ambientais e homicídios culposos, mas as sanções penais enfrentam desafios na comprovação de dolo ou culpa grave. Em vista do supracitado, conclui-se que, para evitar futuros desastres, é necessário reforçar a fiscalização preventiva e aprimorar os mecanismos de responsabilização, tanto na esfera civil quanto na penal. Ademais, é importante assegurar que as reparações sejam céleres e efetivas, garantindo a restauração do meio ambiente e o suporte devido às populações impactadas. A evolução do sistema jurídico em resposta aos desastres deve ser contínua, com a criação de mecanismos que promovam ainda mais segurança, incorporando novas tecnologias de monitoramento e avaliações de risco tanto para as barragens existentes quanto para as futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Barragens; responsabilidade civil; responsabilidade penal.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: DESAFIOS E REALIDADES NA REINTEGRAÇÃO DOS DETENTOS

Patricia Elias da Silva^{1*}, Bianca Nogueira Lemos¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: pedas@aluno.uespi.br

RESUMO: A ressocialização é um dos principais objetivos do sistema penal brasileiro, que busca reabilitar os detentos para sua reintegração na sociedade. No entanto, o sistema penitenciário enfrenta grandes desafios quanto à eficácia desse objetivo. O estudo analisa as complexidades e limitações que influenciam a reintegração dos detentos, considerando fatores institucionais, estruturais e sociais que afetam a capacidade de promover a reabilitação. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e estudo de normas jurídicas, a fim de relacionar a ineficácia da aplicação das propostas legais à desigualdade estrutural e outras influências no sistema carcerário. A reinserção dos indivíduos busca não apenas prevenir a reincidência criminal, mas também humanizar a experiência dos detentos, preparando-os para sua reintegração social. A Lei de Execução Penal (LEP) estabelece uma base normativa sólida para esse processo, destacando a importância de promover a reabilitação e reintegração dos condenados. Entre as medidas previstas, incluem-se a oferta de trabalho, educação e assistência social durante o cumprimento da pena. Porém, a realidade nas prisões brasileiras contraria frequentemente essas diretrizes. A superlotação é um dos maiores obstáculos à ressocialização, uma vez que o excesso de presos, sem distinção adequada entre os tipos de crimes, viola normas que preveem o cumprimento da pena em cela individual com área mínima adequada. Esse cenário é agravado pelo aumento do número de prisões nos últimos anos, pela lentidão do sistema judicial e pela falta de políticas eficazes de reintegração. Além dos problemas estruturais, os desafios sociais enfrentados pelos ex-detentos também são cruciais. O estigma social, a falta de oportunidades de emprego e a exclusão social dificultam significativamente sua reintegração. Isso evidencia que a ressocialização não deve ser tratada apenas dentro do sistema prisional, mas também fora dele, com iniciativas que favoreçam a aceitação social e ampliem as oportunidades para os ex-detentos. Dados recentes indicam que uma alta porcentagem dos egressos reincidem no crime, demonstrando falhas nos mecanismos de reintegração social e no suporte pós-libertação. A distância entre teoria e prática revela uma tensão entre a justiça criminal e a forma como a sociedade lida com a punição, sugerindo que o punitivismo muitas vezes se sobrepõe à reabilitação. Em resumo, a reintegração dos infratores envolve uma questão interdisciplinar que abrange aspectos penais, penitenciários e a colaboração de diversos segmentos da sociedade. A reforma do sistema penal pode aumentar a sensação de justiça e promover a harmonia social, incluindo práticas educativas que incentivem a promoção de oportunidades e a redução da criminalidade. Apenas uma abordagem integrada, que diferencie vingança de justiça e promova práticas de ressocialização com o apoio de instituições sociais, pode permitir uma resposta equilibrada aos desafios da ressocialização.

PALAVRAS-CHAVE: Lep; ressocialização; sistema prisional.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

INTERSECCIONALIDADE: FILTRO DISCRIMINATÓRIO DO NEGRO NAS RELAÇÕES DE PODER E AS CONSEQUÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO

Racyo Danillo Ribeiro Pugas^{1*}, José Carlos Ribeiro Guimarães¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: racyopugas@aluno.uespi.br

RESUMO: O estudo visa analisar o papel dos elementos sociais interseccionais na manutenção das estruturas de poder em relação à persistência da discriminação negra no mercado de trabalho, não obstante os diversos avanços dos direitos humanos e das lutas por igualdade social. Nesse âmbito, operacionaliza-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: A discriminação como forma de controle social da ascensão negra é questão de cor da pele? Seu enredo baseia-se na perspectiva do professor Ramatis Jacino (2012), cuja temática abordada em sua obra assevera que a fragilidade e volatilidade das condições socioeconômicas dos indivíduos que conseguiram sobreviver à abolição eram incipientes e instáveis, de modo que voltar a condição de marginalização escravocrata era premente pela falta de estratégias inclusivas no mercado de trabalho, o que permanece silenciosamente na atualidade, como forma de garantir o imobilismo social e manutenção das estruturas políticas de poder da branquitude (Moura, 1988). Ainda, de acordo com Antunes (2020) a uberização é processo no qual as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, sendo o assalariamento e a exploração cada vez mais encobertos. Ademais, Antunes e Braga (2009) destacam as tendências implementadas pelas corporações e facilitadas pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC), a expansão dos aplicativos desenvolve e amplia de modo exponencial o infoproletariado ou ciberproletariado. Ademais, a segregação obtém diferentes nuances a depender do tecido social, todavia as vias de amparo ao negro são sempre prejudicadas, senão vejamos a observação da pesquisadora Barbara Crateús Santos, “o ambiente de carência material está diretamente relacionado à violência pode produzir uma análise racializadora de vivências negras, imobilizando os sujeitos e relacionando à raça com destino. Só sendo possível relacioná-los, observá-los, apreendê-los em uma realidade de violência e vulnerabilidade social” (Crateús, 2022). Nesse sentido, importa trazer o conceito de interseccionalidade (Crenshaw) como lente analítica que permite analisar realidades a partir de múltiplas dimensões, como gênero, raça, classe, acesso à tecnologia, território, as quais são produtoras de desigualdades sociais e vulnerabilidades. Trata-se de um estudo por meio de análise bibliográfica de caráter explicativo que busca investigar a relação entre o acesso de negros a postos de poder no mercado de trabalho e a persistência subliminar da discriminação interseccional, através do método dedutivo. Nota-se, para tanto que a maneira histórica como é realizada a seletividade trabalhista gera impactos prejudiciais em seus diferentes meios, em consonância com a dificuldade em garantir o amparo dos direitos fundamentais básicos em ambientes minados pela vulnerabilidade socioeconômica, infraestrutural e familiar, pois o Estado não fornece subsídios para que a igualdade formal, acesso à Justiça e oportunidades presentes nos instrumentos normativos sejam materialmente possíveis. Portanto, a reflexão sobre acesso do negro aos espaços de poder é importante para se verificar a efetividade das políticas públicas de acesso aos direitos coletivos básicos, principalmente quando em confronto com diferentes contextos sociais, condições econômicas e familiares distintas. É imprescindível realizar outros estudos para proporcionar maior visibilidade à temática, bem como para que as instituições possam encontrar meios de tornar a igualdade formal de fato material.

PALAVRAS-CHAVE: Imobilismo; poder; interseccionalidade.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE ALEXY: PRINCÍPIOS VERSUS REGRAS NO DIREITO

Ricardo Ribeiro da Costa Neto^{1*}, Frank Aguiar Rodrigues¹, Maria Taislane de Carvalho¹, Racyo Danillo Ribeiro Pugas¹, Jeiel Sousa Brito¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: ricardoribeiro1200@gmail.com

RESUMO: O presente estudo aborda a teoria dos direitos fundamentais desenvolvida por Robert Alexy, com ênfase na distinção entre princípios e regras no sistema jurídico, uma contribuição relevante para a filosofia do direito contemporâneo. O estudo contextualiza a importância dessa distinção na aplicação prática do direito, destacando que, enquanto as regras possuem aplicação binária, devendo ser cumpridas ou violadas sem admitir exceções, os princípios operam como mandamentos de otimização que demandam ponderação para alcançar o melhor equilíbrio possível nas circunstâncias concretas. Um exemplo prático que ilustra bem a aplicação da teoria de Alexy é o caso "Ellwanger" julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil. Nesse caso, a corte ponderou entre a liberdade de expressão do réu, um editor acusado de promover conteúdo antissemita, e o princípio da dignidade humana, que foi considerado prevalente. O STF, seguindo a lógica de Alexy, aplicou a ponderação de princípios para decidir que a dignidade humana deveria ter maior peso, justificando a restrição à liberdade de expressão. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão de literatura, analisando a obra "Teoria dos Direitos Fundamentais" (2015) e autores críticos ou complementares à proposta de Alexy. Autores críticos, como Jürgen Habermas, levantam preocupações sobre a subjetividade da ponderação de princípios, argumentando que a falta de critérios objetivos claros pode levar a decisões arbitrárias. A teoria enfrenta desafios práticos significativos, especialmente em sistemas judiciais sobrecarregados ou com recursos limitados. A aplicação do processo deliberativo e da ponderação de princípios exige tempo, conhecimento especializado e capacidade de análise profunda, algo nem sempre viável em contextos de judiciários menos estruturados. Países com infraestrutura jurídica limitada, por exemplo, podem ter dificuldades em aplicar essa metodologia de maneira eficaz, e isso levanta a questão de como a teoria de Alexy pode ser adaptada para funcionar em tais cenários. Alternativas como a simplificação de certos critérios de ponderação ou o uso de jurisprudências consolidadas podem ajudar a enfrentar essas dificuldades. Apesar dessas críticas e desafios, a teoria de Alexy continua a ser uma referência importante. Sua abordagem flexível e adaptativa contribui para decisões mais sensíveis e contextualmente ajustadas, tornando-se uma ferramenta valiosa na resolução de conflitos envolvendo direitos fundamentais. Ao enfatizar a ponderação equilibrada e o discurso racional, Alexy oferece uma contribuição significativa para o direito contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais; Princípios; Regras.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

TEORIA DO DIREITO DE SCHMITT: DECISÃO E SOBERANIA COMO FUNDAMENTOS DO DIREITO

Ricardo Ribeiro da Costa Neto^{1*}, Frank Aguiar Rodrigues¹, Maria Taislane de Carvalho¹, Racyo Danillo Ribeiro Pugas¹, Jeiel Sousa Brito¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: ricardoribeiro1200@gmail.com

RESUMO: O presente estudo analisa a teoria do direito de Carl Schmitt, um dos mais influentes e controversos pensadores do século XX, focando nos conceitos de soberania e decisão como fundamentos centrais do direito. Schmitt propõe que a soberania não reside em normas abstratas, mas na capacidade de decidir sobre o estado de exceção, definindo o soberano como aquele que decide quando a ordem jurídica deve ser suspensa em situações de crise. Em sua obra "Teologia Política" (2009), Schmitt critica o positivismo jurídico por ignorar o papel decisivo da soberania, argumentando que o direito não pode ser reduzido a normas impessoais, mas deve ser compreendido como uma prática política de decisão concreta, especialmente em momentos de emergência. Um exemplo contemporâneo da relevância da teoria de Schmitt pode ser visto nas discussões sobre medidas emergenciais adotadas durante a pandemia de COVID-19. Governos de diversos países suspenderam temporariamente direitos individuais em nome da segurança pública, ilustrando como a teoria de Schmitt sobre o estado de exceção ainda encontra eco em situações políticas atuais, onde a necessidade de preservar a ordem pode se sobrepôr à legalidade estrita. A pesquisa também examina as críticas à teoria de Schmitt, especialmente sua associação com regimes autoritários e a distinção entre amigo e inimigo. Autores contemporâneos, como Giorgio Agamben, exploram esses conceitos, criticando a ideia de que o estado de exceção pode se tornar um instrumento de poder permanente, levando a uma normalização do estado de emergência. Além disso, Agamben argumenta que a falta de critérios objetivos para definir quando o estado de exceção deve ser invocado cria uma instabilidade jurídica perigosa, que pode justificar abusos de poder e violação de direitos fundamentais. A discussão sobre as implicações éticas e políticas da teoria de Schmitt também merece destaque. A defesa do poder discricionário do soberano, sem limites claros, levanta preocupações sobre os perigos da concentração de poder em tempos de crise. O uso indiscriminado do estado de exceção pode abrir precedentes para a suspensão prolongada de liberdades civis, como ocorreu em regimes autoritários, como o nazismo. A falta de mecanismos de controle pode transformar o estado de exceção em uma ferramenta para a perpetuação do poder, minando a democracia e a proteção de direitos humanos. Embora a teoria de Schmitt ofereça uma perspectiva única sobre a relação entre direito e poder, sua visão sobre a necessidade de uma autoridade forte em tempos de crise levanta dilemas morais. A tensão entre legalidade e legitimidade torna-se especialmente delicada em contextos onde as decisões soberanas podem se sobrepôr aos direitos individuais e ao devido processo legal, como observado em regimes autoritários. Em conclusão, apesar de sua controvérsia, a obra de Schmitt continua a influenciar debates sobre os limites do direito em momentos de crise. A adição de exemplos concretos e o aprofundamento das críticas éticas e políticas evidenciam como sua teoria sobre soberania e estado de exceção permanece relevante, mas também perigosa se não for acompanhada de salvaguardas democráticas robustas.

PALAVRAS-CHAVE: Decisão; fundamentos; soberania.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A TIPICIDADE DA CONDUTA DE PORTAR MACONHA PARA USO PESSOAL NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA: DA CRIMINALIZAÇÃO À ABOLITIO CRIMINIS PELO STF NO TEMA 506

Micaelli da Silva Dias^{1*}, Ronaldo Coelho Pereira¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: ronaldocoelhohop@aluno.uespi.br

RESUMO: O recente julgamento do tema 506 pelo STF que trata do porte de *Cannabis* para uso pessoal gerou debates no meio social bem como introduziu mudanças no direito penal brasileiro. Nesse contexto, é importante compreender a evolução histórica do tema e as mudanças introduzidas na legislação. Assim, este trabalho tem como objetivo, por meio de uma revisão bibliográfica, apresentar de forma sintética a evolução da legislação penal brasileira referente à conduta mencionada, com foco no elemento da tipicidade da teoria do delito. A *Cannabis* foi introduzida no Brasil no século XVI trazida por escravizados africanos. Desde então, foi amplamente difundida no território, inicialmente entre indígenas e escravizados, sendo utilizada como planta medicinal, além de seu uso recreativo e religioso. A conduta de portar a planta para consumo permaneceu como fato atípico para o direito penal até 1830 quando passa a ser fato típico pela lei municipal do Rio de Janeiro que instituiu o Código de Posturas na cidade estabelecendo a proibição para os escravos e outras pessoas do “pito do pango” e sanção de três dias de cadeia como punição. Em âmbito nacional, o cenário regulatório de criminalização da cannabis se intensificou no século XX motivado pela Convenção Internacional do Ópio (1912) e Convenção de Genebra sobre Drogas (1931), essa última ratificada pelo Brasil com o Decreto nº 20.930/1932 listou formalmente a *Cannabis Indica* como entorpecente alvo de proibição e tornou o seu porte para uso pessoal sem prescrição médica ou autorização oficial fato típico punível com três a nove meses de prisão celular e multa de 1:000\$0 a 5:000\$0. Os anos seguintes da década de 30 são marcados pelo endurecimento das restrições e punições e uma unificação normativa proibicionista quanto à cannabis e outros entorpecentes, advindo em 1940 um novo Código Penal do Brasil (Decreto-lei nº 2.848/1940) reforçando o porte de droga como fato típico (art. 281) e estabelecendo uma sanção mais gravosa que a legislação anterior com pena de reclusão de um a cinco anos e multa de dois a dez contos de réis. Nas décadas seguintes esse dispositivo legal passou por alterações que endureceram as penas e restrições, como o Decreto-lei nº 385/1968 e a Lei 5.726/1971, essa última previa pena de 1 a 6 anos de reclusão e multa de 50 a 100 vezes o maior salário vigente no país. Tais alterações foram reflexo do contexto social e ideológico vivido no país e pela influência externa da política de guerra às drogas adotada e difundida internacionalmente pelos EUA no final da década de 60. Em 1976 houve uma flexibilização das penas pela Lei dos Tóxicos (Lei nº 6.368/1976) com o objetivo de deslocar os usuários da justiça criminal para o sistema de saúde, no entanto a conduta permaneceu como fato típico e com pena de detenção de 6 meses a 2 anos e pagamento de 20 a 50 dias-multa. Em 2006 a Lei de Tóxicos foi revogada pela Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) que despenalizou o porte de droga para uso próprio, porém a conduta permaneceu como fato típico com consequências criminais e as seguintes sanções: “I – advertência sobre os efeitos das drogas; II – prestação de serviços à comunidade; III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo”. Apesar da flexibilização normativa o art. 28 tem *status* de norma penal em branco, pois não estipula critérios objetivos de diferenciação entre usuário e traficante, levando a norma a ter efeitos deletérios sobre o sistema carcerário e de justiça, como a superlotação de presídios, o aumento do encarceramento de jovens, a insegurança jurídica na aplicação da lei e o impacto desproporcional sobre usuários de grupos sociais marginalizado - negros, pobres e indivíduos com baixa instrução escolar- que passaram a ser desproporcionalmente classificados como traficante em comparação a outros grupos para mesmos quantitativos de droga. A conduta de porte de *Cannabis* para uso próprio torna-se atípica apenas a partir de junho de 2024, com a tese firmada pelo STF ao julgar o RE nº 635.659, na qual se reconheceu a inconstitucionalidade do art. 28 em relação ao inciso X do art. 5º da CF/1988 (direito à privacidade e liberdade individual). Assim, afastou-se a antijuridicidade da conduta (*abolitio criminis*) e estabeleceu-se o critério objetivo de 40 g ou 6 plantas fêmeas para a diferenciação.

PALAVRAS-CHAVE: Tipicidade; porte; cannabis; evolução histórica.



II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

TRIBUNAL DO JÚRI: INFLUÊNCIA EMOCIONAL E IMPARCIALIDADE NA DECISÃO FINAL

Sebastiana de Souza Silva^{1*}, Levi Kaue da Costa Celestino¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: sebastianadesouzasilva@aluno.uespi.br

RESUMO: A Constituição Federal de 1988, estabelece a instituição do Tribunal do Júri e assegura que ele tenha competência para julgar crimes dolosos contra a vida, como aborto, homicídio, infanticídio e participação em suicídio. Além disso, garante ainda, que o julgamento pelo Tribunal do Júri seja justo, imparcial e respeite tanto os direitos do réu quanto o devido processo legal. Seu principal objetivo é proporcionar uma forma de julgamento em que a sociedade, por meio dos jurados, participe na tomada de decisões judiciais em casos de grande relevância, como crimes contra a vida. Isso se dá pela presença de juízes leigos, ou seja, indivíduos populares, que formam o Conselho de Sentença. Esses jurados são responsáveis por decidir, através de votação, se o réu é culpado ou inocente tornando o processo mais democrático, já que o corpo social participa diretamente da administração da justiça. No Júri, a bancada de jurados, que são cidadãos comuns, não são obrigados a seguir estritamente a “letra da lei” ou interpretações técnicas que os profissionais jurídicos utilizam, mas podem formar sua livre convicção com base nas provas apresentadas, argumentos, depoimentos e instrumentos apresentados durante o julgamento, aplicando sua própria percepção de justiça. Entretanto, é necessário pautar que os jurados podem ser influenciados direta ou indiretamente por emoções externas, opiniões sociais e mídia que podem impactar suas decisões de forma significativa. Deste modo, o objetivo do estudo foi analisar como as emoções e as opiniões sociais influenciam nas decisões do tribunal do júri, considerando que na maioria das vezes o conselho de sentença é formado por pessoas leigas e sem conhecimento adequado das normas técnicas e jurídicas do ordenamento brasileiro, bem como essas influências podem afetar a imparcialidade e a presunção de inocência, interferindo na construção do veredicto dos jurados. Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, a partir de pesquisas realizadas por meio da análise de diversas fontes, incluindo bibliográficas, doutrinárias, legislações, jurisprudências e artigos relacionados. Segundo Silva e Mata (2023) verificou-se que a influência de fatores externos como a pressão social, pode influenciar a percepção pública e conseqüentemente afetar as decisões dos jurados. Portanto, averiguou-se que o impacto emocional dos casos podem influenciar o julgamento, mesmo que inconscientemente, a empatia ou repulsa pelo réu, pela vítima ou pelas circunstâncias do crime podem afetar a decisão final. Conclui-se que a cobertura midiática, a pressão da opinião pública e as emoções têm um impacto significativo na imparcialidade dos jurados, comprometendo a integridade do processo, e aumentando assim o risco de decisões que não refletem adequadamente a justiça e os princípios jurídicos. Portanto é válido afirmar que existem sentenças que acabam contrariando a Carta Magna Brasileira, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS - CHAVE: Emoção, Justiça, Tribunal do Júri.

APOIO: A Universidade Estadual do Piauí, Corrente-PI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE ASSÉDIO MORAL: CONTEXTO E CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tainá Ferreira dos Anjos^{1*}, Frank Aguiar Rodrigues¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: tfdosanjos@aluno.uespi.br

Resumo: O presente estudo enfatiza como o assédio moral se caracteriza no ambiente de trabalho. Historicamente, o assédio moral surgiu juntamente com a própria prática do trabalho, ocorrendo em situações em que há uma relação de poder entre superiores e subordinados. Estudos nacionais e internacionais, como os de Hirigoyen (2005), evidenciam a necessidade urgente de discutir e enfrentar o assédio moral, especialmente para proteger a saúde mental dos trabalhadores, um aspecto fundamental da dignidade humana e dos sistemas democráticos modernos. O assédio moral é um problema social sério que precisa ser amplamente divulgado e combatido. Todo trabalhador tem o direito de atuar em um ambiente respeitoso e saudável, livre de práticas vexatórias que possam constrangê-lo e levar ao desenvolvimento de problemas psicossociais. Enquanto alguns países já dispõem de legislações específicas para lidar com o assédio moral no ambiente de trabalho, o Brasil ainda não possui uma legislação federal consolidada, embora existam propostas de lei em trâmite. Globalmente, o assédio moral compartilha características e objetivos comuns: trata-se de um conjunto de ações contínuas destinadas a humilhar a vítima, prejudicar sua autoestima e colocá-la em situações desconfortáveis, com o intuito de forçá-la a se afastar do trabalho. Isso pode resultar em graves problemas de saúde física e mental para a vítima. Juridicamente, o assédio moral é visto como um abuso emocional no trabalho, que é malicioso, não sexual e não racial. Ele se manifesta por meio de boatos, intimidações, humilhações, descrédito e isolamento, com o objetivo de afastar o trabalhador de suas funções profissionais (Schmidt, 2002). Dessa forma, este estudo busca identificar a origem e as características do assédio moral, discutir o impacto na saúde mental dos trabalhadores, além de fazer uma análise jurídica acerca desse tipo de comportamento. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica abrangente sobre o tema, por meio de artigos e sites da internet, além de uma análise jurídica das legislações internacionais e nacionais. Para caracterizar juridicamente o assédio moral, frequentemente é necessário realizar uma perícia médica. Especialistas devem examinar a relação entre o trabalho e o desenvolvimento de condições como a depressão, analisando o ambiente de trabalho, as condições e o impacto da doença. O perito coleta depoimentos e realiza uma análise detalhada das condições e da ocorrência do assédio. O que define o assédio moral é a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, que são repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho. Essas situações são mais comuns em ambientes de trabalho com hierarquias autoritárias, onde prevalecem condutas negativas e relações desumanas. A essência do assédio está na forma repetida e sistemática da agressão. Os elementos necessários para caracterizar o assédio moral incluem: a repetição das condutas; a degradação das condições de trabalho; e o impacto na dignidade, saúde física ou mental do trabalhador, ou em seu futuro profissional (Bouquillon, 2010). Assim, conclui-se que o assédio moral é um fenômeno complexo e prejudicial, que requer uma abordagem jurídica e social cuidadosa para garantir um ambiente de trabalho saudável e respeitoso para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio; trabalho; danos.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL E SEUS CONFLITOS COM OS DIREITOS HUMANOS

Victor Hugo Paraguaí de Carvalho^{1*}, Marina Souza Lustosa¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: vitorhugopdec@aluno.uespi.br

RESUMO: A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Lei de Execução Penal e a Constituição Federal de 1988 buscam garantir a ressocialização e o bem-estar dos apenados, assegurando que o cumprimento das penas privativas de liberdade ocorra em condições dignas e respeitando a cidadania no estado democrático de direito. Entretanto, o cenário atual dos presídios é inconduzente com o que deveria ser assegurado ao apenado, surgindo conflitos evidentes entre essas duas vertentes: execução penal e direitos humanos. Alguns princípios são de extrema importância para a execução penal, destacando-se o princípio da Dignidade Humana, tendo como síntese a igualdade entre os seres humanos no âmbito social, onde todos teriam os seus interesses igualmente considerados, independentemente de raça, gênero, ou outras características individuais. Partindo desse entendimento, percebemos que a execução penal enfrenta alguns problemas para que seja garantido esse direitos na prática. Um dos principais problemas prisionais no Brasil atualmente é a superlotação carcerária, o que acarreta condições de vida indignas, como celas super lotadas, falta de higiene, além de acesso limitado a cuidados de saúde. É importante destacar também que no Brasil o sistema prisional é marcado por desigualdades sociais e raciais, os números de indivíduos negros nas cadeias são exorbitantes, onde claramente comprova essa discriminação e descumpra o princípio da igualdade racial. Os negros sofrem com a segregação racial desde os anos de achismo das terras brasileiras pelos europeus, e o reflexo do racismo estrutural decorrente desde então, está presente no nosso dia-dia, seguindo a ideia de que o homem preto é suspeito padrão, sendo esse o estereótipo presente na maior parte das abordagens. Embora um dos principais objetivos da execução penal é a ressocialização e a reintegração do preso, é notório que há uma falta de programas sociais de capacitação educacional e profissional para que isso aconteça após a saída do cárcere, negligenciando também um direito fundamental reconhecido pelos direitos humanos. O objetivo desta pesquisa foi analisar a relação entre a execução penal e os direitos humanos no Brasil, com foco nos desafios enfrentados para garantir a dignidade e a ressocialização dos apenados. A investigação buscou evidenciar as desigualdades raciais e sociais presentes no sistema prisional, além de discutir a falta de políticas efetivas para a reintegração dos indivíduos após o cumprimento da pena. A metodologia bibliográfica foi adotada para a realização da pesquisa, onde foi feita análise de fontes como livros, artigos acadêmicos e teses que falam do tema. Em suma, embora a legislação reconheça a importância dos direitos fundamentais dos presos, a realidade da execução penal falha em cumprir essas normas. Isso evidencia a necessidade urgente de reformar o sistema penal, garantindo que os direitos humanos dos apenados sejam efetivamente respeitados.

PALAVRAS-CHAVE: Apenado; dignidade; direito.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

NECESSIDADE E BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PL 744/2020 ANÁLISE DO PROJETO DE LEI PL 744/2020

Yasmin de França Fernandes^{1*}, Lívia do Egypto Maciel Pacheco Cavalcanti¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: yfernandes792@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho analisa o Projeto de Lei PL 744/2020, que aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados e tem por objetivo assegurar o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo (40%) aos trabalhadores da saúde que atuaram no combate e prevenção da pandemia de Covid-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente a pandemia de Covid-19 causada pelo SARS-CoV-2 e a partir dessa data, até o final de 2021, o mundo enfrentou um crescimento explosivo de pessoas infectadas. Por esse motivo, foi urgente a criação de planos emergenciais e unidades de tratamento a doença. A exposição direta dos profissionais da saúde ao vírus foi inevitável, entretanto, após o período de isolamento social, iniciou-se o trabalho de combate e prevenção, exigindo a exposição de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias ao risco patológico. Sendo assim, a proposta aspira conceder o adicional de insalubridade previsto no Art.192 da Consolidação das Leis do Trabalho, que garante a percepção de 40%, 20% e 10% respectivamente de grau máximo, médio e mínimo, calculado de acordo o salário mínimo da região. Caso a realização do trabalho esteja submetida a situações insalubres e a existência de fatores físicos, químicos ou biológicos que ofereçam risco a saúde e sejam superiores ao limite de tolerância estabelecido na Norma Regulamentadora nº15 (NR 15), o profissional terá acesso a esse direito. Desse modo, a análise se baseia em revisão de literatura e análise jurídica do PL 744/2020 disponível no site da Câmara dos Deputados bem como através do conhecimento empírico. Os principais resultados indicam que o projeto de lei irá assegurar os direitos de médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e demais categorias expostos ao corona vírus e suas variantes. Fato esse que demonstra a preocupação em garantir a compensação financeira, refletindo o alto nível de risco e a importância do seu trabalho durante a emergência de saúde pública. Ademais, identifica-se a valorização dos profissionais que prestam serviço à população ao ser analisado nesse PL a abrangência, adicional de insalubridade e o reconhecimento dos riscos sofridos durante o pico da pandemia. Conclui-se que o projeto seja aprovado e sua aplicação prática, seja eficaz, desse modo garantindo a assistência aos direitos regimentados pelos artigos da CLT. Este estudo contribui para o debate legislativo e conhecimento da população ao demonstrar, brevemente, a importância de tal discussão. Os profissionais que bravamente lutaram em um período tão difícil para toda população mundial merecem o reconhecimento após essa grande exposição a riscos biológicos que colocaram suas vidas em riscos.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de lei; insalubridade; profissionais de saúde.

PEDAGOGIA



II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

INFÂNCIAS, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Aline Pereira dos Santos^{1*}.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: Alinepdossantos@aluno.uespi.br

RESUMO: Quando pensamos sobre a história da criança, da infância e da educação infantil é possível afirmar que houve um desenvolvimento, uma evolução quanto ao entendimento ao longo dos séculos. São conceitos que se complementam e são historicamente construídos com o passar dos anos e as percepções sobre essas fases da vida, foram progredindo. O termo infância remete a uma fase da vida humana que se estende desde o nascimento até o início da adolescência, é uma construção social. Dentro desse período, a pessoa se desenvolve de maneira física, cognitiva, emocional e social. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) define a criança como a pessoa até os 12 anos de idade incompletos. A educação infantil vem sendo debatida de forma constante nos campos educacionais. Desde a Constituição Federal de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o atendimento de crianças em espaços escolares passou a ser considerado questão de Educação e obrigação. Sendo assim, se faz necessário a criação de mecanismos institucionais que possam gerenciar políticas públicas concretas que tornem o reconhecimento dos direitos, transformando em prática, ou seja, em realidade. Dessa forma, são muitos os desafios e dificuldades de enfrentamento das situações de pobreza das crianças no Brasil, a falta de acesso ao básico que lhe é de direito, podemos citar, como exemplo a educação que é obrigatória a partir dos 04 anos de idade, as condições de infraestruturas, as práticas e a formação dos profissionais docentes. O presente estudo objetiva analisar as concepções de criança, infância e educação infantil ao longo da história e compreender o processo histórico, analisando como estão sendo implantadas as políticas públicas voltadas para a infância, identificando os desafios existentes. Posto isso, o problema de pesquisa baseou-se nas seguintes questões: como estão sendo realizadas as políticas públicas no âmbito da educação infantil no Brasil? Que ações e políticas têm sido elaboradas para melhorar a educação das crianças de baixa renda no Brasil? Esse estudo busca iniciar uma reflexão sobre como está o cenário atual quanto aos conceitos e políticas públicas aplicadas e desenvolvidas diretamente para a educação infantil. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, via revisão bibliográfica, realizada através de levantamento de artigos científicos e livros. A pesquisa se deu prioritariamente através de bibliografias e estudos relacionados à luz de alguns preceitos propostos por Maia (2012), González (2015), Alves (2011), Barbosa e Maria das Graças (2008) entre outros. Destarte, espera-se que a pesquisa revele um panorama sobre as concepções de infâncias e as histórias vividas pelas crianças, destacando os desafios, para que seus resultados possam contribuir para a criticidade e análise do sistema educacional no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; criança; infância; políticas públicas.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO INTEGRAL: RESSIGNIFICANDO O OLHAR PEDAGÓGICO DE AUSUBEL QUANTO À APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Ana Raquel da Silva Mesquita^{1,2*}.

¹Faculdade de Educação do Piauí, Piauí, Brasil. ²Secretaria de Educação, Porto Nacional, Tocantins, Brasil.

*Autor de contato: anainharaquel2020@gmail.com

RESUMO: Ausubel escreveu a teoria da aprendizagem significativa definindo-a como aquela em que os estudantes aprendem com maior rendimento quando novos conceitos são relacionados com conceitos já conhecidos. Ressaltando os aspectos que regem a Educação Infantil, habilidades, competências, direitos de aprendizagem e integralidade, a repetição se faz necessária para o desenvolvimento de conhecimentos e compreensão de significados. Logo, o estudo tem como objetivo compreender como as práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidas e apresentadas na pré-escola nos quesitos ludicidade, inovação, tecnologia e letramento na construção de aprendizagens, bem como se é possível perceber algum alinhamento às concepções de Ausubel. Os fundamentos epistemológicos acerca da temática em questão direciona para autores, como: Ausubel (1982); Freire (1979; 1989); Ferreira (1995); Silva (2007); Soares (2008). Com abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada partindo do entendimento da importância do contexto e do significado na aprendizagem, sugerindo que os professores usem estratégias que ajudem as crianças a estabelecerem conexões entre o novo e o que já experienciaram por meio de práticas pedagógicas. Para o percurso metodológico, foi selecionado um total de cinco professores para a realização de uma entrevista semi-estruturada, com abordagens referentes à formação, capacitação e entendimento sobre a relevância da aplicação prática dos pensamentos de Ausubel no planejamento diário, projetos e propostas pedagógicas. Os critérios de seleção dos professores dizem respeito a serem efetivos da rede municipal de ensino da cidade de Corrente-PI, atuarem na Educação Infantil, ter mais de cinco anos de experiência e estar disposto(a) a pesquisa. A análise das respostas foi estruturada mediante as ações metodológicas de Bardin (2016), cuja autora leva em uma visão sistemática, rigorosa dos dados de maneira interpretativa e uma compreensão mais profunda dos fenômenos estudados. A partir das falas dos profissionais da Educação Infantil foi possível perceber que a teoria de Ausubel se encontra presente nas ações docentes por meio de sequências didáticas com temáticas que proporcionam experiências contínuas, um exemplo se encontra na proposta de exploração da sequência didática *O vento*, em que atividades com guarda-chuva, pipa, bolhas de sabão, cata-vento são mediadas por brincadeiras dialogadas, assim como a retomada das revisões do já proposto com novas atividades de escrita, leitura e arte. Enfatiza-se também que a presença dessas propostas geram resultados na aprendizagem das crianças, motivação, curiosidade e interesse em aprender, descobrir, conhecer, entender as próprias limitações e expandir as ideias. Por fim, ficou evidente que os docentes conhecem e aplicam a teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel no cotidiano escolar, pois destacaram a importância das relações entre conceitos, do contexto e do significado na aprendizagem e sugerem estratégias que ajudam as crianças a estabelecerem conexões com o que já fora estudado. No entanto, alguns ressaltaram que estão procurando aprimorar-se para inovar e proporcionar práticas criativas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Aprendizagem significativa; Ausubel.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

IDENTIDADE, DIFERENÇAS E LUTAS SOCIAIS: EDUCAÇÃO INFANTIL NO/DO CAMPO NOS ENTRELACES DA SOBREVIVÊNCIA

Ana Raquel da Silva Mesquita^{1,2*}.

¹Faculdade de Educação do Piauí, Piauí, Brasil. ²Secretaria de Educação, Porto Nacional, Tocantins, Brasil.

*Autor de contato: anainharaquel2020@gmail.com

RESUMO: A educação do/no campo é um tema que abrange a formação e a prática educativa voltadas para as realidades e necessidades das populações rurais e do campo. Nesse sentido, considera-se relevante a integração de saberes locais, práticas culturais e a realidade socioeconômica desses povos para a formação de um currículo apropriado e socialmente referenciado. Nesse sentido, o presente estudo retrata um mapeamento dos textos referentes à Educação Infantil do/no Campo, localizados na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO). Objetivou evidenciar os debates produzidos pelos pesquisadores, no período de 2020 a 2024, bem como os contextos sobre a temática vigente destacando as lutas sociais para aquisição do direito à educação escolar por parte das crianças residentes nessas localidades. O interesse pelo tema surgiu ao se constatar que pouco se fala dessa modalidade de ensino, assim como os interesses políticos em contribuir para o acesso e permanência desses povos/comunidades na escola, começando pela Educação Infantil. O referencial teórico está fundamentado em ideias de Bobbio (2004), Caldart (2009), Conde e Côco (2019) e ainda Santos (2018). Este estudo conta com a metodologia de levantamento bibliográfico e é de abordagem qualitativa, sendo que foi construído a partir dos seguintes descritores: “Educação Infantil”, “Educação do Campo” e a combinação “Educação Infantil AND Educação do Campo”. A análise foi realizada com base nos princípios metodológicos de Bardin (2016), seguindo as etapas de estudo: pré-análise, composição da materialidade e exploração do material ou interpretação dos dados que aqui se constituem em artigos científicos. Ademais, a análise conta com as perspectivas de Vosgerau e Romanowski (2014), ao destacarem que se faz necessário realizar sempre uma análise prévia do material, uma exploração mais profunda do tratamento dos resultados, seguidas de inferência e interpretação, para compreender a organização dos conhecimentos de maneira sistematizada. Por fim, os resultados mostram que tendem a ser poucos os avanços nas pesquisas sobre a Educação Infantil do/no Campo, pois a maioria das investigações se baseia na Educação do Campo e nas abordagens relacionadas aos movimentos sociais, o que reforça a necessidade de estudos que possam entender e retratar a real vivência das crianças moradoras do meio rural. Destaca-se ainda que possivelmente a única pesquisa nacional sobre a Educação Infantil do Campo e a caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural no Brasil foi finalizada em 2012, a qual foi produzida devido um convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS. Por outro lado, vem ocorrendo avanços nos debates sobre a necessidade de abertura e o excesso de fechamento de escolas e das consequências dessa ação, pois ainda há a esperança de termos políticas públicas que contemplem as especificidades do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; educação do/no campo; acesso e permanência.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E APRENDIZADOS NA REGÊNCIA EM SALA DE AULA

Bianca Pereira Nunes Rios^{1*}, Grazielly Nunes Lemos¹, João Victor Souza Mendes¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: biariosn409@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do Estágio Supervisionado Obrigatório para a formação docente, discutir como a teoria se relaciona com a prática, bem como, expor os aprendizados e desafios vividos ao longo da regência. A iniciativa deste artigo se deu a partir do desejo de compartilhar as vivências dos autores, enquanto estagiários na educação infantil, da rede municipal de educação, no município de Corrente-PI. Cumprir a carga horária do componente curricular “Estágio Supervisionado Obrigatório” é imprescindível ao graduando do curso de Pedagogia, porque possibilita desenvolver e/ou aprimorar aptidões necessárias ao exercício docente, portanto, é necessário aportes teóricos bem construídos, visto que, a teoria ocupa majoritariamente a grade curricular do curso, com a finalidade de fundamentar as ações que, posteriormente, serão aplicadas na regência. Apesar de teoria e prática não poderem ser dissociadas, deve-se levar em conta as particularidades de ambas no processo de formação docente. Nesse sentido, dentro da experiência do estágio surgiram alguns desafios, mesmo com todo o suporte teórico adquirido na academia, dentre eles podemos citar: gerir conflitos entre os alunos, ter o domínio da turma, manter a concentração das crianças nos conteúdos aplicados/lecionados e, principalmente, a falta de preparo ao lidar com alunos que possuem algum tipo de transtorno global do desenvolvimento. Em relação aos aprendizados, destacam-se os seguintes: valorizar as individualidades de cada um, perceber o papel fundamental que o afeto desempenha nas relações entre professores e alunos, por fim, como utilizar a criatividade e o lúdico a favor do processo de ensino-aprendizagem. O trabalho está fundamentado nos relatos de experiências compartilhados entre os autores, obtidos durante os meses de estágio. Diante do exposto, conclui-se que o estágio é etapa fundamental e um divisor de água, no sentido de capacitar o estudante de Pedagogia para a atuação docente e construção da sua identidade como profissional de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio; Teoria e Prática; Desafios; Aprendizados.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PEDAGOGIA DA PERGUNTA E VIRTUDES INTELLECTUAIS: FERRAMENTAS PARA ENFRENTAR DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Camyla Jucyle Tavares dos Santos^{1*}, Helena Maria Ribeiro Santis¹, Acsa Nayara Silva Santos¹,
Lucas Jairo Cervantes Bispo¹.

¹Instituto Federal do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: camylatavaresdossantos@gmail.com

RESUMO: Embora a educação seja um processo universal e a escolarização tenha o objetivo de acompanhá-la, há uma grande variedade de concepções e práticas, muitas vezes até contraditórias, que a concretizam e levantam questões sobre quais seriam as melhores abordagens educacionais. Ademais, como destaca Baehr (2017), enquanto é inegável a importância de transmitir e desenvolver, na escola, conhecimentos disciplinares e habilidades fundamentais como ler, escrever e contar, muitos especialistas também argumentam que esses aspectos não esgotam os objetivos da educação e que é necessário ir além deles. Essa demanda por outras perspectivas e práticas educacionais é reforçada na medida em que vivemos em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, onde é crucial desenvolver habilidades e competências para entender situações e informações, lidar com desafios e tomar decisões racionais. No entanto, a educação pública no Brasil, como mostram autores como Freire & Faundez (2017), ainda está restringida principalmente à transmissão, memorização e repetição de conteúdos. Esse enfoque limita o desenvolvimento de aspectos essenciais para a vida no geral e, em específico, para a era digital. Assim, está em desacordo com os objetivos constitucionais da educação e cria obstáculos para o enfrentamento de problemas contemporâneos potencializados pela internet e suas ferramentas, como a desinformação e o negacionismo científico. Dessa forma, com o intuito de abordar tais desafios, o presente trabalho discute, através de técnicas de exegese e de argumentação que caracterizam a área da epistemologia da educação e da pedagogia, o conceito de uma educação para o questionamento como ferramenta fundamental para o desenvolvimento de virtudes intelectuais. Em específico, duas teses serão debatidas a partir de Watson (2016): (I) o exercício do bom questionamento estimula a investigação intelectualmente virtuosa e (II) contribui para o desenvolvimento de virtudes intelectuais como um todo. Afinal, como salienta Baehr (2017), espera-se que uma boa educação colabore para que os (as) estudantes saibam questionar, considerar pontos de vista alternativos, reparar em detalhes relevantes, ter atitude intelectual, persistir diante de desafios intelectuais, etc., que são resultados que, respectivamente, virtudes intelectuais desenvolvidas através da pedagogia da pergunta, como a curiosidade, a mente aberta, a atenção, a coragem e a tenacidade intelectuais, podem colaborar. Com isso, a finalidade do trabalho é contribuir com bases para uma prática educativa que valorize teorias filosóficas e pedagógicas que compreendam a importância do exercício do questionamento e do cultivo de virtudes intelectuais como elementos estruturantes para caminhos e experiências intelectualmente significativas e para o enfrentamento de desafios contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia da Pergunta; virtudes intelectuais; desafios contemporâneos.

APOIO: Grupo de estudos, pesquisa e extensão em epistemologia e educação (Coordenação Prof. Lucas Bispo). Instituto Federal do Piauí - Campus Corrente.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

QUEBRANDO O SILÊNCIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cledson Carvalho de Souza^{1,2*}; Keity Farias Abi-Ackel¹

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Instituto Batista Correntino, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: cledsoncarvalho197@gmail.com

RESUMO: Relato de Experiência (RE) de um professor atuando como Acompanhante Pedagógico (AP) junto a um aluno autista, nível 3 de suporte, não-verbal, objetivando compartilhar o aprendizado prático sobre manejo de crises, execução de rotinas estruturadas e refletir sobre sua atuação na evolução do aluno. Utilizamos a metodologia de RE, expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas. Esse registro por meio da escrita é uma relevante possibilidade para que a sociedade acesse e compreenda questões acerca de vários assuntos, conforme Córdula e Nascimento (2018). Acreditamos que ainda há muito a ser construído no que tange à adaptação pedagógica e acessibilidade atitudinal, já que esse alunado é recente no ensino regular. Concluímos que a adaptação das práticas pedagógicas, o uso de materiais específicos e a contribuição contínua entre equipe educacional e família são cruciais para a eficácia do processo educativo. Além disso, é perceptível que a rotina estruturada, com atividades previamente planejadas e organizadas, de forma clara e objetiva, é imprescindível. Assim sendo, a ansiedade e a promoção de um ambiente mais seguro e previsível para o estudante podem ser mitigadas. Observações como essas, refletem positivamente em seu comportamento e engajamento. Outro ponto relevante, foi o estabelecimento de uma parceria sólida entre a equipe escolar e a família, o que possibilita a criação de estratégias alinhadas tanto no ambiente escolar quanto no familiar. Essa junção de cooperação mútua, favorece a aprendizagem continuada, sem deixar de dar ênfase ao reforço dos comportamentos positivos em diferentes contextos. Ademais, em relação ao manejo de crises, foi possível identificar padrões de comportamento que antecedem momentos de maior estresse, permitindo intervir de forma mais assertiva, evitando assim, atitudes que fossem estímulos ao estresse. Concluímos que a adaptação das práticas pedagógicas, o uso de materiais específicos e a contribuição contínua entre equipe educacional e família são cruciais para a eficácia do processo educativo.

PALAVRAS-CHAVE: Acompanhante Pedagógico; Autismo; Relato de Experiência.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

FEIRA DE ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO: CONHECENDO ESPECIFICIDADES DE PAÍSES QUE FALAM A LÍNGUA PORTUGUESA

Genívia Silva de Castro¹, Raimunda Maria da Cunha Ribeiro^{1*}.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: raimundamaria@cte.uespi.br

RESUMO: A Antropologia é uma ciência social que estuda o homem, sua identidade, sua cultura e suas diversidades. Consideramos que é através da pesquisa antropológica que nos apropriamos sobre *modus vivendi* de diferentes grupos sociais, incluindo aspectos como valores, crenças, tradições, escolhas e costumes. A Antropologia da Educação, por sua vez, segue os atributos conceituais da ciência social, tendo em vista o estudo das relações entre a cultura, a sociedade e os sistemas educativos. O homem como sujeito histórico e social é a centralidade da Antropologia e, trazendo para o campo da educação, destacamos a investigação de variadas práticas educativas e como se manifestam em diferentes contextos sociais e culturais, de modo a compreender como a diversidade influencia o processo de aprendizagem e a apropriação da cultura e do conhecimento. O objetivo deste texto é apresentar um relato de experiência, a partir da pesquisa científica, acerca das diversidades culturais e educacionais em países que falam Língua Portuguesa. Especificamente, destacamos o país São Tomé e Príncipe, oficialmente República Democrática de São Tomé e Príncipe, localizado no Golfo da Guiné na costa equatorial ocidental da África Equatorial. A metodologia da pesquisa foi a qualitativa, tendo como base a pesquisa bibliográfica. Elegemos como aspectos fundamentais sobre o país: o sistema educativo, a cultura, a culinária, aspectos geográficos e históricos. São Tomé e Príncipe tem como língua oficial o português, sendo a principal razão, ter sido colonizado por Portugal. O sistema educativo é regido pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), n. 2 do Diário da República, de 07 de junho de 2023: educação pré-escolar, educação escolar e educação extraescolar. A cultura é um reflexo das influências de suas raízes africanas e coloniais. O país está inserido no espaço lusófono, resultando em uma mistura da cultura colonial portuguesa com as tradições africanas. A pesquisa culminou na experiência da Feira de Antropologia da Educação, que foi realizada por alunos do curso de Pedagogia do Campus Jesualdo Cavalcanti no dia 02 de julho de 2024, em suas próprias dependências, com visitas de alunos, professores, funcionários e visitantes. Reconhecemos que se tratou de uma atividade pedagógica que nos possibilitou melhor compreensão sobre a ciência Antropologia e as especificidades da Antropologia da Educação. E mais especificamente, a Feira nos possibilitou conhecer as diversidades da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia; educação; diversidades.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS INFANTIS NA PROMOÇÃO DA IMAGINAÇÃO E NO APRENDIZADO

Gilvânia Filgueiras^{1,2*}, Virgínia Nataniel de Santana Pereira Bandeira¹; Vanuzia Nunes de Carvalho¹

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Rede Municipal, Palmas, Tocantins, Brasil

*Autor do contato: gilvaniafilgueiras@gmail.com

RESUMO: A contação de história está presente nas escolas há bastante tempo, pode-se dizer que é uma arte milenar e é culturalmente utilizada. O ato de contar história parte do princípio da necessidade de comunicação, da vontade de estar junto a outras pessoas e partilhar o sentimento que se move do coração e sai pelo olhar, da história oralizada pela palavra. Contar história hoje denota salvar o mundo imaginário (SISTO, 2001). A contação de história é vista como uma ferramenta para acordar o senso crítico, as emoções e reflexões, não só das crianças, mas do ser humano. Partindo da certeza que a contação de histórias é empregada para se promover estímulos à leitura e a escrita, pode-se dizer que sonhar, imaginar, criar e sentir faz parte desse processo. Entende-se que a contação de histórias nas crianças auxilia no desenvolvimento da mente, e na construção dos significados das palavras que foram ouvidas, de forma que incorporadas ao contexto da história, possam, além de enriquecer o seu vocabulário, auxiliar no desenvolvimento da leitura e da escrita. Desse modo, as contribuições são inúmeras e permeiam desde a absorção do significados, na formação das crianças e do senso crítico que é explorado através da contação e das trocas de experiências e entendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Contação; crianças; história.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PHILIPPE PERRENOUD E A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Girlani Alves dos Reis^{1*}, Keity Farias Abi-Ackel¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Contato: girlanialvesdosreis@aluno.uespi.br

RESUMO: Esse é um resumo do livro intitulado “A Prática Reflexiva no Ofício do Professor: Profissionalização e Razão Pedagógica”, de autoria de Philippe Perrenoud. O autor aborda a importância da reflexão na prática docente, fundamentando-se nas ideias de Donald Schön sobre “reflexão na ação” e “reflexão sobre a ação”. A reflexão na ação refere-se ao processo de tomada de decisões rápidas e informadas durante a prática de ensino, enquanto a reflexão sobre a ação envolve uma análise crítica posterior das experiências vividas em sala de aula. Perrenoud argumenta que ser um professor reflexivo é, muitas vezes, remar contra a maré. Exige coragem, persistência e um compromisso profundo com a melhoria da prática educativa. Perrenoud defende que a prática reflexiva é fundamental para a educação inclusiva. Ele argumenta que a inclusão não deve ser apenas um cumprimento de normas legais, mas uma prática consciente e constante, que exige do professor o reconhecimento da diversidade dos estudantes, tanto em termos de capacidades quanto de contexto social e cultural. O autor também conecta a prática reflexiva à educação inclusiva, argumentando que a reflexão constante sobre a prática pedagógica é essencial para promover uma educação que realmente atenda às necessidades de todos os alunos. A inclusão não é apenas uma questão de acesso, mas de transformar as práticas pedagógicas para que todos possam aprender e se desenvolver plenamente. Entretanto, Perrenoud reconhece que implementar a prática reflexiva não é uma tarefa simples, especialmente em contextos escolares que não valorizam a reflexão crítica. Ele discute como fatores como a falta de tempo, a cultura institucional e recursos limitados podem ser barreiras significativas à adoção de práticas reflexivas. Para Perrenoud, a superação dessas dificuldades é crucial para que os professores possam transformar sua prática e o ambiente escolar. Além disso, o autor acredita na importância da formação contínua e do desenvolvimento profissional dos educadores como meios para fomentar uma prática reflexiva eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial inclusiva, prática reflexiva, desenvolvimento da aprendizagem.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Graziely Ribeiro da Silva Batista^{1*}, Mauro Silva de Oliveira¹, Silvia Cunha Nogueira¹, Samara Kássya de Oliveira Almeida¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: grazyribeirobatista21@hotmail.com

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo discutir a importância da afetividade na educação infantil e suas possíveis implicações para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Essa faixa etária de zero aos seis anos de idade é conhecida como uma fase fundamental para o desenvolvimento infantil. A pesquisa, de modo geral, proporciona a reflexão sobre a afetividade como aspecto fundamental para a consolidação dos processos de ensinar e aprender. O aporte científico retrata a real relevância da afetividade na prática didática, a atuação do professor como reflexo contributivo na construção da identidade da criança como a figura de referência aos princípios que irá formá-la para a sociedade. A afetividade é a categoria base desse estudo, considerando as reflexões de alguns estudiosos como Jean Piaget, Wallon, John Bowlby, Lev Vygotsky, dentre outros. As trocas de afeto na primeira infância, seja com familiares, colegas e com o norteador – mediador/ professor (a) – são as primeiras relações de afeto de uma criança. Pode-se observar que a forma como o professor conduz sua aula influencia no aprendizado do aluno, contudo, através do estímulo e do afeto que a criança desenvolve o real desejo em aprender. Então, a maneira como são construídas, elaboradas e cultivadas ensinam a interagir, se comunicar desenvolvendo-se assim: a criança moral e socialmente. São aprendizados emocionais e sociais que reportam e serão levados para toda a vida. As crianças que são ensinadas dessa forma, estimuladas através do afeto, aprendem com qualidade, não só com relação ao desenvolvimento afetivo, mas também cognitivo. O presente estudo se fundamenta na perspectiva da pesquisa bibliográfica é de caráter descritivo e de cunho qualitativo, o qual adotou a metodologia de consultar diferentes fontes de suporte textual, ou seja, livros, periódicos científicos, legislações disponíveis em meio impresso, e, em formato digital nas bases de dados acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; afetividade; aprendizagem.

APOIO: Universidade Estadual do Piauí *campus* Deputado Jesualdo Cavalcante, situado na cidade de Corrente, no Piauí. Editora BAGAI. Instituto Selma Figueirêdo Oliveira.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DA ANPED (2017-2021)

Iasmim Ferreira de Lima^{1*}, Aline Bettiolo dos Santos², Raimunda Maria da Cunha Ribeiro¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Instituto Federal Catarinense, Videira, Santa Catarina, Brasil.

*Autor de contato: iasmimlima2505@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo abordar o lúdico e sua relação com a educação infantil, consoante a uma perspectiva que considera o lúdico como uma prática educativa, que colabora para o desenvolvimento da criança nessa primeira etapa da educação básica. Questões sobre a importância e contribuição do lúdico para o aprendizado das crianças na educação infantil, bem como alternativas que o professor utiliza envolvendo o lúdico para organizar sua prática pedagógica, de modo a realizar atividades que promovam divertimento e interação, sem perder de vista a intencionalidade, são algumas indagações que ajudam a estruturar este trabalho. A abordagem metodológica qualitativa é a que orienta a presente pesquisa. Sendo de natureza bibliográfica e com cunho descritivo, o estudo conta com um levantamento de produções científicas a partir do repositório da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Os Grupos de Trabalho (GT) priorizados neste estudo são o GT 4 e o 7, que respectivamente investigam sobre didática e sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos. O recorte adotado foi o dos últimos seis anos, tendo em vista as edições de 2017 e de 2021 da Reunião Nacional da ANPEd. A seleção dos artigos foi baseada na correspondência entre título, resumo e palavras-chave, para garantir que estivessem alinhados com a relação entre o lúdico e a formação docente. No que se refere às produções selecionadas e oriundas do GT sobre didática, assinalamos que o docente em sua prática precisa ter conhecimentos técnicos, científicos e filosóficos para estar apto a exercer a sua profissão, frisando a importância da formação inicial e continuada de professores, em que o lúdico não deixa de implicar um estudo constante e o horizonte em que teoria e prática estão articuladas. O exame dos artigos oriundos do GT sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos permite destacar como no brincar a criança desenvolve relações sociais com os outros ao seu redor, pois mediante sua realidade, ela vai trocando vivências do seu cotidiano. Contudo, as brincadeiras e os modos de vida de muitas crianças têm sido empobrecidos de experiências. Em síntese, lúdico envolve as experiências, jogos, brincadeiras e atividades criativas que propiciam as interações e que são importantes na aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Com base no exame da empiria, isto é, os artigos selecionados a partir de levantamento bibliográfico, é possível concluir que o lúdico se trata de uma prática educativa articulada aos entendimentos sobre didática e sobre educação de crianças de 0 a 6 anos, o que leva ao reforço teórico e prático da formação docente. Nesse sentido, reafirmamos o lúdico como uma prática educativa que pode ser trabalhada de diversas formas pelo professor.

PALAVRAS-CHAVE: Lúdico; educação infantil; formação docente.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PRÁTICAS ESCOLARES ANTIRRACISTAS E O ENSINO DE HISTÓRIA: A APLICABILIDADE DA LEI Nº 10.639/2003 EM ESCOLAS DE CORRENTE-PI

Isabel Cristina Gomes Silva^{1,2*}; José Francisco dos Santos³.

¹Secretaria da Educação do Estado do Piauí, Piauí, Brasil. ²Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Bahia, Brasil.

³Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, Paraná, Brasil.

*Autora de contato: isabelcgs1@hotmail.com

RESUMO: Lutar pela própria existência e lugar na história é um ato constante na vida da população negra brasileira. O nosso lugar de fala nunca foi uma situação social espontaneamente vivida ou socialmente respeitada (Ribeiro, 2017). De diferentes formas, coletiva ou individualmente, a luta do povo negro pelo próprio direito de existir e pela respectiva humanidade sempre se fez e se faz presente. A promulgação da Lei nº 10.639/2003 trouxe força à quebra desse silêncio, ao abrir, no cenário da educação escolar, a discussão sobre história e cultura afro-brasileira e africana, crenças, ancestralidade, diferença e racismo, a partir de uma política pública instituída e obrigatória. Para tanto, o trabalho pedagógico da escola precisa se comprometer, a fim de mostrar que o racismo estrutural nos legou uma profunda desigualdade, o que exige muita luta social e política para ser, ao menos, reduzida. Esse trabalho é um processo formativo permanente que se faz, também, pela convivência entre todas as pessoas da escola e na sua relação com a sociedade. A presente dissertação teve como objeto de estudo, as propostas de práticas escolares antirracistas no componente de História no contexto da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003. Assim, propôs-se identificar a presença de práticas escolares antirracistas no ensino da História com a intencionalidade de aplicação da Lei nº 10.639/2003 em duas escolas públicas de Corrente-PI. Isso, pois, no espaço escolar, o preconceito e o racismo são percebidos e sentidos, mesmo após vinte e um anos da promulgação de uma lei que obriga o trabalho escolar com os conteúdos que reconheçam e valorizem a cultura e a história dos povos afro-brasileiro e africano. Sendo assim, considera-se relevante a relação entre o conteúdo da Lei e as práticas escolares propostas no ensino de História como uma possibilidade de se fazerem efetivas as práticas escolares antirracistas. Para cumprir o objetivo proposto, historiciza-se a implementação da Lei nº 10.639/2003 e as respectivas implicações político-sociais para o trabalho formativo na educação escolar, relacionando os avanços das práticas escolares antirracistas aos possíveis impeditivos ou limitadores de tais práticas. Além disso, são estabelecidos paralelos entre as interpretações da Lei nº 10.639/2003, com foco na promoção de uma educação antirracista atribuída ao ensino de História, e as orientações anunciadas nos documentos normativos gerais e nos documentos das redes de ensino pesquisadas. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, de estudo de caso único, tendo, como recurso para a construção dos dados, a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Mediante os referenciais, as teorias pesquisadas e os critérios da análise documental acerca dos documentos curriculares (BNCC, PPP da escola estadual e PDI do Instituto Federal do Piauí), concluiu-se que a presença de propostas de práticas escolares antirracistas no ensino da História com a intencionalidade de aplicação da Lei nº 10.639/2003 ainda ocorrem de forma sutil nas realidades documentais investigadas. Espera-se que as discussões tecidas possam possibilitar novas indagações, tais como o olhar particular dos docentes para a prática de uma educação étnico-racial e antirracista, a ação dos órgãos gestores da educação para a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 nas suas respectivas instituições e as formações inicial e continuada dos docentes, visando uma educação étnico-racial, antirracista e decolonial.

PALAVRAS-CHAVE: Antirracismo; Lei nº 10.639/2003; Ensino de História; Documentos curriculares.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

OS PERCURSOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003: UMA HISTÓRIA QUE NÃO CABE EM VINTE E UM ANOS

Isabel Cristina Gomes Silva^{1,2*}; Nilzene Nataniel de Santana Nascimento³

¹Secretaria de Educação do Estado do Piauí, Piauí, Brasil. ²Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Bahia, Brasil.

³Universidade Estadual do Piauí, Uruçuí, Piauí, Brasil.

*Autora de contato: isabelcgs1@hotmail.com

RESUMO: A promulgação da Lei nº 10.639/2003 trouxe força à discussão sobre história e cultura africana, crenças, ancestralidade, diferença e racismo a partir de uma política pública instituída e obrigatória. Mas, embora passados mais de vinte anos da promulgação da Lei nº 10.639/2003, o racismo continua arraigado e pujante nas estruturas de nosso país, exigindo uma atitude política e ética no trabalho da escola, a fim de que realmente seja assumido o compromisso de instaurar, na convivência, uma educação escolar antirracista. O trabalho pedagógico da escola precisa se comprometer, a fim de mostrar que o racismo estrutural nos legou uma profunda desigualdade, o que exige muita luta social e política para ser, ao menos, reduzida. Esse trabalho é um processo formativo permanente que se faz, também, pela convivência entre todas as pessoas da escola na sua relação com a sociedade. Assim, o estudo objetivou relacionar os avanços das práticas escolares antirracistas e os possíveis impeditivos ou limitadores de tais práticas. No que tange à abordagem, esta investigação segue os princípios da pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2009). Usando como levantamento de dados, a pesquisa bibliográfica, trazendo subsídios para melhor compreensão do nosso objeto de estudo. E, apresentamos um Estado do Conhecimento (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021), que consiste na revisão do levantamento bibliográfico do conhecimento já produzido a respeito da temática trabalhada. Desse modo, os trabalhos elencados para compor o nosso Estado do Conhecimento são representações de relevância da temática na literatura científica recente. No Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos repositórios dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), usando os descritores “Lei nº 10.639/2003” AND “Ensino de História”, selecionamos as produções de Programas de Pós-Graduação em Educação, Ensino, Ensino de História e Ciências Sociais, considerando as áreas de concentração “educação”, “ensino” e “ensino de História”, com temporalidade dos anos mais recentes, ou seja, 2018 a 2023. O nosso levantamento constatou que, apesar da conquista expressa nos marcos legais, a escola que a população negra conhece ainda é uma escola que tem negado a existência desse povo. Construir no coletivo um ambiente que pratica a educação voltada à EREER e de cunho antirracista integra a relação entre políticas e práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Lei nº 10.639/2003; Práticas escolares antirracistas; Ensino de História.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA PARA A QUALIDADE DO ENSINO

Karoline Barbosa de Sousa^{1*}, Raimunda Maria da Cunha Ribeiro²

¹Faculdade Iguaçú, Capanema, Paraná, Brasil. ²Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: karol91sousabarbosa@gmail.com

RESUMO: A gestão democrática tem ganhado reforço no debate no campo da educação, principalmente, no pós Constituição Federal (1988), LDB (1996) e PNE (2001; 2014.). Desde o governo José Sarney, a política educacional foi pautada na participação da sociedade, incluindo professores e a família. A pesquisa trouxe consigo o objetivo de compreender de que modo a gestão escolar democrática pode contribuir, mediante ações administrativas e pedagógicas, para a qualidade do ensino. A pesquisa adotou métodos de abordagem qualitativa e bibliográfica, tendo coletado dados através de entrevista estruturada respondida por diretores e professores de escolas da rede municipal de ensino do Município de Corrente, e os dados discutidos levando em consideração os apontamentos de Ribeiro (2008); Barroso (2003); Gadotti (2008); Alves (2005). O fundamento teórico acerca da gestão escolar democrática e a qualidade do ensino estão ancorados em autores, como Dourado (2007); Ferreira (2003); Libâneo (2004, 2007, 2003); Lück (2006, 2010); Macedo (1994); Soares (2009), Veiga (2001) dentre outros. A pesquisa revelou que algumas escolas necessitam de mudanças, principalmente, quando se refere à qualidade da participação e atuação do Conselho Escolar, bem como sobre o papel do gestor na organização da escola, e o distanciamento da família. A constituição consolidou uma espécie de pacto por uma educação participativa, democrática, onde variados personagens atuam na formação da política educacional. A vista disso a busca pela democracia é a principal forma que a gestão de uma escola deve procurar para oferecer aos alunos qualidade no ensino e que a criação de instâncias colegiadas é uma maneira de melhorar a participação na gestão escolar democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão escolar, qualidade do ensino, participação.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

OS OLHOS D'ÁGUA QUE NARRAM AS ESCRIVÊNCIAS ANCESTRAIS

Keli da Rocha França^{1*}, Isabel Cristina Gomes Silva^{2,3}, Maria Andreia Nunes⁴.

¹Faculdade de Educação do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Educação Básica Estadual, Corrente, Piauí. ³CETEP Almir Teixeira, Formosa do Rio Preto, Bahia, Brasil. ⁴Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: pedagogakelifranca@gmail.com

RESUMO: O livro de contos Olhos D'água publicado em 2014, escrito por Conceição Evaristo traz em sua narrativa as vivências e a importância da arte nas representatividades da vida de pessoas negras de origem pobre e periférica, analisando também a singularidade construída pela dialética, que liga a autora e suas personagens às tendências histórico-sociais de seu contexto. A obra “Olhos d'água”, contém 15 contos sobre mulheres, homens, filhas, filhos, netas e netos vindos da mesma comunidade de Belo Horizonte que traz em seu cerne os atravessamentos e opressões da negritude. A pesquisa é de caráter bibliográfico e qualitativo, através da análise dos contos: “Olhos d'água”; “Duzu-Querença”; “Maria”; “O cooper de Cida”; “Lumbiá”, e por meio das histórias das personagens, foi possível comparar alguns aspectos da singularidade da autora, a partir de sua autobiografia e entrevistas, além dos conceitos de vivência, personalidade, singularidade e o termo “escrevivências”, expressão vocabular que traz à tona as noções de escrever, viver e ser- mulher-negra, cunhado pela autora. Fica claro que essa escrita é abordada por um lugar de mulher negra, uma vez que tanto a condição de gênero quanto a de raça potencializam a escrita dessa intelectual, por se tratar de um lócus e de uma autoria que carrega tanto as marcas da subjetividade desses lugares de fala, como a particularidade que permeiam tais condições. Com isso, foi concluído que há muito da vida e das vivências da autora em seus escritos e personagens, e esta conclusão se tornou mais evidente a partir do estudo do termo “escrevivências”, que demonstrou que ela não só não se desvencilha de sua vida pessoal, sendo uma mulher brasileira, mãe, negra, professora, viúva e oriunda das classes populares, como também perpassa suas vivências e características para sua obra de arte e construção das personagens sendo (re)conto da dor da pobreza, o lirismo transgeracional de mulheres negras, memórias afetivas de infância, e o mistério da cor dos olhos da mãe da protagonista, que precisa se (re)significar por meio do retorno às suas origens, a fim de enxergar a si mesma, a sua história, a história de sua filha e assim resgatar sua identidade, resgatando suas raízes ancestrais.

PALAVRAS-CHAVE: Olhos d'água; escrevivências; ancestralidade.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

DESCOLONIZANDO O COLONIZADO PELAS LENTES DO RACISMO NA LITERATURA INFANTIL: RETRATOS DA PRÉ-ESCOLA NAS RODAS DE LEITURA

Keli da Rocha França^{1*}, Ana Raquel da Silva Mesquita¹.

¹Faculdade de Educação do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: pedagogakelifranca@gmail.com

RESUMO: O racismo, enquanto problema estrutural e estruturante de nossa sociedade, na literatura infantil é uma questão importante e complexa a ser refletida e dialogada. Ao longo da história, muitos livros destinados às crianças refletiram, e em muitos momentos perpetuam, estereótipos raciais e preconceitos, tal complexidade afeta-nos cotidianamente de formas muito profundas e nem sempre visíveis como deveriam ser. A modernidade, como principal fator de mudanças históricas-espaciais, é frequentemente associada a suas conquistas de independência político-econômica e expansão tecnológica, mas dificilmente é associada a atos nefastos que são condições *sine qua non* para o surgimento ou engendramento do capitalismo, da colonização e, portanto, do racismo estrutural, logo, a escola é afetada por essas ações modernas. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar os modos a partir dos quais as práticas pedagógicas vêm descolonizando percepções racistas através da literatura infantil na pré-escola. Por se tratar de objetivo único a metodologia se classifica nos procedimentos da abordagem qualitativa e a pesquisa segue os aspectos metodológicos da escuta de narrativas. A escolha da pré-escola se justifica por ser uma fase crucial do desenvolvimento infantil, situada entre a educação infantil e o ensino fundamental, onde as crianças manifestam aquisição mais elaborada da escrita e leitura. Essa etapa desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, emocional, cognitivo e físico das crianças, ressaltando a preparação para os anos iniciais do ensino fundamental. Para realização da escuta das narrativas docentes, optou-se pela seleção de cinco professores atuantes na Educação Infantil, pré-escola, de escolas diferentes que manifestam mais de cinco anos de experiência, efetivos do município campo de pesquisa e dispostos a pesquisa. A escuta se baseou em uma única pergunta direcionada: quais práticas literárias estão sendo desempenhadas por meio do seu planejamento pedagógico que vem descolonizando visões racistas na pré-escola? Ambos os relatos/narrativas das experiências foram analisados diante da perspectiva de Bardin (2016), onde as orientações seguem uma pré-análise, entendimento da composição da materialidade, aqui sendo as falas dialogadas e, por fim, a exploração do material ou interpretação dos dados. Diante do escutado, mostra-se diversas práticas estão sendo realizadas com discursos que desconstróem ações preconceituosas e racistas, muitas mediadas por programas e direcionamentos da secretaria de educação. Atividades com livros paradidáticos (); projetos de leitura, como o “*Quem ler passa a saber*”; auxílio frequente de programas que favorecem formação docente e distribuição de livros para o trabalho diário, como o PPAIC, LEEI, PNLD, etc.; rodas de conversa sobre estereótipos por meio de obras apresentadas; bem como outras ações que envolve a cinematografia, vídeos, teatros e culturas diferenciadas por meios midiáticos e letrados quanto a valorização dos diferentes povos.

Palavras-chave: Racismo; literatura infantil; educação infantil.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

DESENVOLVIMENTO INFANTIL: ESPAÇOS E EXPERIÊNCIAS

Kevin de Souza Campos^{1*}, João Victor Souza Mendes¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: kevincampos763@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir e apresentar a importância dos espaços e experiências no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, aos educadores da Educação Infantil, e contribuir com o debate acerca da temática. A ideia da escrita origina-se das vivências de um dos autores deste texto, colaborador no Corrente Educa, um espaço de convivência lúdico educativo, com apoio pedagógico e estímulos cognitivos voltados para a primeira infância, adotando uma metodologia pedagógica fundamentada em uma abordagem com traços de princípios educacionais renomados como Montessori e Reggio Emilia, por este motivo, utilizam os espaços estéticos. Estes, por sua vez, incorporam ao ambiente diversos elementos estimulantes da aprendizagem, itens da natureza e do cotidiano, brinquedos construídos, livros, dentre outros, com a finalidade de transmitir, ao aluno, familiaridade, pertencimento e condições para interagir com tais elementos, organizando e reorganizando-os, ao passo que desenvolvem habilidades. Segundo Loris Malaguzzi (1999 apud Godoi 2019), o espaço age como um terceiro educador, pois, dentro ou fora da sala de aula, a criança está em contato com diversas possibilidades de aprendizagem. Dentro dos espaços é trabalhado o brincar, a imaginação, criatividade, o olhar, o sentir, movimentos, exploração do ambiente, educação ambiental, interação, construção, reconstrução, valores, concepção etc. Para a fundamentação deste trabalho, foi utilizada a revisão bibliográfica, levando em conta os conceitos de pesquisadores relevantes na área, através da leitura de artigos e textos. Logo, é possível afirmar que o espaço precisa ser um lugar acolhedor, prazeroso e de oportunidades, propiciando a interação e troca de conhecimentos entre os pares. Sendo assim, este não pode ser entendido somente como um auxiliar na hora das brincadeiras, mas deve ser utilizado de maneira intencional, de modo a garantir o desenvolvimento pleno e integral da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Criança; Espaços estéticos; Estímulos.

APOIO: Agradecemos a Laís Louzeiro da Cunha, idealizadora do Corrente Educa, pela valiosa contribuição na construção deste trabalho.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

JOGOS E BRINCADEIRAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS

Larissa Barbosa da Rocha^{1*}, Nilzene Nataniel de Santana Nascimento¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: larissarochoa@aluno.uespi.br

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo analisar a importância dos jogos e brincadeiras como ferramentas pedagógicas utilizadas no processo de ensino aprendizagem nos anos iniciais. Visto que, atualmente, a utilização desses recursos possibilita a aprendizagem significativa, e que desenvolve inúmeros aspectos do conhecimento. A metodologia utilizada para embasar teoricamente as questões presentes no artigo, foi uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico. Conforme Moraes (2002), a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa das informações, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão. Na perspectiva da pesquisa bibliográfica, este estudo foi elaborado através de artigos publicados em periódicos, acervos bibliográficos, visando alcançar respostas para os objetivos propostos. Os resultados nos dão conta de que, utilizando jogos e brincadeiras como ferramentas pedagógicas, o professor pode utilizar metodologias de ensino que auxiliam na formação das crianças. Para essas afirmativas os autores embasados da pesquisa refletem pensamentos que colaboram com aprendizagens das crianças nas séries iniciais. As brincadeiras são ferramentas que viabilizam pedagogicamente a teoria e fortalecem a prática metodológica do professor, compactuando assim com uma aprendizagem significativa do alunado, percebemos no decorrer da pesquisa que ambas as partes ganham com essa prática. O professor enquanto ensina com ludicidade e o aluno quando aprende brincando. Os jogos de fato colaboram com as aprendizagens dos educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos; Brincadeiras.; Ensino; Aprendizagem.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

RESULTADOS DE UM ANO DO PROJETO “LER O BRASIL, UM OLHAR SOBRE A NEGRITUDE”

Maria Andreia Nunes^{1*}, Keli da Rocha França¹ e Isabel Cristina Gomes Silva¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: mariaandrea@cte.uespi.br

RESUMO: Em censo realizado pelo IBGE em 2022, 55%, cerca de 112,7 milhões de pessoas se declararam pardas ou pretas, efetivamente os negros se reconheceram maioria no país. O mesmo senso revela a desigualdade socioeconômica, em que a população negra brasileira é maioria entre as pessoas mais pobres, e com a menor instrução. Esses aspectos revelam a falácia da democracia racial no país, a difícil ascensão socioeconômica da população negra é fruto de um processo colonial racista que perdura até os dias atuais. Como o indivíduo negro pode se entender e se fortalecer dentro de uma sociedade opressora e racista? A literatura é uma expressão cultural de um povo, com seus aspectos sócio, político e econômico, grupos de leitura são ferramentas poderosas para gerar reflexões e compartilhar experiências, podendo-se colocar como protagonista o brasileiro negro diante dos diferentes aspectos de uma sociedade desigual. Aqui apresenta-se resultados de um ano de desenvolvimento do projeto “*Ler o Brasil, um olhar sobre a negritude*”, desenvolvido no campus Dep. Jesualdo Cavalcanti, Corrente-PI, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, cujo o objetivo é estimular à leitura de autores negros, no intuito de promover a discussão de temas abordados por esse olhar do negro brasileiro sobre si mesmo e das situações do cotidiano que os envolvem. O projeto iniciou-se na oportunidade dada pela Casa Sueli Carneiro, que fomentou a criação de grupos de leitura em 2023 em seu projeto Ler o Brasil. Para a divulgação das atividades e proporcionar ambientes de discussão, foram criados canais de comunicação nos aplicativos *WhatsApp* e *Instagram*. O grupo se estabeleceu em agosto de 2023 e permanece ativo até o momento, sendo aberto para qualquer pessoa que queira participar, seja ela, branca ou negra, aluno ou não, configurando um grupo heterogêneo. As reuniões de discussão das obras são remotas ou presenciais, e são dirigidas por um mediador que é previamente escolhido pelas coordenadoras do projeto, o mediador tem o papel de apresentar a biografia do autor, os aspectos relevantes da obra e tem o papel de estimular a participação dos presentes. Em um ano de projeto foram lidos e discutidos seis obras, “Lugar de negro” de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, “Pele negra, máscaras brancas” de Frantz Fanon, “Memórias da plantação: episódios de racismo do cotidiano” de Grada Kilomba, Olhos d’água de Conceição Evaristo e o Pacto da Branquitude de Cida Bento. As discussões tiveram foco nos temas: racismo, identidade racial, violência, segregação, empoderamento, relacionamentos familiares e amorosos, entre outros. Após um ano de trabalho, e várias reflexões conjuntas, verificou-se que ações antirracistas devem ser efetivamente empregadas. O projeto não se encerrará, mas se transformará em algo mais abrangente, com foco na educação antirracista a partir da infância da pessoa negra na comunidade correntina.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista; racismo; grupos de leitura.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

RECORTES DE RACISMO COM CRIANÇAS RELATADOS POR AUTORES NEGROS

Maria Andreia Nunes^{1*}, Keli da Rocha França², Isabel Cristina Gomes Silva^{3,4}.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Faculdade de Educação do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ³Secretaria de Educação do Estado do Piauí, Piauí, Brasil. ⁴Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Bahia, Brasil.

*Autor de contato: mariaandrea@cte.uespi.br

RESUMO: Para teóricos, o preconceito aparece na infância durante as experiências de socialização. Nessa fase do desenvolvimento, o indivíduo adquire a consciência de que a sociedade tem categorias como gênero, raça e idade. As crianças não só assimilam essas categorias, como também começam a se identificar com algumas delas, muitas vezes menosprezando as que não se identificam, seria então o desenvolvimento de um favoritismo endogrupal. Nesse processo, é possível que o racismo seja apreendido pelas crianças nos diversos ambientes sociais que elas convivem, seja na família, igreja, escola, ou qualquer ambiente. A infância é um período de reprodução de valores, normas e crenças, inclusive de comportamentos racistas. É importante ressaltar que, quando algumas crianças reproduzem o racismo, outras estarão sendo vítimas dele, e permanecerão marcadas para o resto da vida. Esse trabalho é uma análise de obras escritas por autores negros, em que avaliou-se relatos de racismo reais sofrido por crianças ou por personagens fictícios infantis. Foi realizada nos livros lidos durante o projeto de extensão do grupo de leitura denominado “Ler o Brasil: um olhar à negritude” desenvolvido na UESPI-Corrente/PI entre agosto de 2023 e agosto de 2024. Os títulos foram escolhidos de forma aleatória pelo participantes do projeto, e são: “Lugar de negro” de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, “Tornar-se negro” de Neusa Santos Souza, “Pele negra, máscaras brancas” de Frantz Fanon, “Memórias da plantação: episódios de racismo do cotidiano” de Grada Kilomba, “Olhos d’água” de Conceição Evaristo e “O pacto da branquitude” de Cida Bento. Com exceção do livro “Lugar de negro” que é mais centrado na história dos movimentos negros no Brasil, todos os demais apresentaram algum relato de episódio racista sofrido por crianças. Destaca-se aqui alguns trechos emblemáticos. “Na minha turma tinha negros. Eram negros rebeldes, geralmente da favela. Eu era negra-branca, eu era como aquelas pessoas mas não queria ser igual a elas de jeito nenhum” (Souza, 1983, p.48). “Ao mesmo tempo, a escola não era um dos ambientes mais acolhedores para crianças negras como nós. Por anos, me senti invisível na sala de aula, como se não fizesse parte daquele lugar” (Bento, 2022, p.12). “E daí então eu me lembro de sentir pela primeira vez esse tipo de dor física porque alguém me chamou daquela palavra. Você sente essa dor nos seus dedos, há alguma coisa,...Aquela foi a primeira vez que alguém me chamou de *Negerin* (negro em alemão) quando eu ainda era bem pequenina” (Kilomba, 2019, p 160). Conceição Evaristo em seu livro de contos “Olhos d’água” apresenta três histórias em que o tema central é o racismo estrutural sofrido por crianças: “Zaita esqueceu de guardar os brinquedos”, “Lumbiá” e “A gente combinamos de não morrer” são episódios repletos de violência e exclusão social, são contos fictícios, que infelizmente são muito similares à eventos reais reportados cotidianamente pela mídia jornalística. O racismo em crianças é um formador de traumas psíquicos, contra ele, a Educação das Relações Étnico-raciais na educação básica, é um importante instrumento de combate.

PALAVRAS-CHAVE: Antirracismo; educação racial; literatura.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ONDE ESTÃO OS PAIS? O PODER DA NARRATIVA CRÍTICA EM O SUBSTITUTO (2011)

Mariza Ribeiro da Silva^{1*}, Yasmin Rodrigues de Oliveira¹, Thiago Fernandes Peixoto².

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.

*Autor de contato: marizaribeirodasilvaa@gmail.com

RESUMO: O estudo dos mecanismos de enunciação no cinema é essencial para compreender como uma obra audiovisual constroi o sentido em uma situação de comunicação específica com seu público. Neste trabalho, foi analisada uma cena do filme “O Substituto (2011)”, dirigido por Tony Kate, com foco no ambiente escolar e nos educadores como público-alvo. O objetivo é identificar os recursos enunciativos utilizados na cena para compreender como esses elementos influenciam a percepção dos espectadores. Com base nas teorias de enunciação de Émile Benveniste e nas abordagens da análise do discurso de Dominique Maingueneau, foi explorado como a relação entre o produtor (todo o aparato necessário para a construção do elemento fílmico) e o receptor (espectador) é mediada ao longo da cena. A análise se concentra em uma situação que revela a negligência e ausência parental no ambiente escolar, evidenciada na pergunta “onde estão os pais dessas crianças?”. A diretora, ao organizar uma reunião de pais e mestres, enfrentou uma ausência total de pais, refletindo a falta de engajamento familiar. Os professores, mesmo limitados em suas capacidades, compartilham histórias e reafirmam seu papel na vida dos alunos. Essa cena sublinha a crítica social ao sistema educacional e reforça a responsabilidade compartilhada entre escola e família, que, muitas vezes, é negligenciada. As técnicas de enunciação apresentadas incluem a trilha sonora e os gestos dos personagens, que reforçam o tom crítico e emocional da cena. A escolha cuidadosa da linguagem, as expressões aparentes e a montagem da cena retratada para um apelo moral, convidando o público a refletir sobre as dificuldades e desafios enfrentados pelos educadores. Utilizando uma metodologia qualitativa, a análise da cena levou em consideração aspectos verbais, como diálogos e narração, e não verbais, como gestos e expressões visuais, além da trilha sonora. Dessa forma, foi possível identificar os recursos de enunciação que geram impacto emocional em telespectadores, principalmente educadores. Os resultados dessa pesquisa mostram que os elementos enunciativos presentes na cena desempenham um papel crucial na construção de uma mensagem crítica sobre o ambiente escolar. Esses elementos geram reflexões diferentes por parte dos espectadores. Conclui-se que a cena analisada em “O Substituto” utiliza de forma eficaz recursos enunciativos para transmitir suas mensagens, proporcionando uma experiência interpretativa que varia conforme o repertório de cada espectador. Assim, este estudo visa contribuir para uma melhor compreensão de como o cinema pode ser usado como uma ferramenta de reflexão crítica e pedagógica sobre questões educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação; discurso fílmico; ambiente escolar.

APOIO: Grupo de Pesquisa MAJI: Memória, Acesso à Justiça e Identidade dos Povos do Campo.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A EVASÃO E DESISTÊNCIA ACADÊMICA EM REDES DE ENSINO E UNIVERSIDADES

Michelle Carvalho Sousa^{1*}, Antoniele Silvana de Melo Souza¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: michellecsousa@aluno.uespi.br

RESUMO: O presente estudo apresenta a temática Evasão estudantil como um fenômeno indicador de um índice preocupante, independentemente do nível Educacional, ou seja, desde a Escola até a Universidade, a Evasão se tornou um elemento de análise com desafios e em busca de superação para os docentes e instituições educacionais, principalmente, na esfera da Educação Superior. Assim, o estudo possui o objetivo de analisar a Evasão estudantil no Ensino Superior como índice que tem se tornado um problema de repercussões elevadas nos últimos anos, especialmente, a partir do Século XXI nas instituições públicas (Coimbra; Silva; Costa, 2021; Brasil, 2004; 2007). Com a abordagem metodológica qualitativa, optou-se por realizar o procedimento da produção bibliográfica disponível nas bases de dados com a temporalidade recente entre artigos, dissertações e teses no Nordeste. Os dados foram interpretados sob a perspectiva da temática “Evasão no Ensino Superior”, assentando as possíveis conciliações e divergências sob os olhares de teóricos e pesquisadores. Decerto, a aproximação com a temática a partir das posições e ideologias de diversos pesquisadores, indicam o aprofundamento de compreensão para desvelar a trajetória do problema que a Evasão no Ensino Superior. Diante disso percebeu-se que a Evasão no Ensino Superior é um problema com dimensões que afetam como prejuízo para os alunos, docentes e instituições, assentando em sua abrangência a fragilidade nas políticas e práticas educacionais. Portanto, é válido compreender que a Evasão no Ensino Superior, pode acarretar diversos problemas que devem ser estudados em sua compreensão no âmbito pedagógico e social, bem como na busca para soluções diretas e efetivas para sua superação.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão estudantil; Ensino Superior; Políticas Públicas de Educação.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL

Mirielle Lima de Sena^{1*}, Maria Perpetua de Macêdo Silva¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: m.l.de.sena@aluno.uespi.br

RESUMO: A formação dos professores na era da educação digital é um assunto muito discutido na sociedade atual. Vivemos em uma nova era extremamente tecnológica a qual nos proporciona a inovação constantemente. Com a educação não é diferente, os professores se desdobram para criar planos de aulas que possam incluir a tecnologia e alguns grupos possuem dificuldades por não obterem o letramento digital. A falta do conhecimento acaba afetando algumas áreas da educação, principalmente em sala de aula. Freitas (2010) define o letramento digital como o conjunto de competências que são necessárias para que um indivíduo entenda e use a informação de maneira estratégica, oriunda de variadas fontes. O objetivo deste estudo é analisar as práticas tomadas na formação dos professores. A presente pesquisa visa relatar e trazer consigo os inúmeros aspectos que cerceiam a formação de professores na era da educação digital através de uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como técnica de coleta de dados a revisão bibliográfica de obras anteriormente publicadas que abordam a temática em questão. Este trabalho está amparado nas teorias do consumo sociocultural das plataformas digitais e suas tecnologias. As mudanças que a era digital trouxe, tornaram necessário adaptar o processo de formação de professores. Dessa forma, este estudo torna-se relevante pelo fato que procura apontar e discutir questões relevantes da formação de professores na era da educação digital. A formação de professores precisa acompanhar as rápidas mudanças da sociedade digital. Para isso, é necessário um esforço conjunto de universidades, escolas, governos e empresas, com o objetivo de oferecer aos futuros professores as ferramentas e o conhecimento necessários para atuarem em um mundo cada vez mais tecnológico. O texto supracitado apresenta uma revisão abrangente sobre a formação de professores na era digital, abordando desde a concepção tradicional da formação docente até os desafios e oportunidades da educação mediada por tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento digital; formação de professores; competências.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

COMENIUS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Naiana dos Santos Fontenele^{1*}, Keity Farias Abi-Ackel¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: naiana.f.2016@gmail.com

RESUMO: Conhecido como o "pai da pedagogia moderna", Iohannes Amos Comenius (1592 - 1670) teve um papel muito importante na construção da educação especial inclusiva. Seus conceitos pedagógicos trazem uma educação inclusiva e acessível a todos, pois, segundo ele, “todo conhecimento deve ser aplicado e transformado, direcionado e finalizado na maior de todas as tarefas humanas: a tarefa de educar”. Comenius defendia que a educação é direito de todos, independentemente de gênero, classe social ou condição física e mental. Afirmava que “para cada tipo de aluno prescreve orientação adequada e não exclui nenhum, porquanto o seu propósito é ensinar tudo a todos”. Ele afirmou que todas as pessoas têm a capacidade de aprender e devem ter acesso ao conhecimento. Essa visão é voltada para a educação inclusiva, uma vez que defende ainda, que o sistema de educação deve se adaptar para atender às necessidades de cada indivíduo, respeitando suas individualidades. Seus princípios pedagógicos, trazem um ensino com metodologias que incluam o aluno no seu processo de ensino e são hoje vistos como o início de uma educação centrada no aluno, incluindo aqueles com necessidades especiais. Com relação à língua, diz que deve ser “ensinada a partir das experiências da criança e não de textos literários e regras gramaticais” e sugere uma educação que busque não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também moral, emocional e físico, Comenius deu início a uma educação inclusiva, defendendo que o ambiente educacional deve ser capaz de acolher e adaptar-se às diversas formas de ensinar e aprender.

PALAVRAS-CHAVE: Comenius; educação inclusiva; ambiente educacional.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE: A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS TRAMAS DO LEEI

Nilzene Nataniel de Santana Nascimento^{1*}; Ana Raquel da Silva Mesquita²; Virgínia Nataniel de Santana Pereira Bandeira³; Tânia Mara da Cunha Vieira³.

¹Universidade Estadual do Piauí, Uruçuí, Piauí, Brasil. ²Faculdade de Educação do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ³Rede de ensino municipal, Palmas, Tocantins, Brasil.

*Autor de Contato: nilzenenascimento@urc.uespi.br

RESUMO: Reconhecendo a importância da leitura, escrita e oralidade na Educação Infantil, o programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI, foi implantado com o objetivo de ofertar formação continuada a profissionais atuantes na Educação Infantil com foco em apoiar teórica e metodologicamente docentes em seu planejamento, concepções, inovação e didática. Conta-se pelo MEC que essa política educacional busca desenvolver práticas educativas capazes de ampliar as experiências das crianças com a linguagem escrita, respeitando as especificidades da primeira infância e as noções de leitura e escrita como práticas sociais que integram o cotidiano e sustentam interações e brincadeiras nesse ciclo de vida. Nesse sentido, esse estudo objetivou de forma única compreender os principais resultados que o programa tem proporcionado na aprendizagem das crianças na pré-escola no município de Corrente-PI. Com abordagem qualitativa, a pesquisa aqui narrativa se atentou no entendimento da importância e interferências que o LEEI vem proporcionando no atendimento, acesso, permanência e aprendizagem de crianças que são matriculadas na escola pública, bem como se estão sendo despertadas habilidades e competências necessárias para a faixa etária. Para mediação da busca de dados, foi selecionado um total de cinco professores para a realização de uma roda de conversa com pautas outrora selecionadas, como: aplicação do LEEI, capacitações, formações, direcionamentos propostos pelo programa, fornecimento de materiais didáticos, orientações metodológicas, planejamento, etc. Os critérios de recrutamento dos professores se atrelaram a serem efetivos da rede municipal de ensino, atuarem na Educação Infantil, ter mais de cinco anos de experiência e está disposto(a) a pesquisa. Os fundamentos epistemológicos acerca da temática em questão direciona para autores, como: Freire (1979; 1989); Ferreira (1995); Silva (2007); Soares (2008), BNCC (2017), MEC (2024), etc. A análise das falas foi estruturada mediante as ações metodológicas de Bardin (2016), pois o autor destaca que devemos analisar, selecionar falas que se orientam para o mesmo sentido, falas opostas e aspectos sistemáticos para aprofundamento dos fenômenos estudados. Após análise das falas foi possível perceber que o LEEI tem alinhado suas perspectivas ao que compõe as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada em busca de resultados emergentes, pois muitas crianças têm chegado aos anos iniciais do ensino fundamental sem reconhecer letras, sons, juntar sílabas e ler palavras simples. Os docentes apresentam conhecer as propostas do programa e retratam que aperfeiçoaram as suas práticas quanto ao que é direcionado nas formações, compreendendo que o LEEI se baseia no fato de que embora a alfabetização não seja o objetivo principal da educação infantil, o acesso à cultura escrita é não apenas um direito da criança, mas a própria familiaridade com a linguagem escrita é um processo que se inicia desde cedo e se desenvolve ao longo de toda a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; LEEI; Leitura; Escrita; Oralidade.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS UMA PERSPECTIVA DE LETRAMENTO OPORTUNO

Nilzene Nataniel de Santana Nascimento^{1*}, Ana Raquel da Silva Mesquita², Virgínia Nataniel de Santana Pereira Bandeira³, Tânia Mara da Cunha Vieira⁴, Isabel Cristina Gomes Silva⁵.

¹Universidade Estadual do Piauí, Uruçuí, Piauí, Brasil. ²Faculdade de Educação do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ³Rede municipal de ensino, Palmas, Tocantins, Brasil. ⁴Rede privada de ensino, Corrente, Piauí, Brasil. ⁵Rede estadual de ensino da Bahia, Bahia, Brasil.

*Autor de contato: nilzenenascimento@urc.uespi.br

RESUMO: A educação de jovens e adultos é uma oportunidade que visa a melhoria de vida para o estudante que não teve a oportunidade no tempo oportuno. É uma perspectiva atrelada a sonhos e concretizações proporcionando aos indivíduos uma modalidade de aprendizagem em seu devido tempo, que promove expectativas de ensinamentos para além da vida. Versando sobre essa temática é inerente nesse aspecto o alfabetizar e o letrar. O Adulto precisa compreender para além da leitura, estando propício a interpretações, pois está de fato tornando elemento fundamental para a vida do aprendiz em suas relações sociais. Entende-se que essa modalidade de ensino é voltada para as pessoas que não obtiveram a escolarização na idade própria, nesse contexto, a EJA surge para além do alfabetizar. Coloca-se nesse veículo de aprendizagem um sintagma essencial para o protagonista do processo de alfabetização. Ensinar e aprender em tempo oportuno, significa compreender o processo de aprendizagem de cada indivíduo. Entender o caminho da alfabetização significa perpassar por objetivos que alcancem um resultado significativo. Sendo assim, a EJA é uma porta para as aquisições das habilidades necessárias para alfabetização de jovens e adultos promovendo oportunidades de aprendizagens ao longo da vida. Repensar o currículo, adequar as possibilidades do alunado ser inserido em um ambiente que trabalha sua autoestima elevando os pontos positivos é de suma importância para o resgate desses protagonistas. Nesse parâmetro, entende-se que o objetivo principal deste trabalho é compreender a oferta da modalidade dessa educação nos ambientes escolares da cidade de Corrente-PI. Para composição do enfoque metodológico da pesquisa buscamos por meio de narrativas ouvir e dialogar com alunos e professores sobre questões relacionadas à temática em questão. Dessa forma, embasamos a nossa pesquisa de forma qualitativa e para o referencial teórico dialogamos com autores que relacionam ao nosso tema de forma concisa e veemente, compreendemos que os mesmos apresentam citações corroborando com os aspectos pelos quais buscamos apresentar no decorrer da pesquisa: “A importância do ato de ler” Paulo Freire (1982); “Ofício de Mestre” Miguel Arroyo (2000); “O que é educação” Carlos Brandão (1981); Maria Clara de Pierro “A Educação de Jovens e adultos (2008); Diante das análises, seguindo as orientações de Bardin (2016), percebeu-se que os professores apresentam aspectos que interagem e favorecem essa aprendizagem oportunista aos discentes, ainda com algumas barreiras os docentes conseguem promover resultados positivos em sua prática teórico metodológica. Por parte das narrativas dos discentes, os mesmos descrevem pontos positivos relacionados ao ambiente de aprendizagens, mas são insatisfeitos referente ao cansaço do cotidiano. No entanto, percebe-se que há um envolvimento positivo de ambas as partes no que se refere a EJA como modalidade de aprendizagem que favorece oportunidade ao sujeito aprendiz.

PALAVRAS-CHAVE: EJA; Educação oportuna; Aprendizagens colaborativas.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ACCOUNTABILITY EM EDUCAÇÃO: CONCEITOS, MODELOS E REBATIMENTOS NO PLANO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Rejane Gomes da Silva Lisboa^{1*}, Mariza Ribeiro da Silva¹, Raimunda Maria da Cunha Ribeiro¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: rgomesdaslisboa@aluno.uespi.br

RESUMO: O presente estudo aborda o conceito de *accountability* na educação, um termo que se refere à necessidade de prestação de contas e à responsabilização dos gestores, professores e demais profissionais pela qualidade e pelos resultados dos sistemas educacionais. Este conceito, que tem ganhado relevância em políticas educacionais contemporâneas é frequentemente associado às práticas neoliberais e gerencialistas, que priorizam a eficiência, a transparência e o foco em resultados mensuráveis, como desempenho em testes e índices de aprovação. O trabalho explora as diferentes interpretações e aplicações da *accountability* no contexto educacional, destacando como essa prática pode tanto fortalecer quanto limitar a qualidade da educação. A análise baseia-se em uma revisão bibliográfica de estudos acadêmicos e documentos políticos, que identificam os conceitos, modelos e implicações da *accountability* em diversos níveis de gestão educacional. Entre os modelos discutidos, estão aqueles que enfatizam um controle mais rígido e punitivo, focado em auditorias e punições, e outros que promovem uma abordagem mais flexível, incentivando a autoavaliação, a cooperação e o engajamento dos atores educacionais. Um ponto central do trabalho é a discussão sobre a tensão existente entre a gestão por resultados, promovida por políticas de *accountability* e os princípios da gestão democrática. A gestão democrática valoriza a participação, a transparência, a autonomia e a inclusão de diferentes vozes na tomada de decisões, o que pode entrar em conflito com a rigidez de modelos de *accountability* que privilegiam resultados numéricos e mensuráveis. No entanto, o estudo também apresenta a possibilidade de conciliar diferentes abordagens, propondo uma adaptação da *accountability* para que se alinhe a contextos democráticos. Apesar das críticas, o estudo reconhece que a *accountability*, se aplicada com sensibilidade ao contexto e às particularidades do sistema educacional, pode ser uma ferramenta poderosa para promover uma educação de qualidade. Isso implica, no entanto, em incorporar elementos como a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional, a deliberação coletiva e a valorização de critérios que vão além dos resultados imediatos e quantitativos, contemplando o progresso contínuo, a justiça social e o desenvolvimento integral dos estudantes. O estudo conclui que a *accountability* pode ser adaptada e integrada a práticas de gestão democrática, criando um ambiente educacional mais justo, participativo e eficaz, de modo que a responsabilização não se limita a punições, mas também, incentiva a melhoria contínua e a busca pela qualidade e equidade na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Modelos de *Accountability*; avaliação educacional; resultados.

APOIO: Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa universal “Afirmação da *accountability* na gestão da educação pública: rebatimentos no plano da democratização”, chamada CNPq N.18/2021 – Faixa B – Grupos Consolidados Processo: 407527/2021-4. Integram o projeto pesquisadores de cinco universidades brasileiras: UNOESC, UFT, PUC-Campinas; UESPI e UFC.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL/ URUÇUI-PI

Romilda Márcia Tavares dos Santos^{1*}, Rawanne Barbosa da Silva¹, Nilzene Nataniel de Santana Nascimento¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Uruçuí, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: rmarciatdoss@aluno.uespi.br

RESUMO: Este artigo apresenta um relatório originado de uma observação em sala de aula realizada no Centro Educacional Padre Pequeno, no município de Uruçuí, Piauí, como parte do componente curricular de "Currículo da Educação Infantil" do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí. O objetivo foi analisar o ambiente educacional da educação infantil em uma turma de cinco anos, as práticas pedagógicas e a receptividade das crianças às atividades propostas. A observação ocorreu ao longo de quatro dias, totalizando 15 horas, com foco em uma turma de cinco anos da Educação Infantil. As práticas pedagógicas observadas incluíram atividades lúdicas e interativas, como a confecção de petecas em comemoração ao Dia dos Povos Indígenas, apresentações teatrais no Dia do Livro e dinâmicas de desenho e jogos educativos. As crianças demonstraram alta receptividade e envolvimento com as atividades, evidenciando a eficácia das abordagens pedagógicas adotadas. O estudo ressalta a importância de práticas pedagógicas criativas e alinhadas ao currículo para promover o desenvolvimento integral das crianças. A experiência proporcionou uma compreensão mais profunda das interações entre currículo, prática pedagógica e desenvolvimento infantil, contribuindo significativamente para a formação docente das participantes. Os resultados sugerem que a integração de atividades lúdicas no currículo da Educação Infantil pode fortalecer o envolvimento e a aprendizagem das crianças. Para realização dessa prática teórica e metodológica, esse estudo utilizou uma abordagem qualitativa baseada em autores que embasaram a produção do trabalho como: Zabala(1988), DCNS, BNCC, LDB. Pois acreditamos que essas referências nortearam a produção literária da pesquisa apresentada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, práticas pedagógicas, observação em sala de aula, desenvolvimento infantil, currículo.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Rejane Gomes da Silva Lisboa^{1*}, Sámylla Carvalho Lustosa¹, Raimunda Maria da Cunha Ribeiro¹.

¹Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: rgmesdaslisboa@aluno.uespi.br

RESUMO: O estágio supervisionado obrigatório na educação infantil é um momento valioso em que os futuros educadores têm o privilégio de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos na formação do curso e aprimorar suas habilidades em um ambiente real de prática. O objetivo desse trabalho é apresentar as atividades realizadas durante o estágio obrigatório na turma do II período, do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), de Corrente, Piauí. No decorrer do estágio, os docentes em formação desenvolvem capacidades importantes, tais como: relatórios, aplicação de atividades lúdicas, projetos interdisciplinares e avaliações de acordo com o desempenho das crianças. Estas tarefas são essenciais e enriquecedoras para a preparação dos futuros professores, permitindo a utilização dos conhecimentos concebidos na universidade em conjunto com as práticas pedagógicas dos professores qualificados da instituição, vivenciando o processo dentro da sala de aula, as relações entre as crianças e os meios de ensino aplicados. Esse período é fundamental para compreender o ambiente escolar e identificar as necessidades singulares dos alunos, pois cada criança possui suas particularidades, o que leva os estagiários a sair da zona de conforto em busca de conhecimentos que os ajudem a superar as dificuldades sem causar constrangimentos em relação às crianças. O relatório é feito diante das observações e participação que são realizadas, os estagiários desenvolvem a capacidade de organizar e relatar tudo o que aconteceu no período de estágio com as crianças. O relatório é eficaz e conveniente tanto para os estagiários quanto para a instituição de ensino. A aplicação de atividades lúdicas auxilia e estimula a capacidade dos alunos em relação às possibilidades de conhecimentos do processo de aprendizagem. Os estagiários utilizam diferentes estratégias de ensino, como facilitar as brincadeiras e jogos, de acordo com o interesse das crianças. Os Projetos interdisciplinares: possibilitam conhecimentos significativos e relevantes que integram várias áreas de compreensão, ou seja, os projetos interdisciplinares auxiliam os futuros professores a interligar saberes sobre suas práticas pedagógicas. A avaliação: é um método importante no processo de ensino e aprendizagem, ela acontece de forma contínua, mediante a observação diária da criança no desempenho das atividades propostas, nas brincadeiras, no relacionamento com os colegas. Ao término do estágio, os futuros educadores fazem uma análise sobre o momento de experiências e desafios enfrentados, desenvolvendo assim uma postura exemplar para exercer sua função com um olhar mais amplo sobre a realidade educacional experimentada no chão da escola. Dessa forma, o estudo revela que, por meio dos desafios e experiências do estágio, formam-se professores autênticos e preparados para exercer a função com excelência.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio; formação de professores; educação infantil.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Vanderlei de Sousa Marques^{1*}, Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna².

¹Instituto Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. ²Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

*Autor de contato: sousamarquesvanderlei@gmail.com

RESUMO: O presente estudo é o resultado de uma pesquisa de mestrado sobre a utilização de metodologias ativas como estratégia de ensino-aprendizagem na formação continuada de professores da Educação Profissional e Tecnológica. Portanto, tem como objetivo geral analisar o uso das metodologias ativas no contexto da formação continuada de professores, na perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma formação continuada com carga horária de 8 horas, contando com a participação de 26 professores lotados na Educação Profissional e Tecnológica no Centro Estadual de Tempo Integral Dr. Dionísio Rodrigues Nogueira, situado na cidade de Corrente/PI, em julho/agosto de 2023. Na ocasião, foram abordados e discutidos os aspectos teóricos e práticos sobre metodologias ativas como possibilidade de inovação das práticas pedagógicas em sala de aula. A metodologia utilizada na realização desta pesquisa foi de natureza bibliográfica e de abordagem qualitativa. Para a coleta dos dados, utilizou-se um questionário impresso semiestruturado e a técnica de Análise do Discurso foi empregada para análise e interpretação dos dados. Os resultados evidenciaram que os participantes do estudo já conheciam as metodologias ativas de ensino e aprendizagem, embora tenha sido identificado que pouco as utilizavam para o enriquecimento de suas práticas pedagógicas. No entanto, justificaram o pouco uso delas em sala de aula devido à resistência dos alunos, à falta de internet no espaço escolar, à superlotação das salas de aula, à infraestrutura inadequada da escola e à falta de tempo do professor em consequência de sua exaustiva carga horária diária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional e tecnológica; metodologias ativas; formação continuada.

APOIO: Centro Estadual de Tempo Integral Dr. Dionísio Rodrigues Nogueira, 15ª Regional de Educação de Corrente/PI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

GAMIFICAÇÃO NA SALA DE AULA: UMA ESTRATÉGIA PARA A POTENCIALIZAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

Vanderlei de Sousa Marques^{1*}, Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna².

¹Instituto Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. ²Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

*Autor de contato: sousamarquesvanderlei@gmail.com

Resumo: Este estudo foi desenvolvido com a participação de três professores de Língua Inglesa das duas instituições de ensino público que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), localizadas na cidade de Corrente, no estado do Piauí. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica e de abordagem qualitativa desenvolvido com o objetivo de analisar a utilização da gamificação como estratégia capaz de potencializar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Língua Inglesa. Para um melhor detalhamento do que se pretende alcançar com este estudo, foram listados os seguintes objetivos específicos: conceituar e caracterizar a gamificação no contexto educacional, destacar a importância da gamificação enquanto estratégia de ensino-aprendizagem potencializadora das aulas de Língua Inglesa, apontar ideias teóricas que motivam o uso da gamificação como estratégia de ensino-aprendizagem nas aulas de Língua Inglesa e Investigar a percepção dos professores sobre o uso da gamificação para o fortalecimento de suas práticas pedagógicas no ensino de Língua Inglesa. Nesta perspectiva, buscou-se resposta para o seguinte questionamento: como a gamificação pode ser utilizada para potencializar as aulas de Língua Inglesa? Os resultados desta pesquisa evidenciaram que a gamificação é de fato uma estratégia que pode proporcionar resultados significativos não apenas nas aulas de Língua Inglesa, mas no processo de ensino-aprendizagem de maneira geral, pois a gamificação não é apenas uma ferramenta que pode melhorar a aprendizagem, mas sim um meio de adaptar a educação às necessidades e expectativas dos alunos nos tempos atuais. Por sua relevância social, espera-se que este estudo possa contribuir para a produção de novas pesquisas e também para inspirar os profissionais da EPT no planejamento de aulas e projetos pedagógicos. Também é válido destacar a importância de ampliar os debates relacionados a esta temática, visando a construção de uma base sólida de conhecimentos teóricos e práticos para o uso eficaz da gamificação na sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Gamificação; língua inglesa; ensino-aprendizagem.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

O LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA NO DIA A DIA DA CRIANÇA

Virgínia Nataniel de Santana Pereira Bandeira^{1*}, Nilzene Nataniel de Santana Nascimento², Gilvânia Filgueiras¹, Vanuzia Nunes de Carvalho¹, Tânia Mara da Cunha Vieira³.

¹Rede Municipal, Palmas, Tocantins, Brasil. ²Universidade Estadual do Piauí, Uruçuí, Piauí, Brasil. ³Rede privada de ensino, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de Contato: virnataniel@yahoo.com.br

RESUMO: Como surgiu o lúdico? Negrine (2000) afirma que a capacidade lúdica está diretamente relacionada a sua pré-história de vida. Acredita ser, antes de mais nada, um estado de espírito e um saber que progressivamente vai se instalando na conduta do ser devido ao seu modo de vida. O lúdico refere-se a uma dimensão humana que evoca os sentimentos de liberdade e espontaneidade de ação. Abrange atividades despreziosas, descontraídas e desobrigadas de toda e qualquer espécie de intencionalidade ou vontade alheia, mas, apesar das brincadeiras apresentarem uma grande importância para o desenvolvimento da criança (de 0 a 6 anos) nem sempre estão presentes no cotidiano das instituições escolares que atende esta faixa etária e nem no dia a dia das famílias, pois, são poucos os profissionais qualificados para essa área e poucos também os interessados em “fazer-se criança”, isto é, brincar ou propiciar brincadeiras para que obtenham mais gosto pelo aprendizado. Observa-se também que a tecnologia tem avançado a cada dia, deixando a população mundial cada vez mais dependente destes avanços e muitas famílias têm buscado alinhar-se a este instrumento que muitas vezes impede as crianças de vivenciar experiências através do brincar, jogar, desenvolver atividades prazerosas próprias da sua idade. Portanto, a não realização dessas atividades lúdicas no cotidiano da criança, através da motricidade encontrada nas (simples) brincadeiras poderá acarretar vários problemas em seu desenvolvimento, trazendo problemas na sua aprendizagem futura. É importante ressaltar que ao propor uma atividade lúdica professores e família têm a responsabilidade de motivar e estimular as crianças ao seu desenvolvimento integral, evidenciando que a brincadeira se constitui como uma das linguagens mais significativas das crianças, por mobilizar capacidades intelectuais, afetivas e sociais para sua realização. Entende-se que o brincar ensina, motiva e resulta em grandes aprendizados, pois, “Objetos, sons, movimentos, espaços, cores, figuras, pessoas, tudo pode virar brinquedo através de um processo de interação em que funcionam como alimentos que nutrem a atividade lúdica, enriquecendo-a.” Amarilha (1997: 27) afirma que as primeiras impressões de mundo da criança são através das imagens e que: “Ao transformar essas imagens em expressão, pela linguagem verbal, entra na composição literária o elemento prazeroso. Esse componente gerador de prazer advém, sobretudo, da natureza lúdica da linguagem.” Outro fator importante da atividade lúdica está no fato de que ela prevalece no tempo, e se houve um significado este será lembrado, assim como a história também ficará marcada na lembrança e vida da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Lúdico; escola; família.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DOCENTE, OS DESAFIOS DA PROFISSÃO NO ATO DO CUIDAR

Virgínia Nataniel de Santana Pereira Bandeira¹; Nilzene Nataniel de Santana Nascimento²; Gilvânia Filgueiras¹; Vanuzia Nunes de Carvalho¹; Ana Raquel da Silva Mesquita³.

¹Rede Municipal de Ensino, Palmas, Tocantins, Brasil. ²Universidade Estadual do Piauí, Uruçuí, Piauí, Brasil. ³Faculdade de Educação do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: virnataniel@yahoo.com.br

RESUMO: Sabe-se que a educação infantil é uma etapa importante na vida da criança. Os desafios para trabalhar com esse público são grandes, pois precisam ser situados dentro das propostas educacionais e nas práticas que devem ser dinâmicas, acessíveis e pedagógicas com o intuito de levar a uma aprendizagem lúdica e plausível no aspecto da aprendizagem na educação infantil. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (1998, v. 01, p. 25) a definição do termo “Cuidar” é sobretudo dar atenção a criança como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Considerando o referencial supracitado RCNEI (1998, v. 01, p. 24) “A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades”. Segundo Cunha (2010) o Cuidar na perspectiva da Educação Infantil, é uma ação cidadã, da qual os professores necessitam estar atentos e ter consciência dos direitos das crianças, que é um ser ativo em todo o processo, devendo contribuir eficientemente para que haja seu crescimento e desenvolvimento, considerando as suas necessidades, o que tornará o educador mais humano. Dentro desses quesitos verifica-se que é de suma importância entender as propostas curriculares que comungam a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, bem como a Resolução nº 1/2006 do Conselho Nacional De Educação (Conselho Pleno), e, demais documentos pautados para verificação do processo de formação por parte de quem media essa aprendizagem. Nesse contexto percebe-se que o profissional da educação infantil precisa de uma formação e de aparatos necessários que vão além da sua prática em sala de aula. Diante dessa temática, sabe-se da importância e dos benefícios práticos de se investir na qualificação de professores da Educação Infantil. Neste sentido, compreende-se que a vida de um professor da E.I não se limita apenas a sua graduação, vai muito mais além. Um corpo docente qualificado, consciente do seu papel a exercer na sociedade desenvolverá o cuidar e o educar seguro do seu exercício, seguirá impactando vidas e transformando a rotina de sala de aula de maneira positiva pois, professores preparados transformam o dia a dia de cada criança, geram segurança e trazem aperfeiçoamento no que diz respeito não só ao seu desenvolvimento, mas, também ao seu agir no meio de uma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; professores; crianças.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

A RELEVÂNCIA E A INCLUSÃO DE EDUCADORES LGBTQIAPN+

Wilbâner Feitosa Nogueira^{1*}, Antoniele Silvana de Melo Souza¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

Autor de contato: wilbanefeitosa@hotmail.com

RESUMO: A discussão sobre a diversidade sexual e de gênero tem ganhado grande notoriedade na sociedade do século 21, talvez, exista um número expressivo de pessoas na sociedade que estejam buscando a evolução ao refletir sobre a importância da equidade e inclusão em seus direitos. O ingresso de docentes transexuais e travestis no ambiente escolar, é uma questão que emerge na contemporaneidade e tem travado vários debates. Na escola a presença de professores transexuais e travestis é uma realidade que vem conquistando espaços, desafia e enriquece a Educação no sentido da sua amplitude como fenômeno social e, assim, ecoa nas práticas pedagógicas e formação docente como algo que precisa ser revisitado. O corrente trabalho tem como objetivo abordar a relevância dos desafios da inclusão de educadores LGBTQIAPN+, com enfoque nas especificidades da experiência trans e travesti, tendo em vista a reflexão sobre as práticas formativas necessárias para uma educação mais inclusiva. A realização deste trabalho deu-se por meio da análise de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico existente nos repositórios de dissertações e teses de algumas universidades públicas no Nordeste (Gil, 2007). Ao tocante desta análise foram traçados três resultados principais, a saber: 1°. Experiências Sociais/ Pessoal visto que ao longo do tempo pessoas LGBTQIAPN+, são vítimas de discriminação e preconceito/violência, seja dentro de casa, na rua, ou até mesmo nas instituições de ensino tornando-o de maneira que, um lugar impróprio para sua convivência, mas pode destacar também vivências positivas que traduzem em processo de empoderamento, estimulando processo de inclusão e de aceitação entre os pares. 2°. A Formação Docente traduz-se ainda em um plano conservador, ou seja, necessita-se de uma abordagem que contemple assuntos sobre gênero e sexualidade, introduzindo temas da comunidade LGBTQIAPN+ de forma mais explícita, produzindo discussões em sua formação, alinhando adequadamente a diversidade de seus alunos. 3°. A Inclusão de Professores LGBTQIAPN+ nas escolas ainda é lenta, percebe-se avanços em um pequeno quantitativo de instituições que acolhem/aceitam esses profissionais (Medeiros, 2022). Percebe-se que no campo educacional a inserção desses profissionais ainda não se constitui como ambiente que propicia sua Inclusão, não está apto para a inserção desses profissionais no ambiente escolar, pois apresentam pouca vivência concreta e real de práticas e políticas públicas capazes de garantir e assegurar um ambiente saudável e acolhedor capaz de proporcionar verdadeiramente a “Inclusão”. Portanto, evidencia-se que a inclusão de professores trans e travestis é de fundamental importância para podermos construir uma Educação Inclusiva, cidadã e, principalmente, acolhedora e significativa socialmente, que cada indivíduo sinta-se representado em todas as esferas públicas e sociais. É preciso que as ações alcancem a formação docente, objetivando promover uma Educação que vislumbre o respeito e a valorização de todas as identidades e culturas, e assim, o respeito e acolhimento. A sociedade propõe inúmeros debates sobre a inserção desses profissionais no campo escolar, mas para além dessas discussões são necessárias ações afirmativas que assegurem e prestem suportes necessários, desde a estrutura física até conscientização social.

PALAVRAS-CHAVE: Educadores LGBTQIAPN+; Formação de professores; Escola.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA AP DE UM ALUNO AUTISTA NO ENSINO REGULAR

Yasmin Rodrigues de Oliveira^{1*}; Keity Farias Abi-Ackel¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil

*Autor de contato: yrodriguedeoliveira@gmail.com

RESUMO: Relato de Experiência (RE) da Acompanhante Pedagógica (AP) de um aluno autista de 8 anos de idade com nível 2 de suporte atuando em uma escola regular da rede particular de ensino em Corrente - PI. Nosso objetivo é pontuar os principais aspectos que moldam a atuação profissional do AP em escolas regulares e seu impacto na educação de uma pessoa autista observando a maneira como a mesma vivencia o processo de socialização com pessoas neurotípicas. Justificamos esta produção pela necessidade de mais pesquisas nesta área incipiente para que professores concretizem suas práticas pedagógicas, através da metodologia de relato de experiência que é construída a partir da expressão escrita de vivências, trazendo consigo a capacidade de contribuir na produção de conhecimentos necessários para a construção do saber. Nos apoiamos nas ideias defendidas pela educadora Lúcia Moysés e pelo economista e escritor Tyler Cowen para compreender como a sociedade, em específico no contexto escolar, interpreta o espectro autista. Concluímos que fatores corroborativos para o desempenho e aprendizado de um aluno autista no ambiente escolar, tais como a recepção do corpo institucional para com o educando, os métodos de ensino-aprendizagem aplicados na sala de aula e a interação com o processo de inclusão do aluno nas atividades acadêmicas e sociais dentro da escola devem ser alimentadas pelo respeito à educação e inclusão de pessoas no espectro autista, embora ainda devam ser empregados mais esforços para a aproximação de uma educação e tratamento sociocultural eficiente e equitativo, para a concretização de métodos pedagógicos que contribuam com a atuação profissional de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Autista; educação inclusiva; ensino regular

ZOOTECNIA



II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

CONTAGEM DE OVOS POR GRAMA DE FEZES EM OVINOS DA RAÇA SANTA INÊS

Andréia Freitas Brandão Gitirana Barros^{1*}, Alan Oliveira do Ó², Clauber Dos Santos Rodrigues¹, Juliana Da Silva Barros¹, Lourranny Nogueira Cesar¹, Mairyne Sousa Pinhão¹, Gleyson Vieira Dos Santos¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil; ²Programa de Pós graduação em Zootecnia tropical PPGZT.

*andreaifreitasbrandaogbarros@aluno.uespi.br

RESUMO: De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui um rebanho ovino de aproximadamente 21.514.274 animais, com 69,9% desse total localizado na região Nordeste. Essa região, apesar de concentrar uma parte significativa do rebanho nacional, enfrenta desafios específicos que impactam a criação de ovinos. Entre os principais problemas estão a escassez de alimentos durante os períodos de seca e a alta incidência de verminose, uma infestação parasitária que pode comprometer a saúde e a produtividade dos animais. Para o manejo eficaz da verminose, é crucial realizar Contagens de Ovos por Grama de Fezes (OPG). Esse método diagnóstico permite a detecção e monitoramento da carga parasitária, possibilitando a adoção de estratégias de controle antiparasitário mais precisas e eficazes. A realização dessas contagens é essencial para garantir a saúde dos rebanhos e otimizar sua produtividade. Desta forma, objetiva-se realizar uma análise estatística descritiva das contagens de ovos por grama de fezes em ovinos da raça Santa Inês. Para tal, foram coletadas 364 amostras de fezes de ovinos da raça Santa Inês com mais de 8 meses de idade. Essas amostras foram obtidas diretamente da ampola retal dos animais para garantir a precisão dos dados. A contagem de ovos foi realizada utilizando uma solução saturada de cloreto de sódio (NaCl), seguindo o método descrito por Gordon e Whitlock (1939). As amostras foram analisadas em uma câmara de McMaster ao microscópio, uma técnica padrão para a quantificação de ovos parasitários. O valor médio de OPG foi de 812 número de ovos por grama de fezes. Essa média é um indicador da carga parasitária nos ovinos estudados. O coeficiente de variação encontrado foi de 254,70%, o que sugere uma grande variação na infestação entre os diferentes animais da amostra, o que pode ser resultado dos diferentes manejos adotados não propriedade, diferentes épocas de coletas, além das idades dos animais. Além disso, o valor de Skewness registrado foi de 5,94, indicando uma distribuição altamente assimétrica das contagens de ovos. Esse valor elevado sugere que há uma concentração significativa de altas contagens de ovos em uma proporção relativamente pequena dos animais, enquanto a maioria apresenta cargas parasitárias mais baixas.

PALAVRAS-CHAVE: Verminose; Ovinos de corte; Resistência á verminose.

APOIO: Grupo de pesquisa GEMA e LABGEMPI. Criadores de ovinos do Piauí e Maranhão, UESPI.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

CONSUMO DE MATÉRIA SECA DE OVINOS ALIMENTADOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE INCLUSÃO DE SUBPRODUTOS DE GRÃOS DE DESTILARIA DO MILHO

Andréia Freitas Brandão Gitirana Barros^{1*}, Camila Moreira Amorim¹, Clauber dos Santos Rodrigues¹, Gleyson Vieira dos Santos¹, Wesley Pascoal Miranda¹, Lourranny Nogueira Cesar¹, Mairyne Sousa Pinhão¹, Juliana da Silva Barros¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*andreaifreitasbrandaogbarros@aluno.uespi.br

RESUMO: A ovinocultura Brasil é predominantemente caracterizada por práticas de subsistência, apresentando níveis de tecnificação baixos. Essa situação resulta em uma oferta reduzida de produtos e em uma falta de padronização, o que dificulta a comercialização no mercado. Uma das soluções para melhorar a produção e a eficiência seria a adoção do confinamento. No entanto, essa prática é onerosamente associada ao uso do farelo de soja. Assim, uma alternativa que se mostra tanto econômica quanto ambientalmente viável é a utilização de subprodutos. Dentre eles, destaca-se o WDG (*Wet Distillers Grains*), um subproduto proveniente da destilação do milho, que pode contribuir significativamente para a alimentação animal e melhorar a sustentabilidade da produção. Desta forma, objetivou-se avaliar o impacto da inclusão de diferentes níveis de subproduto de grãos de destilaria (WDGS) na dieta de ovinos confinados em terminação, substituindo o farelo de soja. Foram utilizados 60 cordeiros machos mestiços, não castrados, com idade média de 90 dias e peso inicial médio de $27,0 \pm 3,2$ kg. Os cordeiros foram distribuídos em quatro tratamentos, com níveis de inclusão de WDGS na dieta, 0%, 10%, 20% e 30% em substituição ao farelo de soja. Utilizou-se um delineamento em blocos casualizados com cinco repetições, com a blocagem baseada no peso inicial dos animais. Cada baía abrigava três animais e foi considerada como unidade experimental para a análise do consumo. Os dados obtidos foram analisados estatisticamente utilizando o software SAS® e o teste de Tukey para comparações entre médias, adotando-se um nível de significância de 5%. Não foram verificadas diferenças estatísticas significativas no consumo de matéria seca entre os diferentes níveis de inclusão de WDGS na dieta dos cordeiros confinados. Assim, o consumo não foi afetado pela substituição do farelo de soja por WDGS, sugerindo que este subproduto pode ser uma alternativa viável ao farelo de soja na dieta dos ovinos. Esses achados são consistentes com estudos anteriores, que também investigaram o impacto da inclusão de grãos de destilaria na dieta de cordeiros confinados e não encontraram diferenças significativas no consumo. Portanto a inclusão de WDGS na dieta de ovinos confinados não compromete o consumo de matéria seca, sendo uma alternativa tecnicamente viável ao farelo de soja, com potencial para diversificar as fontes de nutrientes e reduzir os custos de alimentação na produção intensiva de ovinos. Recomenda-se que a inclusão de WDGS seja limitada a 30% da matéria seca total da dieta, uma vez que esse nível resultou na melhor resposta quadrática em termos de ingestão de matéria seca.

PALAVRAS-CHAVE: Etanol; Coprodutos; Nutrição Animal.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO DE CORRENTE SOBRE O CURSO DE ZOOTECNIA

Camila Moreira Amorim¹, Andréia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Viviane Feitosa do Lago¹, Clauber dos Santos Rodrigues¹, Luana Gonçalves Silva¹, Gleyson Vieira Dos Santos¹, Wesley Pascoal Miranda¹, Juliana da Silva Barros¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: cmoreiraa@aluno.uespi.br

RESUMO: A Zootecnia, ciência voltada à criação, conservação e produção de animais domésticos, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico de Corrente-PI, contribuindo para a tecnificação, geração de emprego e renda. Este estudo objetivou avaliar o conhecimento da população local sobre o curso de Zootecnia, aplicando um questionário com quatro perguntas. O método usado como instrumento de coleta de dados foi o por questionário com questões objetivas em uma pesquisa de levantamento quantitativo. Durante a Expocorrente de 2024, sendo o mesmo aplicado a 50 participantes. Quando questionados sobre o que é Zootecnia, 76% dos participantes identificaram corretamente como a ciência que estuda a produção e manejo de animais domésticos, enquanto 7,8% a confundiram com a produção agrícola, 3,9% associaram à ciência do melhoramento genético de plantas, e 11% acreditavam que se dedicava exclusivamente à medicina veterinária. Sobre a importância da Zootecnia na produção animal, 78% afirmaram que ela contribui para o aumento da produtividade e eficiência na criação de animais, enquanto 4% disseram não haver relação direta com a produção animal, 8% consideraram-na importante apenas para o estudo de doenças animais e 9% acreditam que se concentra na comercialização de produtos animais. Na questão sobre as atividades que não fazem parte do trabalho de um zootecnista, 50% dos entrevistados indicaram incorretamente o projeto e manejo de instalações agropecuárias, revelando uma compreensão limitada sobre o papel abrangente da profissão. Os resultados indicam que, embora grande parte da população tenha uma noção básica sobre o que é a Zootecnia, ainda há confusão sobre suas áreas de atuação e importância. Isso destaca a necessidade de maior divulgação e esclarecimento sobre a profissão, visando corrigir percepções equivocadas e ampliar o conhecimento da comunidade sobre o impacto e as responsabilidades do zootecnista.

PALAVRAS-CHAVE: Manejo de animais; Produção animal; Zootecnia.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ESTUDO DE PESO CORPORAL EM DIFERENTES IDADES DE OVINOS SANTA INÊS

Clauber dos Santos Rodrigues^{1*}, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Gleyson Vieira dos Santos¹, Juliana da Silva Barros¹, Lourranny Nogueira Cesar¹, Luana Gonçalves Silva¹, Leticia Celestina da Silva¹, Mairyne Sousa Pinhão¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: claubersanthos@gmail.com

RESUMO: A ovinocultura se destaca principalmente na região nordeste onde há um elevado número de animais, números estes que vão desde grandes produtores a pequenos grupos familiares. O estudo do peso corporal em ovinos da raça Santa Inês é crucial para uma melhor produção animal, isso permite um melhor monitoramento do crescimento e desenvolvimento dos animais, o melhoramento genético, a nutrição e alimentação destes. Com isso objetivou-se realizar uma estatística descritiva para assim analisar o peso corporal em diferentes idades da raça Santa Inês. Foram coletados dados de ovinos da raça Santa Inês, com Idade superior a oito meses, pertencentes a rebanhos criados no Meio - Norte do Brasil (estados do PI e MA) a idade dos animais foi agrupada em três classes de idade (CI), assim discriminadas: C=1 animais com até dois anos de idade, CI=2 animais com idade superior a dois anos e menor que quatro anos, CI=3 animais com idade igual ou superior a quatro anos. O peso foi coletado com a utilização de uma balança eletrônica. Os dados foram analisados com auxílio do programa R. A classe de idade 1 (CI=1) teve peso médio de 47,7 kg; e coeficiente de variação (CV) de 31,97% o que indica uma alta dispersão relativa dos dados em torno da média; além disso, o erro padrão da média (EPM) de 3,41, demonstra uma precisão moderada na estimativa da média, esses resultados indicam que há uma variação substancial no peso dos indivíduos de CI=1. A média de peso no grupo CI=2 foi de 58,58 kg, com CV de 25,28% o que reflete uma dispersão moderada dos pesos em torno da média, o que preconiza uma distribuição relativamente diversificada de peso dentro do grupo; o EPM de 1,13 kg indica uma elevada precisão na estimativa da média; isso significa que, apesar da variação entre os indivíduos, a média de peso para esta classe de idade pode ser considerada uma boa representação do conjunto. No grupo CI=3, a média do peso dos ovinos foi de 55,75 kg, diminuindo um valor intermediário em comparação com a segunda classe. Esta média propõe que os ovinos deste grupo possuem um peso moderado, possivelmente representando uma condição corporal média na região avaliada. O CV foi de 21,46%, demonstrando uma variação relativamente baixa em pesos dentro do grupo; isso expressa uma certa homogeneidade entre os indivíduos, indicando que os pesos dos ovinos são mais uniformes e menos dispersos em comparação com outros grupos. O EPM foi de 1,21 kg, o que indica uma boa precisão na estimativa da média. Os resultados destacam as diferenças de peso conforme a idade, sendo a terceira classe a mais homogênea, assim fornecendo informações úteis para o manejo dos animais.

PALAVRAS-CHAVE: Ovinocultura; Dispersão; Sistema de criação.

APOIO: Grupo de pesquisa GEMA e LABGEMPI. Criadores de ovinos do Piauí e Maranhão. A UESPI pelo apoio logístico.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

PERDAS E RECUPERAÇÃO DE MATÉRIA SECA DE SILAGENS COM RESÍDUO DE UVA (*VITIS VINÍFERA*)

Clauber dos Santos Rodrigues^{1*}, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Juliana da Silva Barros¹, Lourranny Nogueira César¹, Luana Gonçalves Silva¹, Wesley Pascoal Miranda¹, Cintia Mirely de Araújo^{1,2}

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

*Autor de contato: claubersanthos@gmail.com

RESUMO: A produção de silagens é fundamental na alimentação animal em épocas de escassez de alimento. Nesse contexto, o uso de silagens de capim-elefante (*Pennisetum purpureum*) destaca-se como uma alternativa viável, devido à sua produção de biomassa e adaptação a diferentes condições edafoclimáticas. Entretanto, o mesmo possui baixa qualidade nutricional geral e teor de carboidratos fermentáveis essenciais para o processo de ensilagem, com isso a utilização do resíduo de uva contribui quando em conjunto com o capim-elefante para a melhoria da fermentação da silagem, pois este torna-se rico nestes carboidratos; contribuindo assim para uma estabilidade da produção pecuária e minimizando as dependências das condições climáticas, garantindo uma disponibilidade contínua de alimento. Com isso, o uso do resíduo de uva é essencial para colaborar, tencionado melhorar a qualidade, o perfil nutricional e a estabilidade do alimento armazenado; com esse foco o uso de resíduos da uva surgiu como fonte alternativa, logo favorecendo economicamente e colaborando com o meio ambiente, diminuindo a poluição por dejetos. Objetivou-se então quantificar as perdas e recuperação de matéria seca de silagens de capim elefante com resíduo de uva. Foram confeccionados 24 minisilos, divididos em 2 tratamentos (com e sem resíduo de uva) e três dias de abertura (7, 28 e 56 dias), caracterizando um delineamento inteiramente casualizado (DIC) em esquema fatorial 2 x 3, com 4 repetições. Os silos foram confeccionados em canos de PVC. O resíduo de uva foi colocado para secar ao sol e armazenado para posterior uso. Os dados foram submetidos à análise de variância (ANOVA), e submetidos ao Procedimento GLM, do pacote SAS OnDemand, e as diferenças foram analisadas pelo teste de Tukey, com o nível de significância de 0,05 (P>5). Houve diferenças significativas nas perdas por gases tanto pelo efeito do resíduo quanto pelo tempo de abertura. As perdas foram menores com a inclusão de 300 g/kg de resíduo de uva aos 7 e 56 dias, porém maiores aos 28 dias. A inclusão de resíduo de uva na silagem reduziu as perdas por gases e efluentes em alguns períodos e aumentou a recuperação de matéria seca, especialmente aos 28 dias de armazenamento. A recuperação de matéria seca foi influenciada significativamente pelo tempo de abertura e pela interação entre o tempo e a inclusão de resíduos. A recuperação foi maior aos 28 dias com a inclusão do resíduo, mas menor aos 7 e 56 dias. O tempo de abertura também afetou significativamente os fatores de perda de gases e efluentes, mostrando que a combinação de resíduo de uva e tempo de armazenamento pode melhorar a eficiência da conservação da silagem. Portanto a inclusão de resíduo de uva na silagem melhora a conservação, reduzindo as perdas por gases e efluentes e aumentando a recuperação de matéria seca, especialmente aos 28 dias de armazenamento. Essa prática pode ser uma estratégia eficaz para otimizar a qualidade da silagem ao longo do tempo e melhorar os aspectos nutricionais e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação; Fermentação; Perdas fermentativas; Subprodutos agroindustriais.

APOIO: Aos produtores de uva do Vale do São Francisco pela disponibilização do resíduo de uva. A Universidade Federal do Vale do São Francisco, pela disponibilidade estrutural para a realização do experimento.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

AVALIAÇÃO DO MÉTODO FAMACHA EM OVINOS SANTA INÊS NA REGIÃO MEIO NORTE

Lourranny Nogueira César^{1*}, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Clauber dos Santos Rodrigues¹, Jade Leal Neiva de Moura¹, Luana Gonçalves Silva¹, Pedro Glauco Matias Amorim¹, Wesley Pascoal Miranda¹, Gleyson Vieira dos Santos¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: lourrannycesar@gmail.com

RESUMO: A ovinocultura é uma atividade primordial para o semiárido brasileiro, contribuindo tanto no aspecto social quanto econômico. Dentre as raças exploradas na ovinocultura do Nordeste, destaca-se a raça Santa Inês por sua resistência natural e boa adaptabilidade a climas quentes e úmidos. Porém, a verminose, especialmente causada pelo parasita *Haemonchus contortus*, acarreta grandes perdas econômicas. O uso excessivo de anti-helmínticos contribui para a resistência parasitária, agravando o problema. Nesse contexto, o método Famacha surge como uma solução eficiente para o controle seletivo, promovendo um manejo mais eficiente sem a necessidade de recorrer a exames laboratoriais. Este estudo teve como objetivo avaliar o grau Famacha no controle da verminose de ovinos Santa Inês. Os fenótipos foram coletados em 392 ovinos da raça Santa Inês com idade superior a oito meses pertencentes a rebanhos criados no Meio-Norte do Brasil (estados do PI e MA). O escore Famacha foi determinado através da observação da coloração da mucosa ocular dos animais, com atribuição de nota variando de 1 (coloração vermelho robusto) a 5 (coloração pálida, branco). Foi realizada a análise de estatística descritiva adotando o programa R. Os animais foram selecionados e alocados aleatoriamente para garantir a representatividade dos dados. A média dos escores foi 2,71, indicando que a maioria dos animais apresentou anemia moderada. Animais com anemia tendem a ter redução no ganho de peso, afetando o desempenho produtivo e atrasando o tempo de terminação. Também se tornam mais suscetíveis a infecções e doenças parasitárias como o *Haemonchus contortus*. A moda dos escores dos animais foi 3, sugerindo que a severidade da anemia foi predominantemente moderada, reforçando esse quadro. A variância dos escores foi de 0,76, enquanto o coeficiente de variação (CV) foi de 32%, o que indica uma variação considerável nos níveis de anemia. Essa variação já era esperada devido às diferentes condições de manejo e controle sanitário das fazendas. Outro fator que pode ter contribuído para essa variação foi a época de coleta, visto que no inverno as incidências de verminoses são maiores, favorecendo a proliferação do nematódeo. Isso sugere que as variações observadas nos escores Famacha não são aleatórias, mas sim indicam diferenças substanciais e reais na gravidade da anemia entre os ovinos analisados. Isso pode ser devido aos métodos de manejo ou condições experimentais. Desta forma a aplicação adequada deste método, aliada a boas práticas de manejo, pode reduzir significativamente a dependência de anti-helmínticos e ajudar a controlar a resistência parasitária minimizando as perdas produtivas, promovendo assim a viabilidade da ovinocultura na região.

PALAVRAS-CHAVE: Escore famacha; Graus de anemia; Verminose.

APOIO: Grupo de pesquisa GEMA e LABGEMPI. Criadores de ovinos do Piauí e Maranhão. A UESPI pelo apoio logístico.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

TEMPO EM ÓCIO DE OVINOS ALIMENTADOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE INCLUSÃO DE WDG (WET DISTILLERS GRAINS) NA DIETA

Lourranny Nogueira César^{1*}, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Clauber dos Santos Rodrigues¹, Luana Gonçalves Silva¹, Marcela Silva Figueredo¹, Wesley Pascoal Miranda¹, Juliana da Silva Barros¹, Gleyson Vieira dos Santos¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: lourrannycesar@gmail.com

RESUMO: O comportamento dos ovinos é crucial para o manejo eficiente e o bem-estar animal, impactando na produtividade e na saúde do rebanho. O tempo de ócio refere-se ao período sem atividades como alimentação, ruminação ou locomoção. Monitorar o estado geral dos animais garante que eles tenham condições favoráveis entre o descanso e recuperação de energia. Compreender esses períodos fornece indicadores importantes sobre o bem-estar animal, a adequação do ambiente e a eficácia das práticas de manejo. Este trabalho teve por objetivo analisar a inclusão de níveis crescentes de WDG (*Wet Distillers Grains*) (0%, 10%, 20% e 30%) em substituição ao farelo de soja no comportamento ingestivo de ovinos em confinamento. Foram utilizados 60 cordeiros machos (com predominância das raças Dorper e Santa Inês) mestiços, não castrados, com idade média de 6 meses e peso vivo inicial médio de 29,5 kg. Os tratamentos aplicados foram: T1= controle sem grãos úmidos de destilaria (Testemunha); T2= 10% de grãos úmidos de destilaria substituindo parcialmente o farelo de soja; T3= 20% de grãos úmidos de destilaria substituindo parcialmente o farelo de soja; T4= 30% de grãos úmidos de destilaria substituindo totalmente o farelo de soja. Os animais foram distribuídos em baias de acordo com o peso vivo e alocados aos tratamentos por sorteio. Cada baia foi considerada uma unidade experimental para a análise de desempenho. O comportamento ingestivo dos animais foi avaliado na segunda semana do período experimental. As observações foram realizadas a cada 10 minutos durante um período contínuo de 24 horas, começando às oito horas da manhã e terminando às oito horas da manhã do dia seguinte. Os comportamentos observados foram submetidos à análise de variância utilizando-se software estatístico SAS® (Statistical Analysis System, 2002), versão 9.0. Não houve impacto do nível de inclusão de WDG na dieta sobre o tempo de ócio dos animais durante as 24 horas de observação. Em média, os animais deste estudo passaram 40,1% do dia em ócio, um valor consideravelmente menor do que os 79% e 78% de ócio observado em estudos com ovinos alimentados com dietas exclusivamente concentradas. A substituição do farelo de soja por WDG não comprometeu o comportamento de descanso, indicando uma potencial adequação dessa fonte de alimento na dieta de ovinos confinados. Dessa forma, conclui-se que a inclusão de WDG na dieta de ovinos em confinamento não alterou o tempo de ócio dos animais, em comparação com dietas à base de farelo de soja. Esses resultados sugerem que o WDG pode ser utilizado como substituto parcial ou total do farelo de soja, sem prejudicar o comportamento ingestivo e o bem-estar dos animais.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento ingestivo; Desempenho; Monitoramento.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

CONSUMO DE PROTEÍNA BRUTA NA DIETA DE OVINOS ALIMENTADOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE WDG

Luana Gonçalves Silva^{1*}, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Cíntia Mirely de Araújo¹, Clauber Rodrigues dos Santos¹, Gleyson Vieira dos Santos¹, Lourranny Nogueira Cesar¹, Juliana da Silva Barros¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: lluanagsilva@aluno.uespi.br

RESUMO: A ovinocultura no Brasil possui potencial para se constituir como um dos mais relevantes setores produtivos na produção animal, devido à adaptabilidade dos ovinos a diferentes climas e à sua capacidade de transformar alimentos de baixo valor nutritivo em produtos de alto valor biológico. O confinamento, que é a prática de manter os ovinos em um espaço controlado com alimentação fornecida diretamente pelos manejadores, pode otimizar o desempenho produtivo ao permitir um controle preciso da dieta e um gerenciamento eficiente dos recursos. Contudo, os elevados custos da alimentação, principalmente do farelo de soja e milho, comprometem a viabilidade econômica da ovinocultura de corte em confinamento no Brasil. Neste sentido, a busca por novas alternativas nutricionais, como, por exemplo, os grãos úmidos de destilaria (WDG), é imprescindível, sendo uma alternativa viável economicamente e ambientalmente. Deste modo, o presente estudo avalia a inclusão de três níveis de WDG (0, 10, 20 e 30%) na dieta dos ovinos em terminação, verificando o efeito destes níveis de inclusão no consumo de proteína bruta. Foram utilizados 60 cordeiros machos mestiços, não castrados, com idade média de 90 dias e peso vivo inicial médio de $27,0 \pm 3,2$ kg em um delineamento em blocos casualizados, com cinco repetições, alocando os animais em baias de acordo com os tratamentos, durante 56 dias. O consumo de matéria seca e demais variáveis nutricionais foram analisados por meio do software SAS®, sendo utilizados o teste de Tukey para comparações entre médias. O consumo de proteína bruta foi maior nos tratamentos com 0% e 10% de inclusão de WDG, enquanto os níveis de 20% e 30% apresentaram uma significativa redução no consumo de proteína bruta. Assim, a inclusão de até 10% de WDG na dieta de ovinos em terminação, promovendo redução nos custos com ração sem prejuízos ao desempenho produtivo. Recomenda-se a elaboração de estudos complementares para avaliação do custo-benefício da inclusão do WDG nas dietas para ovinos, visando alcançar uma otimização de produção e uma maior sustentabilidade para este setor.

PALAVRAS-CHAVE: *Ovis aries*; Nutrição animal; Grãos úmidos de destilaria.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

AVALIAÇÃO DE EFEITOS NÃO GENÉTICOS PARA PESO CORPORAL EM OVINOS DA RAÇA SANTA INÊS

Luana Gonçalves Silva^{1*}, Clauber dos Santos Rodrigues¹, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Gleyson Vieira dos Santos¹, Juliana da Silva Barros¹, Lourranny Nogueira Cesar¹, Leticia Celestina da Silva¹, Mairyne Sousa Pinhão¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil

*Autor de contato: luanagsilva@aluno.uespi.br

RESUMO: A produtividade e a saúde dos ovinos dependem diretamente da resistência à verminose, que impacta a eficiência do sistema de produção. Embora o melhoramento genético tenha alcançado avanços importantes, fatores não genéticos, como manejo, dieta e condições ambientais, desempenham um papel fundamental na manifestação dessa resistência. A avaliação dos efeitos não genéticos é crucial para entender como fatores como o peso corporal influenciam a susceptibilidade à verminose. O uso de métodos estatísticos, como a modelagem de efeitos fixos, permite uma análise detalhada desses fatores, fornecendo informações que podem orientar práticas de manejo mais eficazes e sustentáveis. Este estudo tem como objetivo comparar os efeitos dos fatores não genéticos em diferentes modelos de peso corporal. Informações de peso corporal foram coletadas em fêmeas ovinas da raça Santa Inês, provenientes de fazendas localizadas nos estados do Maranhão e Piauí, durante o período de janeiro de 2012 a outubro de 2013. Os modelos diferiram com relação a composição dos efeitos fixos, no modelo I continha os efeitos de grupo contemporâneo (fazenda, ano de nascimento e período de nascimento), ano de coleta, período de coleta e tipo de nascimento, além do efeito genético aditivo e erro aleatório. No modelo II, o efeito de ano de coleta foi incluído no grupo de contemporâneo juntamente com os efeitos já inclusos no modelo anterior. No modelo III foi incluído o efeito de período de coleta. No modelo IV foi incluído o efeito de tipo de nascimento. A escolha do melhor modelo baseou-se no critério de informação da deviance (DIC), que avalia a adequação dos modelos aos dados. A comparação entre diferentes formações de efeitos fixos na modelagem do peso corporal indicou que o modelo que inclui os efeitos de fazenda, ano de nascimento, período de nascimento e ano de coleta (Modelo II) apresentou o menor DIC, sugerindo melhor ajuste aos dados. A inclusão de efeitos adicionais e tipo de nascimento, resultou em um aumento no DIC, indicando que esses fatores podem não melhorar a precisão da modelagem do peso corporal neste contexto. No modelo com grupo contemporâneo mais completo (Modelo IV), os dados não convergiram. As estimativas de componentes de (co)variância diferiram de acordo com os modelos. Assim, para este estudo, o ajuste dos efeitos fixos deve ser cuidadosamente considerado, priorizando aqueles que impactam diretamente o peso corporal. Conclui-se que a escolha adequada dos efeitos fixos nos modelos de análise é essencial para otimizar a precisão das estimativas e implementar práticas de manejo mais eficazes e produtivas em ovinos.

PALAVRAS-CHAVE: Modelagem; Sistema de criação; Ovinocultura.

APOIO: Grupo de pesquisa GEMA e LABGEMPI. Criadores de ovinos do Piauí e Maranhão. A UESPI pelo apoio logístico.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

IMPACTO DA INCLUSÃO DE GRÃOS ÚMIDOS DE DESTILARIA NA DIETA DE OVINOS CONFINADOS SOBRE O CONSUMO DE FIBRA EM DETERGENTE NEUTRO

Mairyne Sousa Pinhão^{1*}, Clauber dos Santos Rodrigues¹, Luana Gonçalves Silva¹, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Lourranny Nogueira César¹, Gleyson Vieira dos Santos¹, Juliana da Silva Barros¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: mairynepinhao@aluno.uespi.br

RESUMO: O Brasil, com sua vasta extensão territorial e diversidade climática, possui um grande potencial para se destacar na produção mundial de ovinos. A ovinocultura é uma atividade essencial em várias regiões, especialmente no Nordeste, onde contribui significativamente para a segurança alimentar e a geração de renda de pequenos produtores. No entanto, muitos sistemas de produção ainda dependem de pastagens com baixa tecnologia e produção sazonal, limitando a eficiência da criação. Embora o confinamento tenha custos elevados, oferece vantagens como maior ganho de peso, menor mortalidade e melhor qualidade de carcaça. Considerando os altos custos do milho e da soja, frequentemente utilizados como fontes de proteína na nutrição animal, alternativas como os grãos úmidos de destilaria (WDG) têm sido exploradas. O WDG é rico em proteína e energia, além de apresentar benefícios ambientais. O objetivo deste estudo foi avaliar o impacto da inclusão de grãos úmidos de destilaria (WDG) na dieta de ovinos confinados, especialmente em relação ao consumo de fibra em detergente neutro (FDN). O experimento foi realizado ao longo de um período de 56 dias, envolvendo 60 cordeiros machos mestiços, não castrados. Foram investigados quatro níveis de inclusão de WDG nas dietas: 0%, 10%, 20% e 30%, permitindo uma análise abrangente dos efeitos sobre a nutrição dos animais. Os resultados indicaram que a inclusão de 10% de WDG levou a um aumento no consumo de FDN, mas não afetou o desempenho dos animais. Isso sugere que o WDG pode ser uma alternativa viável ao farelo de soja. No entanto, é importante ressaltar que mais pesquisas são necessárias para analisar o custo-benefício dessa substituição.

PALAVRAS-CHAVE: Confinamento animal; Desempenho zootécnico; Nutrição alternativa.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ANÁLISE DA FERTILIDADE DO SOLO E RECOMENDAÇÕES PARA CORREÇÃO E MELHORIA DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI

Marcela Silva Figueredo^{1*}, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Viviane Feitosa do Lago¹, Raison Oliveira Silva¹, Wesley Pascoal Miranda¹, Juliana da Silva Barros¹, Gleyson Vieira dos Santos¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: sra.marcelasilva@gmail.com

RESUMO: O conhecimento detalhado sobre a fertilidade do solo e os atributos químicos é crucial para o desenvolvimento agrícola sustentável e eficaz em uma região. Este estudo foi realizado no município de Corrente-PI, com o objetivo de avaliar a condição dos solos e fornecer recomendações para a correção e melhoria da fertilidade. Foram coletadas e analisadas 30 amostras de solo de 5 propriedades distintas na área. Os resultados mostraram que 80% dos solos apresentaram alta acidez, com pH (CaCl₂) de 3,52, o que afeta negativamente a disponibilidade de nutrientes essenciais. Além disso, os solos apresentaram baixos níveis de cálcio, magnésio e potássio, e uma textura arenosa com 93,15% de areia e apenas 4,90% de argila, indicando baixa fertilidade e capacidade reduzida de retenção de água. A matéria orgânica foi de 6,75%, sugerindo a necessidade de aumentar o teor de matéria orgânica para melhorar a qualidade do solo. As recomendações incluem a aplicação de corretivos de acidez, como o calcário dolomítico, para neutralizar a acidez e fornecer os nutrientes essenciais em falta. Também é aconselhado o uso de matéria orgânica adicional, como palhada e material vegetal em decomposição, para melhorar a estrutura do solo. O estudo fornece uma base sólida para políticas públicas e práticas de manejo que visam a sustentabilidade e a eficiência agrícola na região. A implementação das recomendações propostas pode contribuir para a melhoria da qualidade do solo e o aumento da produtividade agrícola, além de promover práticas agrícolas mais sustentáveis. A pesquisa estabelece um marco para o monitoramento contínuo das condições do solo, permitindo ajustes nas práticas de manejo e acompanhamento das melhorias ao longo do tempo, essencial para o desenvolvimento agrícola sustentável no município de Corrente-PI.

PALAVRAS-CHAVE: Fertilidade edáfica, Calcário dolomítico, Textura arenosa

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES DE FORRAGEIRAS UTILIZADAS NA REGIÃO DE CORRENTE-PI

Raison Oliveira Silva^{1*}, Juliana da Silva Barros¹, Gleyson Vieira dos Santos¹, Wesley Pascoal Miranda¹, Marcela Silva Figueredo¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: raisonsilva2014@gmail.com

RESUMO: A pecuária é uma atividade econômica de grande relevância na região de Corrente-PI, onde a disponibilidade e qualidade das forrageiras são cruciais para a sustentabilidade dos sistemas de produção animal. No entanto, o estabelecimento de forrageiras na região é dificultado pela falta de manejo e correção da acidez do solo, visto que a cidade de Corrente está no bioma Cerrado, onde os solos apresentam alta acidez. Foram realizadas visitas a 10 propriedades rurais localizadas no município de Corrente, Piauí, com o objetivo de averiguar as espécies forrageiras presentes. Em cada propriedade, foi realizado um levantamento das áreas de pastagem, observando-se o manejo e as espécies predominantes. Em todas as propriedades visitadas, foi constatada a presença do capim-andropogon (*Andropogon gayanus*), especialmente em áreas não manejadas e em estágios de degradação, evidenciando a resiliência dessa espécie em ambientes com baixo nível de intervenção. Além disso, nas áreas de pastagem manejadas, verificou-se a predominância de espécies do gênero *Brachiaria*, como *Brachiaria decumbens* e *Brachiaria brizantha*, destacadas por sua ampla adaptação às condições locais e pela preferência dos produtores devido à sua capacidade de suporte forrageiro. Os dados foram registrados por meio de observação direta e conversas com os proprietários e administradores das propriedades, a fim de entender o histórico de uso das pastagens e as práticas de manejo adotadas.

PALAVRAS-CHAVE: Pecuária; Andropogon; Extensão rural.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

ANÁLISE DE ESCORE DE CONDIÇÃO CORPORAL EM OVINOS SANTA INÊS

Wesley Pascoal Miranda^{1*}, Juliana da Silva Barros¹, Gleyson Vieira dos Santos¹, Alan Oliveira do Ó², Clauber dos Santos Rodrigues¹, Andreia Freitas Brandão Gitirana Barros¹, Luana Gonçalves Silva¹, Lourranny Nogueira César¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil. ²Programa de Pós graduação em Zootecnia tropical PPGZT.

*Autor de contato: wesley.pascoal.m@aluno.uespi.br

RESUMO: A ovinocultura é uma atividade desenvolvida em todas as regiões do Brasil, contribuindo tanto no aspecto social quanto econômico. No Nordeste detém o maior efetivo de ovinos, cerca de 60% do efetivo de ovinos encontra-se na região. O principal objetivo é a exploração de ovinocultura de corte, porém, os índices produtivos ainda são baixos, quando comparados com a região Sul. No sistema de produção é importante avaliar alguns aspectos relacionados à produção ovina. Dentre eles, o escore corporal, pode ser uma entre várias avaliações a serem realizadas no rebanho. Esse estudo teve por objetivo analisar o escore de condição corporal em ovinos da raça Santa Inês. Os fenótipos foram coletados em 639 fêmeas da raça Santa Inês, com idade superior a 8 meses de idade, em diferentes fases nos estados do Piauí e Maranhão. O escore de condição corporal foi realizado por palpação na região lombar e feita à atribuição de notas, que vão de um a cinco, que representam: (1) Excessivamente magra; (2) Magra; (3) Normal; (4) Gorda e (5) Excessivamente gorda. Os dados foram analisados com auxílio do programa R. Os resultados mostraram que o escore de condição corporal dos ovinos Santa Inês apresentou uma média de 3,13, com a maioria dos animais concentrados em torno desse valor, conforme indicado pela mediana e moda de 3,00. Com o escore de número (3), entendemos que esses animais apresentam uma boa condição corporal, ovelhas com ECC três têm maiores taxas de fertilidade, apresentam ciclos regulares e têm melhores condições para suportar a gestação e a lactação. Além disso, mostra que o manejo está sendo eficiente, já que a grande maioria desses animais são criados em sistema extensivo. A dispersão dos escores foi moderada, como evidenciado pelo desvio padrão de 1,34 e pela variância de 1,80. A distribuição dos escores foi assimétrica à direita, com uma assimetria de 3,10, sugerindo a presença de alguns valores mais altos. Além disso, a alta curtose de 37,71 indicou uma distribuição com caudas pesadas e a presença de outliers significativos. A assimetria positiva e a elevada curtose sugerem a presença de alguns animais com escores significativamente mais altos, indicando variações consideráveis na condição corporal dentro do rebanho. É fundamental monitorar e ajustar continuamente as práticas de manejo, assegurando que todos os ovinos mantenham uma condição corporal ideal, o que é essencial tanto para o bem-estar quanto para o desempenho produtivo desses animais.

PALAVRAS-CHAVE: Ovinocultura de corte; Estado nutricional; Santa Inês.

APOIO: Grupo de pesquisa GEMA e LABGEMPI. Criadores de ovinos do Piauí e Maranhão. A UESPI pelo apoio logístico.

II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA UESPI-CORRENTE

“Desafios e Oportunidades da Pesquisa na Era Digital”

TEMPORALIDADE DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE OVINOS SUBMETIDOS A DIFERENTES NÍVEIS DE WGD

Wesley Pascoal Miranda¹, Raison Oliveira Silva¹, Camila Moreira Amorim¹, Viviane Feitosa do Lago¹, Marcela Silva Figueredo¹, Gleyson Vieira dos Santos¹, Juliana da Silva Barros¹.

¹Universidade Estadual do Piauí, Corrente, Piauí, Brasil.

*Autor de contato: Wesleypascoal0262@gmail.com

RESUMO: A terminação de cordeiros em confinamento reduz a idade dos animais para o abate, padroniza as carcaças e melhora a utilização do potencial produtivo do animal. No entanto, essa prática resulta em um aumento nos custos com alimentação. Nesse sentido, o presente estudo avalia o desempenho de ovinos usando uma fonte de alimento alternativo. Devido à sua composição nutricional e ao baixo custo, o grão de destilaria úmido (WDG) tornou-se uma importante inclusão em dietas para diversas espécies animais. Por se tratar de um alimento ainda pouco utilizado em dietas, realizou-se a observação do comportamento ingestivo dos ovinos submetidos a essa alimentação. Essa prática é de grande importância na avaliação de dietas, ajudando no ajuste do manejo alimentar dos animais para melhorar o desempenho produtivo. O experimento foi realizado na Fazenda Experimental Lageado, em Botucatu, São Paulo, utilizando 60 cordeiros machos mestiços (predominantemente das raças Dorper e Santa Inês), não castrados, com idade média de 6 meses e peso inicial médio de 29,5 kg. Os animais foram distribuídos aleatoriamente em baias de 25 m², com três animais por baia, e os tratamentos testados incluíram diferentes níveis de inclusão de WDG (grãos de destilaria secos com solúveis) em substituição ao farelo de soja: T1 (sem WDG), T2 (10% de WDG), T3 (20% de WDG) e T4 (30% de WDG). O comportamento ingestivo dos animais foi observado ao longo de 24 horas na segunda semana de um período experimental. As observações ocorreram a cada 10 minutos. Três observadores treinados, posicionados de forma a não interferir nos animais, registraram visualmente as atividades de alimentação, ruminação e ócio de três animais por baia. As atividades foram cronometradas com relógios digitais e anotadas em fichas individuais. Os ovinos, como animais selecionadores, reduzem a ingestão de alimentos para evitar desconforto. Suas preferências alimentares podem variar com o tempo, e dietas com alto teor de concentrados em confinamento tendem a reduzir a seleção de ingredientes pelos animais. Animais alimentados com dietas contendo 30% de grãos de destilaria úmidos apresentaram menor tempo de ruminação em comparação com aqueles que não receberam grãos de destilaria, com tempos de 10,1 e 11,8 horas, respectivamente, uma diferença pequena e sem interferência. Dessa forma, a inclusão de grãos de milho úmidos de destilaria na dieta de cordeiros confinados tem um impacto mínimo em alguns parâmetros do comportamento alimentar. No entanto, não altera de forma significativa o comportamento ingestivo nem compromete o desempenho dos animais.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento ingestivo, Tempo de alimentação, *Wet Distillers Grains*.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Alcir Rocha dos Santos

Possui Bacharelado em Direito pela UNIRB (BA) e Mestrado em Direitos Fundamentais pela UNESA (RJ). Tem experiência em direito administrativo, direito penal, direito constitucional e direito ambiental. Atuou em licenciamento e fiscalização ambiental. Atualmente, é professor na Universidade Estadual do Piauí e pesquisador no campo da memória e direito.

Cintia Mirely de Araujo

Possui Bacharelado em Zootecnia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco e mestrado pelo programa de pós-graduação em Zootecnia da Universidade Federal da Paraíba. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área Nutrição de ruminantes, atuando principalmente nos seguintes temas: Avaliação e análise de alimentos para ruminantes, produção de ruminantes, análise qualitativa de produtos de origem animal, uso de visão computacional e machine learning aplicada a produção animal. Atualmente, é professora assistente I do curso de Bacharelado em Zootecnia da Universidade Estadual do Piauí, Campus Deputado Jesualdo Cavalcanti, Corrente-PI.

Frank Aguiar Rodrigues

Doutor em Direito junto a Instituição Toledo de Ensino: ITE, Mestre em Direito junto ao Centro Universitário Eurípedes de Marília: UNIVEM. Especialista em Direito e Processo do Trabalho junto a Universidade Anhanguera. Bacharel em direito junto a Faculdade do Vale do Itapecuru: FAI. Atualmente, é professor efetivo da Universidade Estadual do Piauí, UESPI. Membro fundador do grupo de pesquisa: Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Dano Extrapatrimonial nas Relações de Trabalho. Pesquisador do Grupo Direitos Fundamentais Sociais DiFuSo. Membro do Conselho da Unidade, do Colegiado do Curso de Direito e do Núcleo Docente Estruturante junto a UESPI em Corrente/PI. Advogado. Conselheiro junto a Subseção de Caxias - MA. E-mail: frankrodrigues@cte.uespi.br.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Helena Carolina Onody

Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos e doutorado pelo programa de pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência na área Entomologia, atuando principalmente nos seguintes temas: taxonomia e ecologia de Hymenoptera Parasitoides (Ichneumonidae) de áreas naturais e agroecossistemas, estudo das interações parasitoide-hospedeiro, e bem na organização, qualificação e informatização de coleções entomológicas. Atualmente, é professora na Universidade Estadual do Piauí e pesquisadora credenciada na pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação, na Universidade Federal do Piauí. É pesquisadora Colaboradora do Museu de Zoologia da USP.

Juliana da Silva Barros

Zootecnista pela Universidade Federal do Piauí (2017), mestre (2019) e doutora (2023) em Zootecnia pela UNESP Botucatu, com área de concentração em Forragicultura e Pastagens. Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no curso de Zootecnia, possui experiência em manejo de pastagens, adubação, corretivos de solo e anatomia vegetal, com foco na sustentabilidade e eficiência da produção animal.

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou estágio pós-doutoral no PPGED na Universidade do Oeste de Santa Catarina na cidade de Joaçaba-SC. Professora Associada da Universidade Estadual do Piauí, no curso de Pedagogia. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GREPE). Pesquisa temas no campo da gestão, tanto na educação básica quanto na educação superior.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Sammy Sidney Rocha Matias

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba (2002), possui Mestrado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade Federal do Ceará (2005) e Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Jaboticabal (2010). Atualmente é professor Associado II da Universidade Estadual do Piauí. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFPI/Bom Jesus-PI. Coordenador do Grupo de Pesquisa Nutrição de plantas, Agronomia e Variabilidade Espacial (NUTRIAGROV). Bolsista PQ (FAPEPI/PROP- UESPI N 11/2021) finalizado e Edital PROP/UESPI 008/2024. Tem experiência nas áreas de Solos e Fitotecnia, com ênfase em Fertilidade e Manejo do Solo, Produção de mudas de espécies arbóreas e frutíferas, Variabilidade espacial, Superfície Geomórfica, Suscetibilidade magnética.